



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ESTUDOS EUROPEUS

A ÉTICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

A propósito das Teses de Hans Küng



164 753

Dissertação de Mestrado apresentada por:

Rodrigo Martins Hipólito

Orientador

Prof. Doutor Silvério da Rocha Cunha

ÉVORA
2 0 0 7

ÍNDICE

	PAG.
<i>ABSTRACT</i>	3
<i>RESUMO</i>	4
<i>AGRADECIMENTOS</i>	5
<i>INTRODUÇÃO</i>	6
CAPÍTULO I – AUSÊNCIA DE VALORES NO MUNDO GLOBAL	9
1. Definição Conceptual e Contextualização Histórica	9
2. Dimensão Económica	17
3. Dimensão Política	26
4. Dimensão Cultural	40
CAPÍTULO II – A NECESSIDADE DE UMA ÉTICA GLOBAL NO PENSAMENTO DE HANS KÜNG	54
1. Economia	55
2. Política	59
3. Religião	62
4. Ética e Consenso Mundial	69
CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A ÉTICA DA GLOBALIZAÇÃO	81
1. A Natureza da Ética	81
2. Uma Comunidade de Indivíduos	84
3. Cidadania Global e Direitos Humanos	88
4. A Demanda pela Paz	92
5. Um Futuro Sustentável	96
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	105

ABSTRACT

Ethics in International Relations in the Age of Globalization: About the Theories of Hans Kūng

This essay, entitled “Ethics in International Relations in the Age of Globalization: About the Theories of Hans Kūng”, aims to be a contribute to the appreciation of the phenomenon of globalization, as a process of growing interconnection between all aspects of the economical, political, ecological, legal, cultural and social life.

My personal investment in this subject is tied to the my own need of understanding the current phenomenon of human civilization paradigm change and of it’s contribution to the constitution of the human being as an individual and a member of society.

In the first chapter of the current essay, I have tried to do a depiction of the fundamental aspects of this process of transition of an international world to a globalized world, by compartmentalizing that depiction by areas of relevance. I also try to accomplish an historical contextualization of the theme and a definition of basic concepts.

In the second chapter, I tried to delineate the perspective of Hans Kūng about this process, by analyzing this author’s chosen themes: economics, politics, religion e, finally, ethics – especially in what concerns the importance of the religious contribution to the creation of a worldwide ethical consensus.

In the final chapter, the objective is, on one hand, to expose the main characteristics of the essential theme of the essay: the Ethics of Globalization. On the other hand, I also analyse the basic aspects for the creation of that ethics of globalization, according to the authors under consideration: Peace, Sustainability, Human Rights and the Global Community.

The choice of this work strategy, allows me to articulate concepts, to structure and objectify thoroughly the dimensions of the problem, consisting mainly in documental analysis, bibliographic revision and literary research.

RESUMO

O presente trabalho, com o título “A Ética nas Relações Internacionais na Era da Globalização: a Propósito das Teses de Hans Kūng”, pretende contribuir para a apreciação do fenómeno da globalização, enquanto processo de interligação crescente entre todos os aspectos da vida económica, política, ecológica, legal, cultural e social.

O meu investimento próprio neste tema deve-se à necessidade que tenho de entender este fenómeno actual de modificação do paradigma civilizacional humano e do seu contributo para a constituição do ser humano enquanto indivíduo e enquanto membro de uma sociedade.

No primeiro capítulo do presente estudo, tentei fazer uma caracterização dos aspectos fundamentais deste processo de transição de um mundo internacional para um mundo globalizado, compartimentando essa caracterização por áreas gerais de relevância. Procedo também a uma contextualização histórica do tema e à definição de conceitos fundamentais.

No segundo capítulo, tentei delinear a perspectiva de Hans Kūng sobre esse processo, analisando os temas de eleição deste autor: a economia, a política, a religião e, finalmente, a ética – especialmente no que toca à importância do contributo religioso para o estabelecimento de um consenso ético mundial.

No capítulo final, o objectivo é, por um lado, fazer uma exposição das características principais daquele que é o tema essencial do trabalho: a Ética da Globalização. Por outro lado, analiso também aqueles que são apontados como os aspectos fundamentais para a criação dessa ética da globalização, segundo os autores estudados: a Paz, a Sustentabilidade, os Direitos Humanos e a Comunidade Mundial.

A escolha desta estratégia de trabalho, permite-me operacionalizar conceitos, estruturar e objectivar com mais minúcia as dimensões do problema, tendo consistido principalmente na análise documental, revisão bibliográfica e pesquisa literária.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Silvério da Rocha-Cunha, pela orientação científica deste trabalho, compreensão demonstrada perante as minhas dificuldades e pelo saber, disponibilidade, críticas oportunas e sugestões valiosas para as ultrapassar.

A todos os professores deste curso de mestrado, pelo entusiasmo, incentivo e ensinamentos transmitidos, pela disponibilidade, apoio constante e momentos de convívio que souberam proporcionar.

Aos colegas de mestrado, pelos momentos de amizade e camaradagem partilhados ao longo deste projecto comum.

Aos amigos e família, pelas horas que não lhes dediquei e pelo ânimo e apoio incondicional.

INTRODUÇÃO

A escolha de um determinado tema, em regra, de forma consciente ou inconsciente, depende sempre da vontade subjectiva do investigador. O presente trabalho de investigação, subordinado ao tema “A Ética nas Relações Internacionais na Era da Globalização: a Propósito das Teses de Hans Kūng” não fugirá a essa regra.

Assim, para além do interesse académico do presente estudo, o mesmo parece-me pertinente, uma vez que poderá contribuir para apreciar um conjunto de questões éticas vitais, que são singulares na sua novidade, dado serem fruto do processo de globalização e, portanto, virtualmente inexistentes antes: como evitar os erros do século XX? Haverá uma real comunidade das nações ou continuarão estas a perseguir egoisticamente e agressivamente os seus interesses próprios? Será que os desenvolvimentos catastróficos, do século passado, ao nível económico, social, político e ecológico tornam necessária uma ética mundial? Ou será que o movimento de crescimento económico global e a formação de redes de interligação mundial levarão naturalmente ao surgimento de um novo sistema de valores?

Por outro lado, a complexidade e, simultaneamente, a especificidade de que se reveste a problemática da ética da globalização nos dias de hoje, aconselha uma nova postura metodológica e epistemológica, na abordagem científica do tema, no sentido de uma interdisciplinaridade e perspectiva holística, dada a magnitude e a interpenetração dos vários campos de análise.

Por todos estes aspectos, parece ser hoje evidente o grande interesse social, económico, político e cultural da temática da globalização, face ao facto de que à medida que os países se vão aproximando para resolver questões mundiais como o comércio, as alterações climáticas, a justiça e a pobreza, torna-se crescentemente necessário que os líderes desses países adotem uma perspectiva mais ampla do que o mero interesse nacional. Na esfera da economia e da política é necessário um novo sentido de responsabilidade, que

assegure o equilíbrio entre ideais e realidades, e que combine estratégias económicas e convicções éticas. Para tal, é necessário que deixem de haver esferas de ética distintas, contrastantes ou opostas, devendo surgir uma ética única, que inclua normas, regras e valores vinculativos, comuns a todos.

A globalização fez surgir a possibilidade de um mundo policêntrico (distinto do Eurocêntrico ou centrado no Ocidente de outrora), mais estreitamente inter-conectado, um mundo transcultural e multi-religioso. O século XXI ver-se-á a braços com a tarefa de desenvolver uma forma adequada de governação desse mundo unificado. Assim, torna-se importante definir se a globalização deverá continuar a ser conduzida como uma associação de estados que perseguem os seus velhos interesses nacionalistas por detrás da fachada da retórica internacionalista ou como um processo mundial de homogeneização (ocidentalização) do modo de produção capitalista, de globalização de mercados e das transacções financeiras, do entrelaçamento das redes de comunicação e do controlo mundial da informação.

O presente trabalho encontra-se organizado em 3 capítulos:

- No primeiro capítulo, “Ausência de Valores no Mundo Global”, começo por fazer uma contextualização histórica do surgimento do processo de globalização, tendo como objectivo principal identificar as suas raízes e as suas tendências originárias; tento também encontrar uma definição simultaneamente clara e abrangente de globalização, que possa servir de ponto de partida para a análise do tema; posteriormente, passo a delinear a evolução e consequências do fenómeno da globalização em cada uma das três áreas principais de organização social: a dimensão económica, a dimensão política e a dimensão cultural.

- No segundo capítulo, “A Necessidade de uma Ética Global no Pensamento de Hans Kūng”, tento analisar as teses deste autor, dividindo-as por áreas temáticas, tentando estabelecer uma ponte com o primeiro capítulo. Assim, a economia e a política no âmbito da globalização são tratadas sumariamente, de acordo com as teorias de Kūng sobre essas áreas; no caso da cultura, no entanto, não foi possível estabelecer o mesmo tipo de relação, dado

que o autor escolhe relegar esta temática para segundo plano, dando maior relevância à questão religiosa, que considera um ponto essencial para o novo paradigma social; finalmente, apresento a visão de Kūng acerca daquele que constitui o tema central deste trabalho – a ética da globalização.

▪ No terceiro capítulo, “Considerações Finais sobre a Ética da Globalização”, faço uma contextualização do conceito de ética e da sua importância para o desenvolvimento da espécie humana, dando especial atenção àquelas áreas de investigação em que o contributo ético será mais necessário, no contexto de um mundo globalizado: o ideal de uma comunidade mundial, a questão dos direitos humanos, a importância fundamental da paz, e a emergência de uma preocupação crescente com a segurança e o futuro da espécie humana.

Dada a natureza teórica deste trabalho, a metodologia utilizada remete para a utilização e análise de fontes documentais – como livros, artigos e outros documentos relevantes. No início da pesquisa bibliográfica, deparei-me com a vasta profusão de material disponível e, portanto, foi necessário que procedesse a uma triagem das obras a consultar, contando para tal com o inestimável contributo do meu orientador, cujo aconselhamento se revelou de vital importância para esse processo. A pesquisa foi realizada em Bibliotecas (públicas e de várias instituições universitárias), Centros de Documentação e várias editoras literárias, a nível nacional e internacional.

CAPÍTULO I – AUSÊNCIA DE VALORES NO MUNDO GLOBAL

1. Definição Conceptual e Contextualização Histórica

O ponto focal desta dissertação é o conceito de “globalização”. É a partir dele, e da sua definição, que se me afigura mais apropriado iniciar a análise e exploração do tema proposto. Esta é, no entanto, uma tarefa hercúlea, dado que, embora se possa encontrar um certo nível de concordância acerca dos aspectos gerais do que define e caracteriza este processo, na maioria dos autores que tratam deste tema, a verdade é que, em sentido estrito, se torna quase impossível encontrar uma definição-base para este conceito, que agrade a todos os intervenientes.

A principal dificuldade surge, a meu ver, porque a definição do conceito de globalização se entretece com a definição do contexto histórico do seu surgimento e expansão. Daí que cada autor tenha fundamentos para criar a sua própria definição, ou para se declarar militante da definição previamente construída por outrem, em detrimento de todas as restantes, uma vez que esta se aproxima mais da sua perspectiva pessoal. Nesta linha de pensamento, Malcolm Waters identifica três tipos de posições teóricas sobre a globalização:

“- que a globalização está em curso desde a aurora dos tempos, tendo a partir daí os seus efeitos vindo a aumentar, mas que recentemente houve uma súbita aceleração;

- que a globalização é contemporânea da modernização e do desenvolvimento do capitalismo, e que recentemente conheceu uma aceleração;

- que a globalização é um fenómeno recente associado a outros processos sociais designados como pós-industrialização, pós-modernização ou desorganização do capitalismo.”¹

No primeiro grupo, inserem-se aqueles autores que entendem a globalização como a fase contemporânea de um movimento sócio-cultural expansivo, que faz parte inerente da própria essência da Humanidade. Ou seja,

¹ WATERS, Malcolm – *Globalização* – Celta Editora, Oeiras, 2002, pp. 3,4

uma tendência humana inata para sair da sua própria condição interna, em direcção a algo externo, que procura conhecer. De acordo com esta perspectiva, as várias formas de organização civilizacional e os vários sistemas sociais que a Humanidade foi estabelecendo ao longo do tempo são percebidos como degraus evolutivos em direcção a uma forma de sociedade cada vez mais perfeita. Através de um processo de tentativa e erro, a espécie humana tenta concretizar o ideal milenar de uma comunidade global.

Alexandre Melo refere que um “grau zero” da globalização, o seu ponto de início, consistiria numa sociedade fechada sobre si mesma, sem qualquer contacto com o exterior, ou seja, supõe um total desconhecimento da existência, real ou possível, de outros povos e culturas. Assim, para Melo:

«(...) quando um grupo de seres humanos toma consciência da existência de um outro grupo de seres humanos – não sabemos se um grupo de animais não humanos poderia, para este efeito, cumprir a mesma função – começa o processo de globalização. A troca de olhares e os gestos que acompanham o primeiro encontro entre os dois grupos de seres humanos são o princípio da globalização cultural – a fala, a escrita, a discussão, o texto impresso, a televisão, virão depois. A luta ou a confraternização que se seguem ao encontro, a negociação, comunhão ou violência que as acompanham, são o princípio da globalização política, ou seja, político-militar – depois virão as armas, os diplomatas, os exércitos, os tratados. A gestão dos desejos relativamente à posse dos objectos sobre os quais, eventualmente pousaram os primeiros olhares, e cujo estatuto de propriedade eventualmente irá mudar como resultado das primeiras negociações ou confrontos, é o princípio da globalização económica – depois do desejo virá a troca, a pilhagem, a banca, a Bolsa, o espírito empresarial.»²

Nesta perspectiva, todos os grandes marcos históricos são vistos como avanços (ou retrocessos temporários, mas necessários) no processo de globalização. A linguagem, a escrita, a moeda, as viagens marítimas, a revolução agrícola, a revolução industrial, o colonialismo, as guerras mundiais, as novas formas de comunicação, por exemplo, são instâncias que permitiram uma integração cada vez maior de toda a espécie humana. No entanto, Melo

² MELO, Alexandre – *Globalização Cultural* – Quimera, 2002, p. 25

frisa que, apesar de se confundir com a História da Humanidade, em termos mais estritos a globalização terá entrado, na época mais recente, numa espiral crescente de intensidade, aceleração, extensão e aprofundamento das suas características.

Waters aponta para a caracterização feita por Robertson, que separa a História da Humanidade – e, conseqüentemente do processo histórico – por cinco fases distintas:

«I *A fase embrionária* (Europa, 1400-1750)

- dissolução da cristandade e aparecimento das comunidades estatais;
- igrejas católicas (isto é, universais);
- generalizações sobre a humanidade e o indivíduo;
- aparecimento dos primeiros mapas do planeta;
- heliocentrismo;
- calendário universal no Ocidente;
- exploração global;
- colonialismo.

II *A fase incipiente* (Europa, 1750-1875)

- estado-nação;
- diplomacia formal entre estados;
- cidadania e passaportes;
- exposições internacionais e acordos sobre comunicações;
- convenções sobre direito internacional;
- primeiras nações não europeias;
- primeiras ideias sobre o internacionalismo e o universalismo.

III *A fase de arranque* ((1875-1925)

- conceptualização do mundo com base nos quatro pontos de referência globalizantes – o estado-nação, o indivíduo, uma sociedade internacional única e uma só humanidade (com predomínio do masculino);
- comunicações, desportos e laços culturais internacionais;
- calendário global;
- primeira guerra mundial de sempre (assim designada);
- migrações internacionais em massa e respectivas restrições;
- novos membros não europeus juntam-se ao sistema internacional dos estados-nação.

IV *A fase de luta pela hegemonia (1925-69)*

- Sociedade das Nações e ONU;
- Segunda Guerra Mundial; a guerra-fria;
- noções de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade;
- ameaça nuclear universal (bomba atómica);
- emergência do Terceiro (componente do) Mundo.

V *A fase da incerteza (1969-92)*

- exploração do espaço;
- valores pós-materiais e discursos sobre direitos;
- comunidades mundiais baseadas na preferência sexual, no género, na etnia e na raça;
- relações internacionais mais complexas e fluidas;
- reconhecimento da presença de problemas ambientais globais;
- meios de comunicação globais através das tecnologias do espaço (televisão via satélite, etc.).»³

Para o próprio Waters, a razão pela qual a globalização não é reconhecida unanimemente deve-se ao facto de a sua evolução até à primeira fase apontada por Robertson não ter sido linear. São exemplos do processo globalizante nesse período irregular, as expansões imperiais, por um lado, e a difusão de ideias religiosas, por outro. Aliás, embora a Idade Média seja apontada como um período de solipsismo generalizado das nações, as Cruzadas Cristãs manifestam justamente essa tendência de se relacionar – embora de forma prosélita e violenta – com o exterior:

Para os autores pertencentes ao segundo grupo, no entanto, aquilo a que se atribui o nome de globalização, é um processo radicalmente novo, de natureza fundamentalmente económica e técnica/tecnológica, que surge num dado momento claramente definido no tempo – geralmente situando-se dentro da Era Moderna – e cujo desenvolvimento e consequências só importam analisar a partir daí. Geralmente, esse momento no tempo refere-se a um qualquer tipo de inovação tecnológica, que potencia uma transformação da sociedade e dos modos de vida. Ao dar relevância ao âmbito económico, estes autores colocam como raiz do surgimento do processo de globalização, a

³ WATERS, Malcolm – *Globalização* – Celta Editora, Oeiras, 2002, pp. 42, 43

expansão do capitalismo.

Anthony Giddens refere:

«A nossa época evoluiu sob o impacto da ciência, da tecnologia e do pensamento racionalista, que tiveram origem na Europa setecentista e oitocentista. A cultura industrial do Ocidente foi moldada pelas ideias do Iluminismo, pelos escritos de pensadores que rejeitavam a influência da religião e do dogma, e que, na prática, queriam substituí-los por formas mais racionais de encarar a vida.»⁴

Desta forma, no período moderno, entre os séculos XVII e XIX, o surgimento e desenvolvimento do capitalismo gera uma ruptura com o modelo de organização social da época medieval, enfraquecendo o poder das monarquias, através da emergência de uma classe burguesa e liberal, cujo poder económico rivalizaria com a influência sócio-cultural das classes nobres. O capitalismo busca a criação de um mercado mundial unificado, sem restrições ou mediações políticas/estatais de qualquer tipo, apoiado num sistema de transportes e de tecnologias da informação, que facilitam a interação entre vários pontos do globo, e a concatenação estratégica da produção, dispersando-a pelo território com base nas vantagens que cada local apresenta.

Uma outra característica desta posição acerca da globalização é que os autores, seus partidários, defendem que o estado actual de abertura económica no Ocidente não é um desenvolvimento recente – ao contrário do que defende a terceira posição. Apoiando-se nas teses de economistas, acreditam que, após um período de retraimento económico – que data do início do século XX, mantido durante o período das duas guerras mundiais e até à queda do comunismo soviético – o mercado começa agora a recuperar o carácter global que possuía no período anterior. Segundo Giddens:

«De acordo com os cépticos, toda esta conversa acerca da globalização não passa disso mesmo, de conversa. Quaisquer que sejam os seus benefícios, preocupações ou dificuldades, a economia global não é assim tão diferente da que existia em períodos antecedentes. O mundo

⁴ GIDDENS, Anthony – *O Mundo na Era da Globalização* – Editorial Presença, Lisboa, 2000, p. 15

continua o mesmo, está assim desde há muitos anos.»⁵

Para os defensores da terceira posição, a globalização surge verdadeiramente nas últimas décadas do século XX. Este período é apontado como representando o início da transição da época moderna para um novo paradigma social – a que alguns chamam de “pós-modernidade”, na falta de um termo melhor. Alguns autores marcam o declínio da Modernidade com a queda do colonialismo, outros apontam a falência do projecto soviético enquanto alternativa ao modelo capitalista Ocidental:

«Ao longo das últimas décadas, com a abolição dos regimes coloniais e mais rapidamente ainda depois do desmoronamento final das barreiras soviéticas ao mercado do mundo ocidental, assistimos a uma globalização irresistível e irreversível das trocas económicas e culturais. A par do mercado mundial e dos circuitos mundiais de produção emergiram uma ordem mundial, uma lógica de poder e uma estrutura de poder novas, ou, em suma, uma nova forma de soberania.»⁶

Ao contrário da perspectiva anterior, este não é um processo unicamente económico, mas uma rede complexa de processos económicos, políticos, culturais e sociais. Implica uma ruptura com as características principais do paradigma moderno, especialmente no que respeita à abolição da maioria das categorias compartimentalizantes desse período, como é o caso das fronteiras (geográficas e não só), dos nacionalismos e particularismos étnicos, dos impedimentos de várias naturezas à interacção entre pessoas:

«Nas últimas três décadas, as interacções transnacionais conheceram uma intensificação dramática, desde a globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras à disseminação, a uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou às deslocações em massa de pessoas, quer como turistas, quer como trabalhadores migrantes ou refugiados. A extraordinária amplitude e profundidade destas interacções transnacionais levaram a que alguns autores as vissem como ruptura em

⁵ GIDDENS, Anthony – *O Mundo na Era da Globalização* – Editorial Presença, Lisboa, 2000, p. 16

⁶ HARDT, Michael e NEGRI, António – *Império* – Editora Livros do Brasil, Lisboa, 2004, p. 11

relação às anteriores formas de interacções transfronteiriças, um fenómeno novo designado por “globalização”.⁷

A globalização assume-se, segundo esta posição, como um processo que está apenas no início, encontrando-se continuamente em evolução, que se dá a um ritmo vertiginoso, e as mudanças que gera não estão confinadas a nenhuma localização geográfica, fazendo-se sentir por toda a parte – o que contribui para as dificuldades de encontrar uma caracterização deste processo que seja consensual ou válida na generalidade. Como tal, há um sentimento generalizado de incerteza, porque não há uma visão clara do rumo que a globalização leva. Isto é agravado pela noção de que este é um processo inevitável e irreversível, por um lado, devido à magnitude do seu raio de acção, e por outro lado, devido à inexistência de uma alternativa óbvia e viável:

«Se a globalização é o nome que se dá a uma dinâmica que envolve todas as sociedades humanas à face do globo, ser contra a globalização implica considerar que se pode estar fora do mundo e acaba por poder significar que se está contra a vida no mundo e do mundo, hoje.»⁸

A meu ver, há um certo grau de validade em cada uma destas três posições. Em relação à primeira, é perfeitamente legítimo que a globalização represente o auge do processo de evolução civilizacional – pelo menos, até ao momento. É legítimo que represente também o aperfeiçoamento de uma tendência que já se havia manifestado com a expansão do Império Romano, com a tentativa de criação da Cristandade, com os Descobrimentos, com as conquistas napoleónicas, com o colonialismo, e até com a conquista do Espaço. Mas isto não é exactamente a globalização.

Em relação à segunda posição, é imprescindível perceber que a globalização começa realmente como um processo económico e que não teria surgido se o capitalismo não tivesse preparado terreno para ela. Que a

⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa – “Os Processos da Globalização” in *Globalização: Fatalidade ou Utopia* – Edições Afrontamento, Porto, 2001, p. 31

⁸ MELO, Alexandre – *Globalização Cultural* – Quimera, 2002, p.22

expansão do capitalismo quebra as inibições e os cismas burocráticos entre os Estados, instigando a relação entre eles, e a sua conseqüente abertura. No entanto, acredito que não se pode espalhar a globalização na mera «(...)supressão dos entraves ao comércio livre e uma maior integração das economias nacionais»⁹. Leonardo Boff refere, a este respeito, que existem duas perspectivas sobre a globalização, em dois extremos da esfera económica: vista pelos poderosos, é «(...)o processo mundial de homogeneização do modo de produção capitalista, de globalização dos mercados e das transacções financeiras, do entrelaçamento das redes de comunicação e do controle mundial das imagens e das informações.»¹⁰; a outra perspectiva, «Propõe outra globalização que passa pela solidariedade a partir de baixo, pela mundialização dos direitos humanos, pela socialização da democracia como valor universal, pelo controle social dos capitais especulativos, passa, (...) pela criação de instâncias de governância mundial, pela universalização do cuidado para com a Terra e os ecossistemas e pela valorização da dimensão espiritual do ser humano e do universo.»¹¹

Da terceira posição, devemos retirar a ideia de que, nas últimas décadas do século XX, se deu realmente um salto qualitativo e quantitativo nos mecanismos de integração sócio-cultural da Humanidade. E é a esse adensar das redes de relações entre seres humanos, independentemente da sua origem étnica ou localização geográfica que, na minha opinião, devemos denominar “globalização”. Assim, uma possível definição de globalização seria, segundo Anthony Giddens, «(...) a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa.»¹²

⁹ STIGLITZ, Joseph E. – *Globalização – A Grande Desilusão* – Actualidades, Terramar, Lisboa, 2004, p. 23

¹⁰ BOFF, Leonardo – “Qual Globalização?” – <Leonardo Boff>. <http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

¹¹ BOFF, Leonardo – “Qual Globalização?” – <Leonardo Boff>. <http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

¹² SANTOS, Boaventura de Sousa – “Os Processos da Globalização” in *Globalização: Fatalidade ou Utopia* – Edições Afrontamento, Porto, 2001, p. 31

No entanto, é mais do que a mera diminuição de barreiras geográficas ou burocráticas sobre os processos sócio-culturais a nível mundial. Implica também, por outro lado, a tomada de consciência global dessa integração. Alexandre Melo aproxima-se mais da complexidade deste processo:

«Digamos que a experiência viva e aberta da multiplicidade de confrontos, negociações, convergências, divergências, inclusões, exclusões, alianças e rupturas que se manifestam no período histórico mais recente desenha um conjunto de tendências, dinâmicas e movimentos de evolução e transformação verificáveis de um modo suficientemente claro ou indesmentível (ou seja, cuja falsidade não se consegue demonstrar de modo razoavelmente categórico), com um grau de generalidade suficientemente amplo e com eficácias específicas suficientemente reconhecíveis para que esse conjunto possa ser designado por uma palavra e a palavra mais apropriada para o efeito parece, cada vez mais, dever ser a palavra “globalização”.

Globalização é, portanto, e simplificando, o nome que se dá à mais marcante tendência caracterizadora da evolução recente das sociedades humanas.»¹³

2. Dimensão Económica

Como já referi anteriormente, a globalização surge, inicialmente, como um processo económico: com o objectivo de minorar a influência política e o controlo estatal, na Inglaterra do século XIX, criaram-se medidas para conduzir à liberalização do mercado. O mercado livre, ao contrário dos mercados que lhe preexistiam, criou um tipo de contexto económico em que as repercussões sociais de qualquer política económica não eram consideradas factores relevantes na aplicação dessa política. Esta liberalização do mercado foi o primeiro passo em direcção à globalização económica, que, por sua vez, criaria as condições para a difusão do movimento globalizante às outras áreas da sociedade.

No entanto, embora desde o seu início, o liberalismo de mercado tivesse o potencial para se globalizar, foi apenas na segunda metade do século

¹³ MELO, Alexandre – *Globalização Cultural* – Quimera, 2002, pp. 20, 21

XX que se realizou esse potencial. O fim da Guerra-fria – ou mais propriamente, o colapso do comunismo soviético – é geralmente apontado como o momento de transição do paradigma económico anterior – a internacionalização, altamente vinculada à noção de Estado soberano – para a globalização. As razões para o colapso do modelo organizativo soviético prendem-se com a sua dificuldade em reconhecer o potencial das novas tecnologias da informação e de se adaptar ao mesmo, abandonando o controlo férreo que as autoridades políticas exerciam ao nível ideológico e cultural.

Malcolm Waters estabelece os 3 factores fundamentais da expansão da globalização económica:

«O primeiro foi o desenvolvimento das redes de transportes e comunicação que ligaram fisicamente diferentes partes do planeta, especialmente por caminhos-de-ferro, por via marítima e por telégrafo. O segundo factor foi o rápido crescimento do comércio, com os respectivos padrões de dependência, especialmente entre os países relativamente industrializados da Europa ocidental e os restantes. O terceiro foi o fluxo acentuado de capitais das empresas europeias para áreas não industrializadas, sobretudo pela via do investimento directo.»¹⁴

A emergência dos Estados Unidos da América enquanto potência mundial, após a Segunda Guerra Mundial, já lhes tinha granjeado um grande protagonismo e influência na cena política e económica mundial. Com a queda da União Soviética, desaparece o seu único real opositor nestes campos. Os EUA assumem assim a hegemonia política, militar, cultural e económica do final do século XX, o que lhe permitiu estabelecer um modelo de comércio que ia de encontro aos seus interesses. A ideologia vigente nos Estados Unidos – o neoliberalismo – torna-se assim a matriz ideológica da globalização. Segundo Richard Falk:

«Os vectores característicos da política neoliberal envolvem tendências e medidas como a liberalização, a privatização, a minimização da regulação ou controlo económico, cortes na assistência

¹⁴ WATERS, Malcolm – *Globalização* – Celta Editora, Oeiras, 2002, p. 63

social no Estado previdência, a redução nas despesas públicas, o reforço da disciplina fiscal, a flexibilização dos movimentos de capital, o controlo restrito das organizações sindicais de trabalhadores, a redução dos impostos e transferências monetárias internacionais sem restrições.»¹⁵

O neoliberalismo entende o mercado como o único fundamento da globalização, sendo que o seu objectivo seria o estabelecimento de um “*capitalismo do mercado global*”¹⁶, apoiado na difusão global do capital, da produção e da informação, criando vastas redes de ligação entre produtores e consumidores, independentemente da sua localização geográfica. Dado que o comércio é visto como “*único mecanismo racional* de afectação de recursos escassos a usos “alternativos”¹⁷ – uma vez que não é conspurcado por considerações externas à lógica de mercado essencialmente pura, sejam de natureza política ou social, ou outras – entende-se que a chave para a globalização eficiente assenta no mercado capitalista, e na sua infiltração por toda a parte. A liberalização capitalista procura sempre ultrapassar as fronteiras nacionais e torná-las desnecessárias, através da supressão de direitos alfandegários e de outros mecanismos proteccionistas. Representa, portanto, o fim da interferência do Estado nos mercados financeiros e de capitais, pondo em causa a autoridade tradicional da soberania estatal, herdada da Modernidade.

A mentalidade capitalista neoliberal mina a influência dos Estados soberanos ao restringir a esfera de intervenção destes aos interesses públicos, sendo que a iniciativa comercial privada é deixada de fora do alcance da regulação estatal. Vê o mercado como uma instituição natural e independente do organismo estatal, que, na verdade, serve melhor os interesses de todos quando não é submetida à regulação. Dado que só serve interesses privados, é capaz de exibir neutralidade na gestão de conflitos. O Estado é considerado uma entidade separada, sendo que a sua intervenção nos assuntos económicos

¹⁵ FALK, Richard – *Globalização Predatória – Uma Crítica* – Economia e Política, Instituto Piaget, Lisboa, 2001, p. 16

¹⁶ MURTEIRA, Mário – *Globalização: Pela Invenção de um tempo Global e Solidário* – Quimera, 2003, p. 26

¹⁷ NUNES, António José Avelãs – *Neoliberalismo e Direitos Humanos* – O Nosso Mundo, Editorial Caminho, Lisboa, 2003, p. 71

é entendido como um abuso de poder.

Perante esta situação, existem dois tipos de reacções: por um lado, há a submissão do Estado a estes parâmetros de regulação económica, eliminando entraves ao comércio e criando bases para a liberalização; por outro lado, há aquilo a que se dá o nome de “globalismo negativo”, a reacção oposta, que recorre ao refúgio em medidas de protecção económica extremo. No entanto, esta última posição encontra muito poucas possibilidades de sucesso a longo prazo, dado que o isolacionismo económico total é insustentável, sendo que nenhum Estado é auto-suficiente ao ponto de se manter a si próprio, permanecendo, simultaneamente, uma potência económica competitiva.

Assim, a tendência mais comum é realmente a abertura ao comércio livre. As empresas nacionais procuram formas de se tornarem competitivas no mercado internacional, investindo na transnacionalização – as empresas instalam-se além de qualquer fronteira, destinando para cada etapa da produção, o local mais vantajoso, visando a maximização dos rendimentos e a minimização dos custos – ou nas alianças empresariais ao nível internacional – em que cada empresa trata de um aspecto do processo de produção e distribuição.

«Falamos assim de globalização económica no sentido em que todas as actividades económicas decisivas, independentemente da sua sede geográfica, quando é ainda possível identificá-la, têm hoje de ser abordadas, analisadas, compreendidas, descritas, avaliadas, reguladas e transformadas em função de dinâmicas, lógicas, equilíbrios e desequilíbrios cujo horizonte geográfico é necessariamente global, planetário, universal. Estas dinâmicas, lógicas, equilíbrios e desequilíbrios desenvolvem-se no interior de uma unidade sistémica que é a do sistema da economia mundial.»¹⁸

Numa visão idealizada da globalização económica, existiria a competição perfeita: as empresas transnacionais poderiam mover-se livremente, sem condicionantes de qualquer tipo, dado que não existiriam entraves políticos sociais ou culturais a esse movimento. A maioria das multinacionais existentes actualmente é de origem americana, europeia ou

¹⁸ MELO, Alexandre – *Globalização Cultural* – Quimera, 2002, p. 30

japonesa. No entanto, possuem filiais em vários países, o que implica milhares de funcionários, espalhados por diferentes fusos horários. Isto cria uma situação de produção constante, em que, a todo o momento, há sempre alguma etapa da produção em funcionamento, algures no mundo. Os estados estabelecem relações comerciais com estas empresas, procurando encontrar benefícios para as suas economias nacionais, especialmente ao nível do trabalho, comércio e investimento.

A transnacionalização é sustentada pelos desenvolvimentos e progressos ao nível da tecnologia, especialmente, a expansão e difusão das novas tecnologias da comunicação e informação. Os novos meios de comunicação (os ditos “*media*”) e os meios informáticos criam as infraestruturas básicas das redes comerciais e produtivas do período contemporâneo. Com eles, dá-se uma transição qualitativa ao nível da própria produção: a produção material é suplantada pela produção de serviços e relações sociais. Ou seja, a maioria das relações comerciais baseia-se na troca de informação, conhecimentos e produtos culturais. E mesmo a produção material regista uma reorientação, no sentido de criar os suportes físicos para tipo de produtos imateriais – o caso dos computadores, que simbolizam o auge da simbiose entre o material (o *hardware*) e o imaterial (o *software*).

A gestão das estruturas da comunicação torna-se um factor essencial da globalização económica:

«A verdade é que somos partes de um mundo produtivo feito de comunicação e de redes sociais, de serviços interactivos e de linguagens comuns. A nossa realidade económica e social é definida menos pelos objectos materiais produzidos e consumidos que pela co-produção de serviços e de relações sociais. Produzir significa cada vez mais construir a cooperação e a comunicação em comum.»¹⁹

A própria noção de “propriedade privada” começa actualmente a ser posta em causa, sendo que se torna difícil justificar o direito exclusivo ao usufruto de certos bens. Daqui decorre a controvérsia entre a definição de direitos de autor, o direito geral ao conhecimento e à informação, e os

¹⁹ HARDT, Michael e NEGRI, António – *Império* – Editora Livros do Brasil, Lisboa, 2004, p. 335

interesses privados na produção e difusão comercial, especialmente no que toca à área da cultura. A economia actual, especialmente nas regiões mais desenvolvidas do mundo, é definida por dois processos: por um lado, a pós-industrialização (justamente esta viragem em direcção à produção imaterial); por outro lado, a questão da mercadorização da cultura (que, de processo de expressão nacional, inerente a cada Estado e intransmissível, passa a uma área rentável do comércio mundial).

A ideia de que o crescimento económico dependerá da concentração da produção mundial nestes bens imateriais, justamente devido à sua mobilidade inerente, serviu para renovar a crença na “mão invisível” do mercado. Segundo esta teoria, a liberalização económica serviria para auto-regular e uniformizar os mercados, redistribuindo de forma igualitária os rendimentos e a riqueza, através da livre circulação dos capitais. Nesta perspectiva, os avanços científicos e tecnológicos são um elemento fundamental na regulação e igualização da sociedade, disponibilizando a todos os mesmos recursos. Desta forma, combater-se-iam a pobreza e a degradação, elevando os padrões de vida e erradicando os problemas sociais que daí derivam.

Por um lado, é verdade que a abertura ao comércio internacional estimulou o crescimento rápido de alguns países, e elevou o nível de vida de muitas pessoas, bem como a esperança média de vida. É verdade também, que a presença das novas tecnologias da comunicação reduziu o isolamento – tanto a nível cultural como individual – e que disponibilizou um maior acesso ao conhecimento por todos. As empresas transnacionais têm o dom de instilar nova vida nos países com os quais encetam relações comerciais, ao favorecer a introdução de novas tecnologias, novos métodos de trabalho, novos mercados. Utilizando a concorrência como forma de instigar à eficiência comercial e produtiva, obrigam à reafecção de recursos de actividades menos produtivas para outras mais produtivas, aumentando assim o rendimento dos países.

Por outro lado, a par da sua capacidade de agilizar a economia de um país, as empresas transnacionais também podem servir como instrumentos de transmissão de práticas de exploração intoleráveis e desumanas, incentivando à corrupção e ao abuso. Assim, a verdade é que, ao contrário do pretendido, a integração económica global serviu para revelar – e agravar – as desigualdades

de desenvolvimento entre os diferentes países:

«O Ocidente obrigou os países pobres a eliminar as barreiras comerciais, mas manteve as suas próprias barreiras, impedindo os países em desenvolvimento de exportar os seus próprios produtos agrícolas e privando-os assim desse rendimento tão necessário. Foi o Ocidente a implementar a globalização, colhendo uma parte desproporcionada dos seus benefícios à custa dos países em desenvolvimento.»²⁰

E estas desigualdades terão servido, em certa medida, para alimentar a expansão da globalização económica, uma vez que podem ser convertidas em vectores de vantagem comparativa – se as condições fossem semelhantes, não haveria vantagens a extrair da deslocalização do investimento e da produção. Ao tornarem-se formas de gerar rendimentos, ao invés de produzirem um crescimento mais equitativo e sustentado, as leis do mercado privaram muita gente dos recursos e oportunidades necessários para o desenvolvimento. Assim, embora até certo ponto, tenha desaparecido um certo modelo de estratificação económica baseado na ascendência genealógica, na prática, este foi substituído por outro modelo que se funda nas possibilidades de consumo.

Esta ideia da auto-regulação do mercado como forma de erradicação das desigualdades cria uma imagem de inevitabilidade do modelo económico vigente, definindo-o como o mais apropriado e o mais natural para a época contemporânea. A ideologia liberal defende que o capitalismo é uma economia de mercado fundada na soberania do consumidor – em que cada indivíduo tem a liberdade para escolher aquilo que pretende possuir, mediante os recursos à sua disposição. Assim, a sociedade seria constituída por indivíduos livres, independentes e iguais em direitos, e que teriam acesso à informação completa sobre todas as alternativas possíveis, bem como todas as oportunidades para as usar.

Na verdade, a “mão invisível” do mercado é sustentada por outra “mão”, bem mais visível, que impõe a forma como o mercado funciona, estabelecendo as regras do “jogo” de forma severa e rígida. Na sociedade de consumo, as necessidades confundem-se com os desejos, que podem ser

²⁰ STIGLITZ, Joseph E. – *Globalização – A Grande Desilusão* – Actualidades, Terramar, Lisboa, 2004, p. 43

facilmente influenciados. A função principal da publicidade é transformar um desejo frívolo numa necessidade incapacitante, produzindo comportamentos de dependência ao mesmo tempo que se produzem os produtos, modificando hábitos de consumo e vocacionando-os de forma rentável. Isto revela que a globalização económica não é um processo tão espontâneo e natural como se advoga.

No âmbito do capitalismo, para que as relações comerciais sejam rentáveis, é necessária a presença de políticas económicas, não no sentido de restringir o comércio, mas no sentido de facilitar o funcionamento dos mercados. A própria história do processo de globalização atesta que, ao contrário do que defendem os economistas, «O mercado livre não é, (...), um dom da evolução social. É, sim, um produto final de engenharia social e de um querer político inflexível.»²¹ Como tal, o mercado livre não é uma instituição natural, mas um processo artificial da engenharia política e social. Aliás, a norma é que os mercados sejam regulamentados, ao contrário do que defende esta ideologia. Assim, devemos considerar que o mercado e o Estado são instituições sociais interdependentes, cujo desenvolvimento depende da sua coexistência, e que esta contribui para a formação de ambos:

«A nosso ver, a história das sociedades humanas mostra que o mercado não é um puro *mecanismo natural* de afectação eficiente e neutra de recursos escassos e de *regulação automática* da economia. O mercado deve antes considerar-se, como o Estado, uma *instituição social*, um produto da história, uma *criação histórica da humanidade* (correspondente a determinadas circunstâncias económicas, sociais, políticas e ideológicas), que veio servir (e serve) os interesses de uns (mas não os interesse de todos), *uma instituição política* destinada a regular e a manter determinadas *estruturas de poder* que asseguram a prevalência dos interesses de certos grupos sociais sobre os interesses de outros grupos sociais.»²²

Admitindo este vínculo entre o Estado e o mercado, é necessário que se

²¹ GRAY, John – *Falso Amanhecer* – Gradiva, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2000, p. 31

²² NUNES, António José Avelãs – *Neoliberalismo e Direitos Humanos* – O Nosso Mundo, Editorial Caminho, Lisboa, 2003, p. 73

estímule uma relação simbiótica entre as duas instituições. Para combater as desigualdades provocadas pelo avanço desregulado do mercado livre é necessária uma reforma da economia actual, mas também da política contemporânea. No campo da economia, a aceleração do crescimento económico não pode continuar a ser o único objectivo. O crescimento tem que ser o meio para atingir outros fins, como a redução da pobreza, a educação, a igualdade e a segurança. Actualmente, a pobreza já não é apenas uma questão de ausência de rendimentos, implica o nível de instrução, a alimentação, a esperança de vida, a liberdade de expressão, a segurança e a saúde, por exemplo.

Por outro lado, embora a globalização económica tenha nascido sob a tutela do Ocidente, o aparecimento de uma economia global não implica a propagação dos valores e instituições ocidentais ao resto da humanidade. Pelo contrário, passa pela aceitação do facto de que estes valores e instituições já não são universalmente dominantes, e da constatação da existência de uma diversidade de culturas e formas de organização económica e política, que devem ser respeitadas, e não formatadas de acordo com o padrão ocidental.

No campo da política, deve tomar-se consciência de que a função principal de um Estado é assegurar a segurança e a estabilidade dos seus cidadãos, e que o liberalismo de mercado desregrado atenta contra essa função. Deve conceber-se uma forma equilibrada de Estado, nem demasiado ausente, nem demasiado interveniente, que tente criar estabilidade e crescimento, através do trabalho em conjunto com o mercado – passando de um governo autoritário e centralizado, para a governância, que implica a cooperação com múltiplos actores. É também fundamental perceber que o comércio não é politicamente neutro, que ao estabelecer relações comerciais com um país, se está a encetar uma relação de aprovação ética com o regime que o dirige, e que ao permitir a entrada de uma empresa no território nacional, se está a acolher os seus modos de actuação.

A reforma do Estado e do mercado deverá passar pelo afastamento da mentalidade da sociedade de consumo – marcada pela distorção do jogo da oferta e da procura, através da manipulação da vontade do consumidor – e pela viragem em direcção à protecção dos *direitos dos consumidores*, que subentendem o direito ao desenvolvimento económico, social e cultural.



respeitando a liberdade e a identidade, bem como a dignidade, a segurança e a livre circulação laboral e de estabelecimento de residência. Para tal é vital que se criem ou transformem as estruturas que condicionam esses direitos – a propriedade, a produção, a sociedade e o próprio poder político. Estes direitos são definidos pela Carta das Nações Unidas (Art. 55), como direitos fundamentais dos povos. Segundo António Nunes:

«(...) sem ignorar a necessidade do crescimento económico enquanto crescimento do PNB, o desenvolvimento deve colocar-se, fundamentalmente, ao serviço da *satisfação das necessidades básicas das populações* (alimentação, saúde, educação de base, serviços de água e saneamento, transportes e habitação). O conceito de *necessidades básicas* implica a satisfação de necessidades imediatas, mas também de necessidades cuja satisfação é, nos dias de hoje, um pressuposto indispensável para que as pessoas possam efectivamente atingir níveis razoáveis de produtividade e desenvolver actividades produtivas suficientemente remuneradoras, o que significa a acentuação do *carácter social* destas necessidades.»²³

3. Dimensão Política

A par do processo de globalização económica, dá-se a globalização da política. Tal como no caso da economia, embora exista uma tendência globalizante nesta área desde tempos muito remotos, a verdade é que, no caso da política, a globalização – tal como a defini anteriormente – é fruto do século XX. O salto qualitativo da modernidade para a globalização dá-se com as duas guerras “mundiais” – e com as consequências das mesmas. Ao longo de toda a História da Humanidade houveram guerras, de grande magnitude, de grande extensão temporal, e que envolveram muitos países, nações, estados, civilizações, culturas, etc. A Primeira e a Segunda Guerra Mundial destacam-se destas porque foram as primeiras a merecer a designação de “Mundial”.

Foram consideradas as primeiras de amplitude realmente global – ou, pelo menos, relativamente àquilo que era percepcionado como sendo “o

²³ NUNES, António José Avelãs – *Neoliberalismo e Direitos Humanos* – O Nosso Mundo, Editorial Caminho, Lisboa, 2003, pp. 116, 117

Mundo”. Fazem a transição do paradigma moderno para um novo paradigma social porque, por um lado, a sua origem é o confronto entre Estados soberanos, mas por outro lado, no rescaldo de ambas, as tentativas de estabelecimento de órgãos supranacionais de mediação de conflitos – primeiro a Sociedade das Nações, e depois a Organização das Nações Unidas (ONU) – representam um afastamento dessa lógica nacional. O fracasso da Sociedade das Nações, criada a pós a Primeira Guerra Mundial, não impediu, no entanto, que, após a Segunda Guerra Mundial, se fizesse uma nova tentativa de criação de uma instituição reguladora da ordem política mundial.

O intuito que levou ao estabelecimento da ONU surgiu da esperança de que esta pudesse

«(...) tornar-se no elemento organizador central de um sistema de segurança mundial, de carácter colectivo, essencialmente baseado nas premissas do direito internacional e não tanto nas manipulações da geopolítica (as ambições das principais potências militares e os interesses económicos definidos pelos centros globais de políticas financeiras)»²⁴.

De acordo com este objectivo, os Estados delegariam parte da sua autoridade à ONU, que garantiria os seus direitos e ouviria as suas reivindicações perante os outros Estados, mediando as relações entre eles, tendo sempre como objectivo final evitar conflitos. Serviria também como emissora de uma certificação de legitimidade internacional dos Estados enquanto agentes políticos internacionais, universalmente válida.

Estes objectivos de paz e segurança internacionais seriam sempre atingidos por meio da cooperação diplomática – tratados, convenções e conversações – sendo que a coerção militar seria utilizada como recurso último, no caso de se terem esgotado todas as outras hipóteses de resolução de conflitos. Ao admitir qualquer nação no seu seio, a ONU torna-se a única organização supranacional com autoridade moral, e com raio de acção e influência, enquanto organismo criado por consentimento mútuo, para tomar decisões de forma imparcial.

²⁴ FALK, Richard – *Globalização Predatória – Uma Crítica* – Economia e Política, Instituto Piaget, Lisboa, 2001, p. 111

Com base nesta premissa do consentimento mútuo de delegação de autoridade, seria de esperar que, ao dependerem da ONU para a resolução deste tipo de questões, os Estados estivessem também dispostos a cederem-lhe os meios de actuação apropriados. Mas a verdade é que, seja por indiferença política, seja por receio de perda de soberania nacional, a maioria dos Estados mostram-se relutantes em dotar a ONU dos poderes de que necessitaria para desempenhar um papel mais activo, eficiente e proeminente na cena política internacional. Este impasse entre a vontade de integração política internacional em prol da segurança mútua e a recusa dos Estados em abdicar do seu estatuto político está a prejudicar a reputação das Nações Unidas, lesando a sua influência e capacidade de actuação.

Assim, permanece um instrumento ao serviço dos Estados, funcionando dentro dos limites estabelecidos pelos Estados mais influentes, e orientando-se pelos interesses nacionais desses mesmos Estados. Por outro lado, o facto de só serem admitidos como membros Estados soberanos, exclui da participação activa do âmbito da ONU, todo o género de protagonistas não estatais, como as organizações não-governamentais e os grupos transnacionais, por exemplo.

Segundo Giddens:

«A Organização das Nações Unidas é, como o próprio nome indica, uma associação de Estados-nações. Pelo menos de momento, raramente desafia a soberania dos países, coisa que a sua Carta a proíbe de fazer.»²⁵

Para uma reorientação da ONU, de forma a ir ao encontro dos seus objectivos essenciais, seria necessária uma reforma que lhe atribuísse uma maior autonomia, evitando que tivesse que recorrer constantemente aos seus membros mais poderosos, em determinadas situações. Isto implicaria a criação eventual de uma força de paz internacional, independente e especialmente treinada, que pudesse intervir em situações do âmbito da paz e da segurança, e que preparasse o caminho para a intervenção humanitária.

Não foram só as duas guerras mundiais que fizeram surgir a globalização política. Esta foi potenciada também, em grande parte, pela globalização

²⁵ GIDDENS, Anthony – *O Mundo na Era da Globalização* – Editorial Presença, Lisboa, 2000, p. 79

económica. Os desenvolvimentos da globalização económica, como já referi, ameaçam o estatuto do poder estatal, oriundo do contexto mundial da modernidade. O Estado, enquanto repositório único do poder num dado território e foco da identidade cultural de um povo, é posto em causa pelos mecanismos do mercado livre, em especial a abertura ao comércio internacional. A primeira consequência visível da globalização é que os mercados globais terão minado a influência e a relevância dos Estados, colocando no seu lugar de proeminência as empresas transnacionais, transformando, desta forma, as culturais nacionais em algo dependente da preferência dos consumidores, ao invés de algo preestabelecido. Como refere Octávio Ianni:

«O globo não é mais exclusivamente um conglomerado de nações, sociedades nacionais, Estados-nações, em suas relações de interdependência, dependência, colonialismo, imperialismo, bilateralismo, multilateralismo. Ao mesmo tempo, o centro do mundo não é só o indivíduo, tomado singular e colectivamente como povo, classe, grupo, minoria, maioria, opinião pública. Ainda que a nação e o indivíduo continuem a ser muito reais, inquestionáveis e presentes todo o tempo, em todo o lugar, povoando a reflexão e a imaginação, ainda assim já não são “hegemónicos”. Foram subsumidos, real ou formalmente, pela sociedade global, pelas configurações e movimentos da globalização.»²⁶

Aquando do surgimento do Estado soberano, com os tratados de Vestefália (1648), a principal característica deste era a territorialidade: o poder de um Estado baseava-se no vínculo a um determinado local; a soberania, por seu lado, consistia no controlo sobre esse local. Desta forma, o Estado e a sociedade que este governa tornam-se mutuamente identificáveis – é aquilo que se chama identidade nacional. Esta identidade nacional é o fundamento para a criação de uma mentalidade de bipolaridade política, na Modernidade, que opõe o interno ao externo, tanto em termos culturais, como em termos militares. É também com base nesta premissa que se organizam as relações internacionais: reconhece-se a cada país o direito de exercer livremente a

²⁶ IANNI, Octavio – *Teorias da Globalização* – Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004, p. 13

autoridade dentro das suas fronteiras territoriais e o dever de respeitar o mesmo direito aos outros países nos seus próprios territórios.

No âmbito das relações internacionais, atribui-se uma igualdade formal a todos os Estados soberanos, independente da forma como estes obtiveram essa soberania, desde que o tenham feito sem interferir com a soberania de outros Estados – os mais cínicos diriam que seriam reconhecidos como detentores de soberania legítima, mesmo tendo interferido com a soberania de outros Estados, desde que tenham ganho a disputa. As leis que regiam estas relações entre Estados modernos, eram fundadas na vontade destes se submeterem as essas leis, ou seja, não eram vinculativas. As relações internacionais partem do pressuposto da interdependência das nações, que se centra nas relações externas, diplomáticas, entre países tomados como soberanos, formalmente iguais, a despeito das suas diversidades, desigualdades e hierarquias.

Aliás, os seus mecanismos de resolução de conflitos dependem dessas disparidades quanto à capacidade de actuação no cenário mundial, em termos políticos, económicos, militares, geopolíticos, culturais, etc. É uma interdependência não espontânea, mas negociada, administrada, que supõe a paz como tendência necessária ou como ideal. Para mais, na modernidade, as desigualdades nas relações internacionais eram entendidas implicitamente como a consequência natural da superioridade da raça ou cultura. Desta forma, as relações internacionais são fruto do *status quo* da época moderna, sendo dependentes do conceito de Estado soberano.

Com o advento da globalização, e à medida que a soberania do Estado é recorrentemente redefinida pela desterritorialização, também as relações internacionais mudam. São substituídas por relações transnacionais, que se realizam com os Estados ou apesar deles, sem consideração pelas suas fronteiras ou especificidades nacionais. O que esta passagem das relações internacionais para as transnacionais veio estabelecer é que, como diz Peter Singer:

«A soberania nacional não tem qualquer valor moral *intrínseco*. O valor que a soberania nacional tem deriva do papel desempenhado, em circunstâncias normais, por um princípio internacional de respeito da soberania nacional na promoção de relações pacíficas entre estados.»²⁷

²⁷ SINGER, Peter – *Um Só Mundo – A Ética da Globalização* – Filosofia Aberta, Gradiva, Lisboa, 2004,

Ou seja, está a surgir um novo tipo de soberania, que tem que equacionar considerações nacionais e supranacionais, e cujo objectivo principal já não é a regulação interna de um território, mas a salvaguarda dos interesses do seu povo. Ao se assumirem como parte integrante de uma sociedade internacional interdependente, os Estados contemporâneos têm de se conformar com uma obediência mínima a um conjunto de normas jurídicas, cujo objectivo é manter a integridade dessa sociedade. Ao estabelecer-se a paz, o equilíbrio e a cessação de conflitos como os valores em função dos quais se reúne a sociedade internacional, há uma tomada de consciência de que o modelo “Estatocêntrico” da modernidade já não é eficaz na regulação da nova ordem mundial.

O paradigma social que surge com a globalização escapa à capacidade normativa do Estado porque se constitui numa multiplicidade de círculos sociais, redes de comunicação, relações de mercado e estilos de vida, sendo que nenhum é específico de um dado local. Assim, as relações intergovernamentais são articuladas com relações entre indivíduos e grupos, que não têm a territorialidade como vector definitivo. A globalização é um processo que não admite centros territoriais de poder, não assenta em fronteiras, é descentralizado e descentralizante, e que, portanto, origina identidades híbridas, oriundas das trocas plurais que a caracterizam. Rocha-Cunha distingue relações transnacionais e relações internacionais, da seguinte forma:

«Enquanto realidade social, as relações internacionais são mais do que meras relações interestatais, pois abrangem relações entre indivíduos e colectividades humanas que não se esgotam na ideia de comunidade politicamente organizada (Estado).»²⁸

Como já referi anteriormente, o grande incentivo ao movimento de

p. 204

²⁸ ROCHA-CUNHA, Silvério – “Trabalhos de Sísifo do Direito e da Política no Actual Labirinto da Sociedade Mundial” in *Economia e Sociologia – Política, Cidadania e Cultura numa Era Global* – N.º 80, Gabinete de Investigação e Acção Social, Instituto Superior Económico e Social de Évora, Évora, 2006, p. 174

globalização advém da liberalização do mercado. Ao funcionar à revelia de quaisquer fronteiras nacionais ou barreiras culturais, o mercado livre minou as bases dos Estados soberanos e mutilou os seus mecanismos de organização da vida social. Este processo de redução das capacidades dos Estados dá-se em várias dimensões, directa ou indirectamente relacionadas com a globalização do mercado:

- **Circulação:** as trocas económicas a nível mundial estimularam o aumento dos fluxos migratórios entre várias áreas do planeta; estes fluxos designam a deslocação de indivíduos do seu país de origem para outro destino, seja devido a questões laborais, de procura de melhores condições de vida, turismo, ou por razões de sobrevivência; têm, como tal, um efeito desestruturante tanto no país de origem como no país de acolhimento;

A este respeito, Ulrich Beck refere um fenómeno de surgimento relativamente recente – ao qual dá o nome de “poligamia transnacional de lugar” (“transnational place polygamy”²⁹ no original) – que designa a pertença dos indivíduos a vários locais, uma globalização biográfica que está para além do turismo (dado que não implica apenas uma visita a um local), e da migração (uma vez não se limita à mudança definitiva de um local de origem para um de destino, que se tornará a nova base de localização do indivíduo), mas o sentimento de pertença real a várias localizações espaciais diferentes, e o estabelecimento de residência nesses locais.

- **Informação:** as relações económicas estimulam também a difusão das novas tecnologias da comunicação e da informação; estas tecnologias dão origem a um contacto activo, simultâneo e recíproco entre indivíduos, através de todas as fronteiras constituídas por nações, religiões e continentes; ao contrário das formas territoriais de comunidade, não se apoiam em ligações familiares, na tradição, na proximidade espacial ou mesmo em laços sócio-culturais, mas apenas

²⁹ BECK, Ulrich – *What is Globalization* – Polity Press, Cornwallha, Grã-Bretanha, 2004, p. 73

em interesses comuns;

Ao estarem disponíveis de forma não controlada a todos os indivíduos, retiram ao sistema político o monopólio da informação, uma força fundamental para a manutenção do mecanismo de poder do Estado soberano, de acordo com o modelo da Modernidade.

- Cultura: através da combinação das trocas comerciais, dos fluxos migratórios e das redes de comunicação, o modelo estatal é forçado a relacionar-se com outras formas de organização da sociedade e com outras culturas; os fluxos e as trocas culturais que se estabelecem com base nestes processos têm várias semelhanças com os movimentos religiosos, que também operam à parte das fronteiras nacionais;

Este modelo é primariamente ocidental e, no decurso da globalização, deve aprender a respeitar a diversidade, especialmente no que toca às relações com o Oriente; para além disso, o próprio indivíduo assume-se cada vez mais como um actor de direito na cena internacional, dado que em certos contextos, o Estado perdeu a sua função de intermediário.

- Organizações não-governamentais e Supranacionais: a globalização confronta o Estado com actores internacionais que escapam ao seu controlo – por um lado, os outros Estados, e por outro lado, as empresas e organizações transnacionais e supranacionais; com o aumento das redes de interdependência política, muitos dos domínios tradicionais da acção do Estado começam agora a ser coordenados por instituições ou alianças de cariz intergovernamental; é o caso de áreas como a defesa, a comunicação, a administração económica, a protecção do meio ambiente e a paz internacional;

A violência pode ocorrer apenas a nível interno, não ultrapassando as fronteiras do território onde surge, mas a verdade é que, na era da globalização, as suas consequências têm sempre repercussões externas; isto leva a que, em certos casos, seja necessária a violação do princípio de soberania, de forma multilateral, sob o pretexto da resolução de conflitos internos, com vista à protecção do

bem-estar internacional.

▪ Contestação: ao diminuir a influência normativa do Estado sobre os processos económicos, a liberalização do mercado desenvolve-se de forma anárquica, seguindo o desenrolar dos acontecimentos à escala mundial, tentando extrair vantagens destes, sem estabelecer juízos de valor; isto cria um clima de incerteza, que estimula o aparecimento de movimentos activistas e de contestação, que protestam contra várias características do processo de globalização; existe uma grande diversidade de correntes deste movimento “anti globalização” – variam das que consideram a globalização como positiva, desde que lhe seja dada uma nova orientação e responsabilidade, para as que não procuram transformar a sociedade, mas defender uma causa particular;

Estes movimentos são compostos por grupos de indivíduos que defendem causas como a protecção dos bens comuns e cidadãos globais, a segurança mundial, a ajuda aos mais carenciados e a criação de formas adequadas de governação; caracterizam-se pela tendência para a transnacionalidade dos seus membros, meios e objectivos – o que prejudica ainda mais a soberania, dada a sua capacidade para suscitarem a opinião pública mundial.

▪ Criminalidade: uma das consequências mais nefastas da globalização económica, e da consequente liberdade de circulação, é a expansão e desenvolvimento das redes de crime organizado; desde o tráfico de drogas ao financiamento do terrorismo, a intensificação da criminalidade transnacional, deve-se principalmente à ausência de respostas apropriadas por parte dos Estados, cujos sistemas não estavam preparados para lidar com o aspecto internacional deste fenómeno;

As organizações aproveitaram eficientemente as lacunas na cooperação e regulação internacional, dado que as investigações e sanções entram em confronto com a autoridade, independência e soberania dos Estados; desta forma, estas redes criminosas tiveram a possibilidade de criarem sistemas de difusão e alastramento das suas

práticas, de forma clandestina ou paralela à economia.

Como tal, a integração no mercado mundial e a fragmentação nacional são processos simultâneos e complementares, ambas pertencentes ao mesmo movimento de redistribuição de riqueza, soberania, poder e liberdade de actuação. Boaventura de Sousa Santos³⁰ aponta três tendências na transformação actual do poder do Estado: “*desnacionalização do Estado*”, que designa uma perda de eficiência do aparelho estatal, decorrente da reorganização das suas capacidades, tanto ao nível nacional como supranacional; “*de-estatização dos regimes políticos*”, que designa a transição do conceito de “governo” para o de “governância” – ou seja, da centralidade do Estado enquanto regulador social e económico, para a parceria e associação intergovernamental e não governamental; e a “*internacionalização do Estado nacional*”, que refere o aumento da influência do contexto internacional na actuação dos Estados.

Estas tendências levam a que comece a espalhar-se a teoria de que está a surgir um “governo global”: a fragmentação da autoridade dos Estados nacionais estaria a levá-los, através das alianças transnacionais, a convergirem na direcção de um Estado mundial, ou de uma federação global democraticamente instituída, cujas funções seriam a supervisão do processo de globalização e a resolução pacífica dos conflitos entre Estados e entre agentes globais. Esta teoria apoia-se, por um lado, nas funções supranacionais desempenhadas pela comunidade internacional organizada e, por outro lado, na força da “sociedade civil global”, composta pelas “iniciativas colectivas e individuais de cidadãos, de cariz voluntário e não lucrativo, tanto no plano nacional como internacional”³¹.

A ideia de um governo mundial, construído à imagem do Estado-nação, pode levar à criação de um Estado centralizado e unitário, ou mesmo a uma potência imperial, um Estado hegemónico, que monopolizasse o poder e a influência, impondo-se ideologicamente aos outros Estados. A outra

³⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa – “Os Processos da Globalização” in *Globalização: Fatalidade ou Utopia* – Edições Afrontamento, Porto, 2001, p. 44

³¹ FALK, Richard – *Globalização Predatória – Uma Crítica* – Economia e Política, Instituto Piaget, Lisboa, 2001, p. 233

possibilidade é o surgimento de uma rede que ligue os centros de poder – Estados soberanos e outros agentes importantes – coordenada por uma forma de autoridade não hegemónica, superior a esses centros de poder, mas cuja validade dependesse da aceitação e submissão voluntária de todos os participantes. O princípio fundamental de criação dessa rede seria a partilha de normas e interesses comuns e o consenso acerca da forma preferencial de resolução de problemas e conflitos.

É o caso da União Europeia. A UE é um processo transnacional de transição do modelo estatal moderno para uma maior integração dos Estados soberanos Europeus, de modo a melhor lidar com os desafios da globalização. A área de intervenção da UE tem-se expandido do plano económico e político, para o social e o civil, e mesmo para o plano cultural e individual, ao estabelecer direitos individuais e colectivos relacionados com a cidadania. No entanto, esta expansão exigiu – e continua a exigir – um sacrifício das competências e poderes dos seus Estados-membros:

«A redução do poder e da autonomia do Estado-nação para regular a actividade económica e social tem encontrado a sua expressão mais acentuada na Comunidade/União Europeia (UE), como resultado de um processo que antecipou de certa forma as tendências globalizadoras. No contexto europeu, a erosão das soberanias tem sido acompanhada pelo desenvolvimento de uma nova instância ou «estado» regulador. A importância da UE como entidade reguladora resulta de os seus poderes irem para além dos de qualquer outra organização internacional, uma vez que pode produzir legislação aplicável no interior dos Estados-membros sem necessidade de negociação ou intervenção posterior por parte destes.»³²

O futuro do projecto da UE continua incerto, no que toca às adaptações às pressões globalizantes, e ao equilíbrio destas com as pretensões dos Estados. Exceptuando o caso da UE, não existe presentemente nenhuma outra alternativa viável, desejável ou consensual para a constituição de uma organização unitária da Humanidade a nível mundial. Ao contrário do que

³² GONÇALVES, Maria Eduarda – “Europeização e Direitos dos Cidadãos” in *Globalização: Fatalidade ou Utopia* – Edições Afrontamento, Porto, 2001, p. 341

defendia o capitalismo de mercado, embora tenham destituído os Estados de muitas das suas competências, as empresas transnacionais não conseguiram ocupar o seu lugar, nem ultrapassar as dificuldades e as vulnerabilidades a que estes estavam sujeitos. Por outro lado, o seu grau de independência real em relação à influência desses Estados é menor do que se esperava. Muitas delas ainda estão dependentes da vontade dos Estados, da opinião pública – local ou global – e a sua acção é grandemente condicionada pelas culturas de cada território.

«Mas a economia-mundo capitalista, seja de alcance regional, seja de alcance global, continua a articular-se com base no Estado-nação. Ainda que reconheça a importância das corporações transnacionais, Wallerstein reafirma a importância do Estado-nação soberano, mesmo que essa soberania seja limitada pela interdependência dos Estados nacionais e pela preeminência de um Estado mais forte sobre os outros.»³³

Neste caso, o Estado manterá a sua posição central na cena política nacional e internacional, continuando a representar funções de regulação, segurança e mediação – é o repositório do poder militar, e como tal o único agente habilitado para manter a ordem nas situações de conflito. Isto deve-se ao facto de a mentalidade estatal estar entranhada na cultura ocidental contemporânea. As pessoas ainda pensam em si como estando organizadas em sociedades territorialmente delineadas. A excepção a esta perspectiva – uma excepção cada vez mais generalizada – vem de uma minoria constituída por dois grupos: o primeiro é o grupo das pessoas que, por várias razões, se encontram descontentes com esta forma de organização social (os excluídos, os marginalizados, etc.); o segundo grupo é composto pelas pessoas que se encontram em constante contacto com as desigualdades entre os Estados, e que têm a convicção de que a abolição das fronteiras acarretaria o nivelamento das condições de vida globais.

Assim, o Estado soberano continua vigente, mas só reterá a sua importância mediante uma reforma da essência do seu conceito. E parece cada

³³ IANNI, Octavio – *Teorias da Globalização* – Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004, pp. 39, 40

vez mais consensual que essa reforma deve passar preferencialmente por dois factores vitais: a democracia e os direitos humanos. A democracia é um sistema político assente na participação popular universal, manifestada através de eleições, e caracterizado pela competição entre partidos pelo controlo do aparelho de Estado, possibilitado pelo apoio popular nessas eleições. O apoio popular permite a legitimação do poder político, ao criar a certeza de que este realmente representa a vontade do povo, sendo limitado por uma constituição e regularmente sujeito ao escrutínio pelo povo e pelos seus representantes. Há aqui uma convicção subjacente de que os Estados democraticamente orientados serão mais moderados, tanto em termos internos como externos, procurando a constituição de um mundo mais pacífico.

A democracia só funciona mediante o respeito pelos direitos humanos pessoais e colectivos, dado que estes vão ao encontro dos seus valores fundamentais: a liberdade, a igualdade e a dignidade dos indivíduos. Os direitos de voto e de participação na vida pública pertencem a um conjunto de direitos que a democracia procura salvaguardar: o direito à liberdade de expressão e discussão, e de pertencer a grupos ou associações de natureza política, por exemplo. Os direitos humanos surgiram inicialmente como direitos individuais, dado que postulam a não-ingerência dos poderes públicos na esfera privada, ou seja, partem da concepção de que os indivíduos têm direitos inalienáveis, que estão para além do alcance da soberania dos Estados. Dado que cria um ponto comum de ligação de todos os indivíduos enquanto membros da espécie humana, esta protecção da esfera privada em relação à influência do poder público levou a que o progresso dos direitos humano se revelasse, até certo ponto, como um factor de esvaziamento do poder estatal.

Esta tendência é magnificada pela internacionalização jurídica dos direitos humanos, através do seu estabelecimento em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, entre outros. No entanto, as próprias características inerentes ao direito internacional dificultam o processo de concretização dos direitos humanos enquanto realidade universal. Rocha-Cunha refere que o direito internacional é “um direito onde nada é eficaz sem acordo”³⁴. Como tal, o direito internacional, ao contrário do direito interno, é

³⁴ ROCHA-CUNHA, Silvério – “Trabalhos de Sísifo do Direito e da Política no Actual Labirinto da

um direito não de subordinação, mas de coordenação, dado que não existem organismos que fixem, de forma autoritária, as normas que regulam as relações entre os Estados e que resolvam coercivamente os conflitos. A obrigatoriedade do direito internacional deriva da auto-limitação de cada Estado, e da sua vontade de se submeter a convenções, sob a pena de sanções.

Desta forma, embora a forma actual da democracia esteja em perigo de entrar em colapso, dada a sua falta de preparação para lidar com a globalização, ela ainda aparenta ser o único modelo de governação possível para o novo paradigma social. No entanto, se, por um lado, na era da globalização, o Estado autoritário se revela incapaz de manter o controlo sobre a população em várias áreas – especialmente no campo das comunicações – manifestando uma deficiência crónica de flexibilidade e dinamismo para se manter como uma possibilidade viável na actualidade, por outro lado, isso não conduz directamente à democracia. A globalização cria um conjunto de condições que gera uma concorrência entre os Estados pela atenção das empresas transnacionais e pela utilização dos recursos naturais, que entram em fase de escassez. Os modos de governação que satisfaçam estas condições triunfarão no contexto da globalização, quer sejam ou não democráticos.

Não devemos confundir a tendência irreversível do mercado mundial para criar a interdependência das culturas mundiais, com a criação de uma civilização universal, modelada de acordo com o modelo democrático Ocidental. Aliás, o sucesso recente dos países asiáticos atesta justamente que é possível utilizarem-se os processos da globalização a favor de um regime alternativo à democracia. Contrariamente à ideia generalizada no Ocidente, a globalização não é sinónimo de democratização à escala planetária, e não implica necessariamente a defesa implícita dos direitos humanos.

Ao longo do século XX, o surgimento e desenvolvimento do processo de globalização deu-se sob a alçada quase exclusiva da América e da Europa, o que criou esta noção de que o Estado, segundo os parâmetros ocidentais, era um dado universal. Ao criar a possibilidade para uma relação de maior

proximidade entre o Ocidente e o Oriente, a globalização económica tornou óbvio que os pressupostos civilizacionais em que o Ocidente se apoiava eram infundados, causando uma crise na confiança ocidental na superioridade do seu modelo de organização social e política. Esta crise deve ser o ponto de partida para a construção de um novo paradigma civilizacional, social, político e económico – este será o desafio lançado pela globalização.

4. Dimensão Cultural

«Uns descodificam as promessas de um planeta democrático unificado por uma cultura universal – um planeta reduzido pelos *media* às dimensões de uma “aldeia global”, como disse Marshall McLuhan. Outros vêem a causa de uma inelutável perda de identidade que eles deploram. Outros, ainda, militam para fazer afirmar os seus particularismos até ao ponto de fazer uso da violência.»³⁵

Este é o estado actual do panorama cultural. Aquilo que designamos por “cultura”, e que é usado para definir o grupo de características que são reconhecidas como a “identidade” de um povo, é um conceito construído com base na tradição. A tradição é um conjunto de hábitos, práticas e rituais que, sendo passados do passado para o presente através das gerações, se assumem como a memória de um povo. As culturas, fundando-se na tradição, estão sempre ligadas a uma determinada sociedade, em termos históricos e geográficos. A excepção são as “diásporas”, culturas tradicionais que têm uma dimensão mais social que espacial, como é o caso das comunidades religiosas, por exemplo. No entanto, mesmo estas – religiosas ou de outros tipos – tiveram uma dada origem territorial, a partir da qual se expandiram.

A cultura engloba a arte, a lei, o conhecimento, a crença, a moral, os hábitos e costumes que se desenvolvem no âmbito de uma sociedade. Serve como um meio de orientar o comportamento dos membros dessa sociedade. Perpetua-se através de práticas religiosas, educativas, alimentares, artísticas e lúdicas, mas também através das formas de organização do parentesco e da

³⁵ WARNIER, Jean-Pierre – *A Mundialização da Cultura* – Editorial Notícias, Lisboa, 2002, p. 7

hierarquia social e política. Como tal, a unidade social de base da cultura é o Estado-nação, havendo uma ligação estreita com a língua. Esta unidade encontra-se no cerne do processo de identificação gerado pela cultura. Este processo é o que permite a um indivíduo reconhecer a sua pertença a um dado contexto social, e por oposição, estabelecer parâmetros de distanciamento em relação a outros contextos sociais.

Segundo Warnier:

«Recapitulemos: a cultura é uma totalidade complexa constituída por normas, por hábitos, por repertórios de acção e de representação, adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade. Toda a cultura é singular, geograficamente ou socialmente localizada, objecto de expressão discursiva numa língua determinada, factor de identificação pelos grupos e pelos indivíduos e de diferenciação em relação aos outros, sendo as orientações dos actores uns em relação aos outros e em relação aos seus lugares vizinhos. Toda a cultura é transmitida pelas tradições reformuladas em função do contexto histórico.»³⁶

A tradição, como vector fundamental da cultura, serviu como principal condicionante da vida em sociedade durante a História da Humanidade. Este estatuto é posto em causa com a globalização, na medida em que a tradição começa a ser encarada, não como uma consequência espontânea e inerente à vida em sociedade, mas como um produto premeditado dos agentes do poder. É por essa razão que as tradições se alteram com as mudanças no controlo do poder, sendo portanto, um processo que é relativo a um dado território, mas também a um dado período de tempo histórico, e a um dado contexto social, dependente de uma dada vontade governativa. A tradição altera-se de duas formas: através da passagem lenta do tempo; e através de algo inesperado, que esvazie o seu significado e lhe retire a sua justificação e pertinência social.

É a este processo de transformação daquilo que é percebido como tradição que se dá o nome de “deslocalização”: a separação das actividades económicas, culturas e identidades, dos seus vínculos a um dado território, e a passagem das mesmas para um contexto global. A deslocalização é sempre

³⁶ WARNIER, Jean-Pierre – *A Mundialização da Cultura* – Editorial Notícias, Lisboa, 2002, p. 16

acompanhada por um movimento simultâneo e inverso, denominado “localização”: este é composto pelo conjunto de iniciativas direccionadas à manutenção de espaços de sociabilidade, cuja função é manter os laços comunitários entre os seres humanos. É através deste processo de localização que o movimento de globalização se vai combinando e acomodando aos padrões, valores e instituições das sociedades em que penetra.

Ao interferir com a soberania dos Estados, a expansão da globalização económica não causa transformações apenas no campo da política, mas também na área da cultura, dado este vínculo entre o Estado-nação e a cultura nacional. Esta transformação dá-se de duas formas: por um lado, a cultura é confrontada com a alteridade, tendo que lidar com questões como o respeito pelo externo/estranho/estrangeiro, o medo do desconhecido e a atracção pela novidade; por outro lado, a crescente competitividade entre os Estados pelas vantagens económicas, leva a uma industrialização da cultura. A industrialização da cultura é o mecanismo central da globalização cultural, na medida em que propicia a divulgação das culturas nacionais, dando-lhes uma difusão a nível global que elas normalmente não teriam.

No início do processo de globalização, as culturas eram consideradas como obstáculos à penetração dos produtos estrangeiros nos mercados nacionais, mas com o passar do tempo, descobriu-se que as próprias produções culturais eram bens passíveis de serem mercantilizados e, portanto, rentáveis. Para mais, a sua rentabilidade económica era acompanhada por uma difusão em larga escala dos valores culturais das suas sociedades de origem. Esta procura competitiva de segmentos de mercado internacional é o que vai levar aos confrontos entre culturas diferentes, especialmente quando aliada à mentalidade inicial da globalização económica, dominada pelo etnocentrismo ocidental e os valores imperialistas da modernidade.

Da modernidade, a era contemporânea não herdou apenas o modelo capitalista na economia, e o modelo estatal na política, mas também um modelo cultural, cujas principais características são o etnocentrismo, o secularismo, o localismo e o proselitismo. Ou seja, essencialmente é um modelo em que cada cultura procura expandir a influência das suas características próprias a outros territórios, dado que possui a convicção da sua superioridade civilizacional. Como diz Leonardo Boff:

«Viemos de um ensaio civilizatório, hoje mundializado que realizou coisas extraordinárias, mas que é materialista e mecânico, linear e determinístico, dualista e reducionista, atomizado e compartimentado. Separou matéria e espírito, ciência e vida, economia e política, técnica e poesia, Deus e mundo.»³⁷

Esta convicção encontrou no processo de globalização um meio perfeito para a sua concretização. A tendência imperialista do Ocidente tem a sua causa numa dificuldade em aceitar a alteridade: a reacção ocidental ao Outro foi sempre a da negação dessa diferença, através da incorporação, da submissão ou da destruição do Outro. Com a globalização, há uma tentativa deliberada de tornar a civilização ocidental num sinónimo de desenvolvimento, crescimento, evolução e progresso, e de incutir os seus valores, padrões de comportamento e instituições por todo o mundo. Aliás, há uma ideia que subjaz a todo o processo de globalização: a ideia de que o futuro de todas as nações do mundo seria a aceitação das instituições e dos valores ocidentais, sendo que a diversidade cultural não seria uma condição permanente, mas uma etapa no processo de criação de uma civilização universal, cujo fundamento seria a racionalidade.

Assim, surge o receio de que a globalização seja, na verdade, um processo de “ocidentalização”, já que o ímpeto inicial deste processo se iniciou no Ocidente e a partir de factores ocidentais. Na verdade, este receio de homogeneização cultural centra-se mais especificamente na figura dos Estados Unidos da América, enquanto nação mais influente e actor mais proeminente das relações internacionais contemporâneas. Dado que, após o colapso do comunismo soviético, os EUA se estabeleceram como única potência global na área da economia, tecnologia, política, cultura e militar, esta posição permite-lhes um raio de actuação e tomada de decisão que se equipara a um domínio imperial. São os únicos com capacidade de intervenção independente, a nível mundial. Justificam essa capacidade com a defesa da sua soberania, ao mesmo tempo que evidenciam uma pretensão de jurisdição mundial, dado que se

³⁷ BOFF, Leonardo – “Civilização da Re-ligação” – <Leonardo Boff>. <http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

vêm a si próprios como o paradigma da civilização ocidental.

Na verdade, os EUA não são o centro de um projecto imperialista. A sua influência e capacidade de intervenção não-militar a nível mundial derivam, não da espectacular superioridade dos seus valores e instituições, mas do sucesso das suas políticas económicas e capacidades industriais. Como tal, a temida homogeneização das culturas relevaria menos de uma americanização da cultura, e mais de uma adopção generalizada das técnicas de produção e comercialização americanas. Segundo Warnier:

«Embora as indústrias culturais americanas, em particular o cinema e o audiovisual, ganhem uma parte invejável nos mercados da cultura ao ponto de representar uma ameaça para as indústrias concorrentes, embora estas indústrias confirmem à sociedade americana uma visibilidade mundial, embora certos símbolos emblemáticos (*MacDonald's, Coca-Cola, Disney*) estejam presentes em todo o mundo, embora a língua anglo-americana esteja a um passo de se tornar numa linguagem planetária, não podemos no entanto, concluir, por isso, que todas as culturas do mundo estejam em curso de americanização. Constatase que, de facto, a humanidade é uma máquina de criar diferenças. Cada cultura, cada grupo conserva a sua distância e defende a sua identidade recontextualizando os bens importados.»³⁸

É imperativo, como tal, não confundir a indústria cultural com a cultura. A indústria cultural é apenas o aspecto técnico e comercial da cultura. Mas, por outro lado, a cultura já não é apenas a tradição, enquanto conjunto de hábitos, valores e costumes, dado que um sistema deste tipo – que exige um certo grau de isolamento – se torna inviável numa organização social marcada pelo fluxo ininterrupto de ideias, de informações e influências. Como tal, a globalização cultural, enquanto movimento global de difusão dos processos da indústria cultural, encontra-se irremediavelmente ligado ao desenvolvimento de redes de comunicação, através das novas tecnologias da informação, computação e entretenimento.

Estas redes de comunicação tiveram como principal consequência o aumento espectacular da permeabilidade e das influências externas na vida

³⁸ WARNIER, Jean-Pierre – *A Mundialização da Cultura* – Editorial Notícias, Lisboa, 2002, p. 102

cultural das sociedades. Através dos meios audiovisuais de comunicação de massas – os “*mass media*” – promove-se o estabelecimento de uma cultura global. Embora as culturas tenham estado sempre em contacto umas com as outras – especialmente devido à proximidade geográfica, ou a relações comerciais e políticas – os avanços tecnológicos do século XX fizeram surgir um contexto completamente diferente nesta área: a partir do momento em que se encontraram dotados de meios físicos de fabricação cultural, os países desenvolvidos passaram a poder difundir, massiva e globalmente, os elementos das suas próprias culturas.

Os elementos constituintes das culturas tradicionais são as imagens, a música e as palavras, e estes são uma criação específica, que varia de uma sociedade para outra. O que a indústria cultural globaliza são os suportes físicos em que se difundem estes elementos: a televisão, o cinema, as obras literárias, e produção de registos áudio. Alguns autores acrescentariam a fotografia, a publicidade, o espectáculo e o turismo, sendo que actualmente é imprescindível incluir também a Internet, enquanto meio virtual de difusão de todos estes suportes. Warnier define indústrias culturais como as actividades industriais que produzem e comercializam discursos, sons, imagens, artes, e que têm como características fundamentais a necessidade de grandes meios, a utilização de técnicas de reprodução em série, a relação com o mercado, e a organização laboral do tipo capitalista – o criador torna-se um trabalhador e a cultura torna-se um produto.

A sociedade contemporânea é profundamente marcada pela presença dos *mass media*, especialmente porque eles criam as condições necessárias ao pleno exercício de liberdades e direitos fundamentais, como a liberdade de expressão e informação. Por outro lado, ao assumirem um protagonismo tão grande na área cultural e económica, passa a depender deles – e da sua interpretação dos acontecimentos – a forma como o mundo percepção com os factos, e a realidade em geral. Este controlo deve-se ao facto de que, através das novas tecnologias da comunicação e informação, surge uma variante da globalização cultural, denominada “globalização cognitiva” e que assenta na imagem.

A utilização e mercadorização de recursos como a televisão, o cinema, a publicidade e especialmente a Internet, muda o foco da produção real para a

virtual, dos produtos materiais para os simbólicos: as imagens, a informação, o conhecimento. A questão principal a este nível é a velocidade de difusão: como a transmissão destes elementos não-materiais é quase instantânea, cria uma ligação de simultaneidade entre vários locais, tornando-os interdependentes. O resultado é ligação de nichos culturais, anteriormente isolados, o que vai obrigá-los ao confronto de perspectivas e a uma subsequente relativização das suas mundividências próprias. Se, por um lado, isto gera a reafirmação dogmática e prosélita da identidade cultural, por outro lado, dá origem ao desenvolvimento de culturas genuinamente transnacionais, desligadas dos Estados.

Bertrand Badie e Marie-Claude Smouts descrevem da seguinte forma o modo como estes fluxos culturais operam:

«(...) cobrindo sectores muito variados, como a língua, a religião, a ideologia, as instituições, eles relevam de racionalidades muito diversas que só têm em comum o facto de procederem à difusão de códigos, de sistemas de significação cujo objectivo é criar, numa sociedade, modos de percepção partilhados por todos e no entanto fornecidos por outrem.»³⁹

A criação destas redes de identificação global, pelos *mass media*, leva a uma unificação da população mundial. O importante deixa de ser o conteúdo do que é veiculado mas o facto de se estabelecerem essas relações. Não se defende que essas relações sejam vazias de conteúdo, mas o facto é que, seja qual for o conteúdo, haverá, nalguma parte do mundo, alguém que se identifica com ele e que lhe é receptivo. É a partir deste processo que se desenvolvem as comunidades de interesses entre pessoas que podem ou não conhecer-se pessoalmente. É neste contexto que começa a surgir o conceito de “aldeia global”: uma comunidade global, composta pela interdependência de toda a população, que se forma como uma cultura de massas, veiculada pela difusão de produções locais e nacionais, mas também globais; afecta toda a população, independentemente das suas particularidades nacionais, culturais,

³⁹ BADIE, Bertrand e SMOUTS, Marie-Claude – *O Mundo em Viragem – Sociologia da Cena Internacional* – Economia e Política, Instituto Piaget, Lisboa, 1999, p. 121

linguísticas, religiosas, históricas, etc; a indústria cultural potencia a globalização e virtualização das representações, imagens e ideias que potenciam a criação destas redes de relações.

A aldeia global constitui um espaço descentralizado, baseado na liberdade de informação e comunicação dos indivíduos, e numa emancipação dessas pessoas a nível global. É em parte por esta razão que se encara a regulação da Internet como censura daquele que é, por excelência, um espaço aberto de comunicação. Um outro factor de importância vital acerca deste conceito é que os membros da aldeia global não conseguem evitar a percepção da sociedade humana na sua totalidade. Para esta percepção contribui, em grande medida, a existência de uma língua global: apesar das diversidades de vários tipos, a nível mundial, o inglês assume-se cada vez mais como a linguagem da globalização. Este protagonismo do inglês como língua global advém do sucesso económico dos Estados Unidos da América, no âmbito da globalização.

Ao tornar-se o idioma do mercado global, surge o receio de que o inglês substitua gradualmente os outros idiomas, extinguindo alguns e condenando outros a limitarem-se a contextos nacionais e localizados. Na verdade, o próprio inglês adquire novos significados no âmbito da globalizando, alterando-se e deturpando-se no contacto com outras culturas. Como tal, parece mais plausível que as outras línguas permaneçam, mas passando pelo mesmo processo de modificação, havendo, desta forma, a possibilidade de um enriquecimento, ao invés da extinção. A globalização linguística não implica necessariamente, portanto, a homogeneização linguística. Aliás, devido a esse confronto com outras línguas, cresce cada vez mais o número de pessoas que domina mais de uma língua – sendo que, geralmente a tendência é para o domínio do inglês, para além da sua língua de origem. A extinção da maioria dos outros idiomas implicaria que a aprendizagem do inglês substituisse a de todas as outras línguas, desde a infância.

A tendência das últimas décadas do século XX revela, justamente, que ao invés de seguir o intuito moderno da homogeneização cultural, a globalização está a servir como estimulante para o aparecimento de diversidade, de particularismos, novas identidades e formas de organização social. Ao mesmo tempo que uniformiza os mecanismos de produção e

comércio, a globalização fornece às sociedades as condições para fabricar diferenças e especificidades. Estas condições surgem da articulação de configurações locais, nacionais, regionais, internacionais e transnacionais. A interpenetração destas configurações, especialmente ao nível urbano, estilhaça a identidade enquanto elemento concreto de um dado território, permitindo que a população desse território se diferencie em vários grupos e sub-culturas.

É importante salvaguardar, no entanto, que a filiação a um destes grupos e sub-culturas não é hermético nem estigmatizante, havendo sempre a possibilidade da pertença a vários grupos e do abandono de um e ingresso noutra, mediante as condições apropriadas. Os indivíduos assumem-se, agora, como membros de uma multiplicidade de dimensões sócio-culturais, e a sua identidade é fruto da miscigenação das características dessas dimensões.

«A humanidade, hoje como antes, é uma máquina de fabricar diferenças, clivagens, distâncias, distinção de clãs, de linguagens, de domicílios, de classes, de países, de fracções políticas, de regiões, de ideologias, de religiões.»⁴⁰

Em relação a este aspecto, Boaventura de Sousa Santos⁴¹ refere que a globalização se desdobra em quatro variantes, consoante o seu modo de produção geral:

- *Localismo globalizado* – é o processo de difusão de um fenómeno local, a nível global; o sucesso deste processo traduz-se na capacidade de controlar os recursos, os termos da integração e a competição;
- *Globalismo localizado* – consiste nas reacções ao impacto local produzido pelos localismos globalizados; as condições locais são desestruturadas e reestruturadas para lidar com esse impacto;
- *Cosmopolitismo* – é a organização transnacional da resistência às trocas desiguais que estão na base dos localismos globalizados e dos globalismos localizados, por parte dos Estados, regiões, classes ou grupos sociais; para tal, usam as possibilidades de interacção criadas

⁴⁰ WARNIER, Jean-Pierre – *A Mundialização da Cultura* – Editorial Notícias, Lisboa, 2002, p. 105

⁴¹ SANTOS, Boaventura de Sousa – “Os Processos de Globalização” in *Globalização: Fatalidade ou Utopia* – Edições Afrontamento, Porto, 2001, pp. 71-76

pelo sistema globalizado, como as novas tecnologias;

- *Património Comum da Humanidade* – é a luta transnacional pela protecção e desmercadorização de recursos, entidades, artefactos e ambientes considerados vitais para a sobrevivência digna da humanidade e para o desenvolvimento sustentável.

A resistência aos efeitos nocivos da globalização, presentes no Cosmopolitismo e na defesa do Património Comum da Humanidade, indica que os próprios indivíduos inseridos no âmbito deste processo deixam de ser receptores passivos do mesmo. É neste movimento de resistência que se estabelece a importância social daquilo a que Hardt e Negri chamam a “multidão”. Segundo estes autores, a multidão é composta pelo conjunto dos indivíduos globalizados, que – individual ou organizadamente, local ou globalmente – decidem opor-se ao desenvolvimento desregrado da globalização, utilizando o seu poder enquanto cidadãos para exigir que sejam criadas medidas para regular este processo. É daqui que surgem os protestos contra a globalização. Ironicamente, é a própria globalização que cria as condições para o surgimento e o sucesso deste protestos.

Foi devido à difusão dos meios tecnológicos de comunicação e informação que se gerou a força da multidão. Se, em épocas anteriores, havia um desfasamento temporal na tomada de conhecimento dos acontecimentos, e nas trocas de comunicação entre as pessoas, hoje em dia, esse desfasamento desapareceu virtualmente. Por outro lado, liberdade de circulação também é um factor potenciador da influência da multidão. António Sousa Ribeiro aponta para uma transformação no conceito de “fronteira”, em que esta deixa de ser entendida como uma barreira, um espaço de separação e diferenciação ou contenção, passando a ser encarada, no âmbito da globalização, como um espaço de comunicação e de interacção:

«(...) a fronteira começa por ser antes do mais a linha imaginária sobre a qual se projecta a noção de diferença e a partir da qual se torna possível a afirmação da identidade».⁴²

⁴² RIBEIRO, António Sousa – “A Retórica dos Limites: Notas sobre o Conceito de Fronteira” in *Globalização: Fatalidade ou Utopia* – Edições Afrontamento, Porto, 2001, pp. 468, 469

Todavia, se por um lado, as manifestações anti-globalização geram um sentimento de união universal, por outro lado, a livre circulação de pessoas, informações e ideias também facilitam o surgimento de sentimentos nacionalistas e xenófobos. O conceito de base do nacionalismo é o “etnicismo”: este pretende criar uma ligação entre etnia e nação, através de práticas ideológicas, encetadas por uma qualquer organização de cariz político, cujo objectivo é estabelecer a noção da nação como um facto histórico, geográfica, social e culturalmente singular e independente, com uma continuidade temporal e histórica. É com base nestes conceitos que se gera o “etnocentrismo” – a identificação normal de cada indivíduo com a sociedade a que pertence e a valorização da sua própria cultura. No entanto, o etnocentrismo, quando levado ao extremo, pode descambar no “racismo”, que implica uma crença na superioridade – inata e biológica – da própria etnia ou raça, em relação às demais.

De acordo com estas teorias, temos graus distintos de identificação social: com a família, a cidade, a nação, o grupo étnico, a crença religiosa, a humanidade. Assim, por esta razão, colocamos os nossos interesses próprios acima dos interesses dos outros, colocamos os interesses dos nossos concidadãos acima dos interesses dos cidadãos de outros países, e colocamos os nossos interesses como espécie acima dos interesses das outras espécies. O que provoca o extremar do etnicismo é o processo de “aculturação” gerado pela globalização: este fenómeno assenta num esbatimento dos particularismos étnicos, causado pelo contacto contínuo e directo entre indivíduos de culturas diferentes, de forma massiva, e que produzem alterações nos padrões culturais num ou em ambos os grupos.

O etnicismo é posto em perigo pela globalização, na medida em que põe em causa os argumentos utilizados por este movimento, ao pôr em contacto vários grupos étnicos similares, ou de origens comuns, separando a etnia de uma suposta base territorial. No entanto, o racismo e o preconceito não desaparecem no contexto da globalização. Dado que a globalização potencia uma proximidade estreita entre populações diferentes, as desigualdades sociais são acentuadas, gerando-se uma situação de perigo social permanente. Neste contexto, o preconceito e a xenofobia não se dissipam, mas antes evoluem, refinando-se as suas formas e estratégias: passa-se de uma teoria

baseada na superioridade biológica, para uma teoria assente na superioridade cultural – as capacidades dos indivíduos são iguais, ao nível genético, mas a sua superioridade é determinada pela sua pertença a culturas diferentes.

É no contexto desta transição na natureza do preconceito que surge o fundamentalismo. O fundamentalista está absolutamente convencido da superioridade da sua doutrina em relação às demais, chegando ao ponto de afirmar dogmaticamente que a sua é a única que comporta a verdade absoluta. Por oposição, todas as demais perspectivas são falsas, e portanto, devem ser descartadas e mesmo combatidas. Esta forma exclusivista de ver a cultura resulta na intolerância. A intolerância gera o desprezo, que dá origem à violência. A globalização, ao estabelecer redes de interacção cultural e mobilidade a nível global, é percebida por parte da Humanidade como uma libertação do isolamento, mas é vista por outra parte como a destruição de todo um conjunto de directrizes orientadoras, ou seja, como veículo do caos social.

O fundamentalismo associado à violência degenera no terrorismo. O terrorismo é a forma mais extrema de reacção fundamentalista. No terrorismo, a violência física é apenas parte da estratégia; é o veículo, o instrumento do terror; serve para estimular a imaginação, combinando-a com o medo e a paranóia. Não é apenas importante que os actos sejam apenas violentos, é também essencial que estes contenham um elemento de espectacularidade e dramatismo, se bem que escudados numa aura de anonimato. Procura, acima de tudo, disseminar um medo indistinto. É uma prática recente, que surge no âmbito da própria da globalização e como reacção a este processo.

Aliás, a globalização, ao colocar em contacto todos aqueles indivíduos que se encontram descontentes ou desiludidos com o rumo que este processo está a tomar, está a potenciar o surgimento e proliferação dos movimentos terroristas. Enquanto que anteriormente, estes não passavam de movimentos de resistência local, com as tendências actuais de mobilidade e informação livre, passam a ter acesso a condições altamente eficazes de proliferação e actuação, a nível global – como o acesso a fundos e informações partilhadas e instantaneamente disponíveis, noção clara do conjunto dos seus apoiantes e do efeito dos seus actos, além de um certo grau de anonimato.

Segundo Anthony Giddens:

«O século XXI será o campo de batalha em que o fundamentalismo se vai defrontar com a tolerância cosmopolita. Num mundo em processo de globalização, em que a transmissão de imagens através de todo o globo se tornou rotineira, estamos todos em contacto regular com outros que pensam de maneira diferente, que vivem de maneira diferente. Os cosmopolitas louvam e adoptam esta complexidade cultural. Os fundamentalistas consideram-na perturbadora e perigosa. Quer se trate de religião, de identidade étnica ou de nacionalismo, refugiam-se numa tradição renovada e purificada, e, quantas vezes, também na violência.»⁴³

Nalguns casos de fundamentalismo, a origem do movimento assenta numa base religiosa. A função da religião é funcionar como veículo de uma cultura, criando directrizes para a vida social, estabelecendo parâmetros de orientação moral, controlando formas de expressão e de interpretação do mundo. Ou seja, tem uma função preservadora ou conservadora do *status quo*. Por outro lado, apesar dos particularismos locais que surgem eventualmente, as religiões são essencialmente transnacionais, dado que a identificação com uma dada doutrina está fora do âmbito biológico ou territorial. Assumem assim, um enorme protagonismo ao nível da influência na política internacional. No entanto, este protagonismo é seriamente prejudicado com o desenvolvimento do capitalismo.

Este, ao provocar a difusão do modernismo, e com ele do pensamento científico, mina as bases da religião, ao exigir respostas lógicas e racionais para os problemas colocados pela realidade, o que entra em confronto com o dogmatismo assente na crença, defendido pela religião. Desta forma, a religião começa a desaparecer gradualmente da esfera pública, passando a ser tolerada unicamente enquanto fenómeno confinado ao domínio privado de cada indivíduo. Esta situação tem duas consequências directas: por um lado, dá-se a pulverização das identidades e identificações religiosas, na medida em que cada um tem uma versão religiosa própria e individual, sendo todas as outras consideradas como opinião; por outro lado, dá-se um “desencantamento” generalizado da realidade, na medida em que, através do processo de

⁴³ GIDDENS, Anthony – *O Mundo na Era da Globalização* – Editorial Presença, Lisboa, 2000, p. 18

racionalização, o indivíduo assume uma perspectiva céptica com relação à vida.

Como consequência indirecta destes fenómenos, a importância da religião dissipa-se das estratégias da política mundial. No entanto, alguns países não compartilham desta perspectiva. É o caso do Islamismo, em que não se faz a separação entre o político e o religioso. Esta separação não é feita, porque estes países não passaram pelo movimento Iluminista, que provocou a derrocada do pensamento religioso no Ocidente, a partir do século XVII. Assim, o Alcorão é utilizado como referência única na organização da sociedade e do Estado.

Desta forma, o Islão rejeita a globalização segundo o padrão ocidental e a secularização que a acompanha. Rejeita, acima de tudo, aquilo que considera a decadência moral do Ocidente, que inclui o colonialismo, o racismo, o intervencionismo, a ultra-permissividade social e sexual. Todavia, soube aproveitar os instrumentos que esta pôs ao ser dispor, criando o aparecimento de um movimento islâmico global, que gere apoiantes, informação, transferências monetárias – e num nível mais preocupante, os activistas que podem recorrer ao terrorismo como forma de defender a sua causa.

CAPÍTULO II – A NECESSIDADE DE UMA ÉTICA GLOBAL NO PENSAMENTO DE HANS KÜNG

«(...) ainda vivemos numa época que é destroçada pela religião e pela política, que é plena de guerra e conflito e ao mesmo tempo necessita de orientação, uma época em que muitas autoridades morais perderam credibilidade, e muitos critérios e normas falharam.»⁴⁴

É assim que Hans Küng descreve, em *Yes to a Global Ethic*, o panorama social contemporâneo. Desde o final da II Guerra Mundial – ou, segundo certos autores, desde o início da I Guerra Mundial – a Humanidade tem vindo a atravessar uma mudança de paradigma social. O novo paradigma (apelidado de “pós-moderno”, para o distinguir do paradigma “moderno”, que o antecedeu) constitui-se numa sociedade policêntrica, pós-industrial, plural, global, multiconfessional, apoiada na comunicação, na tecnologia e na diversidade.

Küng recorre a Mahatma Gandhi, e à sua enunciação dos Sete Pecados Mortais do mundo actual – riqueza sem trabalho, diversão sem consciência, conhecimento sem carácter, negócio sem moralidade, religião sem sacrifício e política sem princípios – para resumir a sua visão do que está errado com a sociedade. O autor aponta também para a grave falta de visão realista, por parte dos líderes mundiais, no sentido de anteciparem as consequências dos seus actos, e das suas omissões. Ninguém consegue ver mais além do que o presente, há uma sensação de impotência cultural generalizada, e instalou-se um vazio opressivo. Mesmo as grandes ideologias de outrora perderam a sua credibilidade, os seus postulados são postos em causa, e os seus dogmas e instituições faliram. O colapso ecológico, económico e social ameaça até a fortaleza ideológica da crença utópica no progresso evolutivo e tecnológico do Ocidente. E a pressão tende a aumentar, à medida que o movimento de globalização se alastra a todos os cantos do planeta, fundindo questões

⁴⁴ KÜNG, Hans – “Will a Global Ethic Prevail?” In *Yes to a Global Ethic* – SCM Press, Londres, 1996, p. 1 - “[...] we still live in an age which is torn apart by religion and politics, which is full of war and conflict and at the same time lacking in orientation, an age in which many moral authorities have lost credibility, [...] and many criteria and norms have slipped.”

nacionais e regionais, com questões globais, e até mesmo com a sobrevivência da própria humanidade.

A solução, para Kūng, passa por uma reorientação radical da economia, da política e da religião actuais, preparando-as para o novo paradigma social. Cada uma destas áreas representa um pilar fundamental da globalização: a economia foi desde o início – e continua a ser – o catalisador deste movimento, ao constituir o incentivo inicial para uma maior generalização das relações abertas entre os Estados, realçando os benefícios que poderiam advir destas e, através da expansão da tecnologia e dos meios de comunicação, estabeleceu os meios de acelerar e perpetuar esta tendência; a política representa o potencial da globalização, dado que, apercebendo-se dos benefícios revelados pela economia, criou as possibilidades legais para expandir o processo de integração transnacional e de remoção de barreiras ao comércio; a religião, por seu turno, representa para Kūng, dado o seu carisma e influência sobre os corações dos povos, aquela que deve ser a força motriz por detrás do estabelecimento da nova ética global, necessária para a reeducação da humanidade.

1. Economia

A globalização da economia é um dos aspectos principais do processo de globalização, dado que propicia e promove a integração global de outras áreas da sociedade como a cultura, os meios de comunicação e o trabalho. Define-se, segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), como o processo pelo qual os mercados e a produção de diferentes países se tornam crescentemente integrados e mutuamente dependentes, devido à dinâmica das trocas de bens e serviços, e do movimento de capitais e tecnologia. Assim, a globalização da economia é acompanhada pela globalização dos recursos tecnológicos.

«A globalização é a grande esperança para alguns e o grande terror para outros. [...] Por todo o mundo novos mercados gigantes estão a formar-se, com oferta de bens e trabalho e possibilidades de comunicação, mas ao mesmo tempo a concorrência intensifica-se a nível

mundial e o desemprego cresce nas nações industriais.»⁴⁵

É assim que Kūng descreve a natureza dual da influência do movimento de globalização nas relações económicas na actualidade. Estas consequências da globalização económica – as positivas e as negativas – são o resultado de um processo de longa duração, que se iniciou no século XIX, na Europa.

O liberalismo, a teoria económica dominante neste período – que se centrava no indivíduo e no seu interesse pessoal como força motriz nos negócios e na sociedade – deu início a este processo, ao incentivar a liberalização dos mercados, através da minimização da intervenção estatal nas relações económicas e da remoção de barreiras e entraves às trocas comerciais entre Estados soberanos. Embora esta ideologia económica tenha tido os seus altos e baixos ao longo dos últimos dois séculos, a verdade é que actualmente a maioria das economias líderes são “neoliberais”. Essa propagação deve-se em muito à influência do capitalismo de modelo Americano, que se tornou altamente popular no século XX, enquanto paradigma de sucesso económico.

A base do liberalismo é o individualismo radical: a sociedade é vista inteiramente pela perspectiva do indivíduo, e encarada como um conjunto de situações que podem servir-lhe de recursos ou obstáculos para a obtenção dos seus objectivos pessoais. Estes objectivos são geralmente orientados para os bens materiais, a conquista de poder e influência pessoal, sendo que a liberdade é considerada o valor essencial das relações sociais. Esta ideologia tem sido recentemente posta em causa pelas ciências sociais e humanas, como a psicologia e a antropologia cultural, que afirmam que o ser humano é um ser social, que só pode atingir o auge da identidade e individualidade pessoal através da interacção e integração sociais constantes.

Assim, ao contrário do que é defendido pelo liberalismo, os indivíduos não agem unicamente de acordo com a racionalidade económica, nem os seus interesses pessoais são exclusivamente materiais. Existem, como tal,

⁴⁵ KÜNG, Hans - *A Global Ethic for Global Politics and Economics* – Oxford University Press, Nova Iorque, 1998, p. 159 - «Globalization is the great hope for some and the great terror for others. [...] All over the world giant new markets are forming, with offers of goods and labour and possibilities of communication, but at the same time competition is hardening world-wide and there is growing unemployment in the industrial nations.»

necessidades humanas que a economia não consegue suprir. Esta realidade torna-se flagrante dado que, através do movimento de globalização, o processo de liberalização dos mercados se tem espalhado pelo mundo. Isto cria a percepção de que o mundo se está a tornar cada vez mais pequeno, dado que as interacções – não só comerciais, mas também culturais – entre os povos de diferentes civilizações se multiplicam.

Ao contrário do que defendem alguns economistas, a sua área não constitui um espaço sem ética; os negócios têm uma dimensão moral, dado que envolvem pessoas reais, e não apenas mercadorias e capitais. O dinheiro, os capitais, os negócios, a indústria e o trabalho não são neutros nem estão isentos de valor, dada a sua influência na vida das pessoas. Embora a prosperidade, o progresso, o consumo, a satisfação e o poder não sejam inerentemente maus, podem tornar-se prejudiciais se forem tomados como conceitos absolutos, como valores supremos, o propósito e objectivo de vida, pelos quais as pessoas estejam dispostas a sacrificar tudo o resto. Cada um deles deve ser avaliado, e a sua aplicação deve ser estudada caso a caso, para evitar generalizações que permitam subterfúgios morais. O próprio lucro não é um fim, mas um resultado. O ser humano é que é o sujeito real da economia, nunca se devendo tornar um objecto, um instrumento para atingir o lucro.

Esta multiplicação dos contactos entre os povos que anteriormente se encontravam separados por condicionantes de vários tipos leva a que se torne crescentemente necessária a elaboração de uma ética que regule os processos e relações económicas. A função desta ética seria a de se certificar que as trocas comerciais, as políticas económicas e os métodos empregues têm em vista o desenvolvimento humano. O desenvolvimento não pode ser entendido unicamente como crescimento económico, mas como o processo que leva a um avanço real da Humanidade. A economia existe devido ao ser humano e em prol da Humanidade, e as suas instituições não devem ser modelados apenas pelo poder, mas devem sempre fazer justiça à dignidade humana.

Actualmente, sob a influência dos processos da globalização, a economia mundial tornou-se maioritariamente independente, e nenhuma política ou instituição tem a capacidade de conduzir eficientemente o seu desenvolvimento. Por um lado, seria uma tentativa vã parar, ou mesmo reverter, este processo. Por outro lado, a teoria de que o mercado se auto-

regula, funciona para o bem-estar de todos os cidadãos e garante o progresso constante, tem sido constantemente refutada pela realidade, revelando que se torna insuficiente, e até perigoso, confiar cegamente nessas forças.

Segundo o autor,

«Os economistas dizem-nos que a economia é um processo aberto: a actividade de negócios é o resultado da acção humana constante e não de um único plano humano. Assim, não podemos excluir completamente a possibilidade de que a “teoria do caos” tenha algo a dizer aos economistas [...]: pequenas perturbações no sistema, que mal se notam no início, podem levar com o tempo a mudanças dramáticas.»⁴⁶

Küng pretende alertar para a imprevisibilidade da situação actual, e para o perigo de entender projecções económicas, baseadas na possibilidade e na probabilidade, como dados científicos concretos.

Na visão de Küng, não deve ser imposta à economia uma ética externa, mas antes deve ser incentivado o surgimento de uma ética interna, a partir dos próprios processos económicos. A única ética realmente útil para o novo contexto económico seria uma ética que aliasse a responsabilidade e pragmatismo dos economistas realistas, com os horizontes idealistas. Uma ética deste tipo pressupõe ideais e valores económicos nos negócios, mas questiona as consequências previsíveis das decisões e políticas económicas, assumindo a responsabilidade pelas que forem negativas.

Essa ética tem mais probabilidades de surgir, não no âmbito do liberalismo puro, mas no âmbito daquilo de Küng chama o “liberalismo social ou ordenado”. Embora defenda uma concorrência livre e funcional como o liberalismo puro, o que também garante um certo nível de justiça na distribuição de recursos e capitais, estabelece simultaneamente uma política consistente de ordenação dos processos, dirigida à salvaguarda da concorrência

⁴⁶ KÜNG, Hans - *A Global Ethic for Global Politics and Economics* – Oxford University Press, Nova Iorque, 1998, p. 166 - «The economists tell us that the economy is an open process: business activity is the result of constant human action and not of a single human plan. So we can hardly exclude completely the possibility that ‘chaos theory’ has something to tell the economists [...]: small disturbances of the system, hardly noted at first, can in time lead to dramatic changes.»

por regulamentos legais, à consolidação do desenvolvimento económico e à protecção dos direitos daqueles que se encontram numa posição mais fraca no mercado. Só assim se concretizam, ao mesmo tempo, a liberdade dos indivíduos e a justiça social. Este processo previne também qualquer expansão monopolista de poder por um grupo ou organização comercial, requerendo a criação de uma base legal para o evitar. Assim, assegura que os interesses, as pressões e os cálculos da racionalidade económica não suplantam as exigências fundamentais da razão ética.

2. Política

«As pessoas falam sobre a 'comunidade das nações', 'comunidade mundial'. Mas isso existe? Não existe ainda, como antes, simplesmente uma associação de estados soberanos que perseguem os seus velhos interesses nacionalistas por detrás da torrente da retórica internacionalista?»⁴⁷

Küng coloca desta forma a questão da política, no contexto da globalização. Com o advento do movimento de integração global, tornou-se notória uma tendência para a interdependência entre os Estados soberanos, que não se verificava anteriormente. Essa tendência manifestou-se, principalmente após a II Guerra Mundial, com a constituição de organizações multinacionais, transnacionais e mundiais, com campos de acção e intervenção variados, como a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), a ONU (Organização das Nações Unidas), a OMC (Organização Mundial de Comércio), a UE (União Europeia), entre outras.

Mas, apesar do discurso que defende que se está a constituir uma única sociedade global, até que ponto é que este conceito não está ainda longe de se concretizar? Até que ponto é que os Estados abdicam dos seus interesses

⁴⁷ KÜNG, Hans - *A Global Ethic for Global Politics and Economics* – Oxford University Press, Nova Iorque, 1998, p. 3 - «People talk so much about the 'community of nations', 'world community'. But is there such a thing? Is there not still, as before, simply an association of sovereign states who pursue their old nationalistic interests behind the torrent of internationalistic rhetoric?»

nacionais em prol do bem comum da Humanidade? Na Modernidade, a política, fosse interna ou externa, era entendida como uma luta pelo poder, sendo que este é definido por Max Weber como «[...] a competência, possibilidade ou liberdade para determinar alguma coisa, pessoas ou circunstâncias»⁴⁸, e como «[...] qualquer oportunidade para impor a própria vontade dentro de uma relação social mesmo contra a oposição, não importa a base desta oportunidade»⁴⁹.

A acção política básica de um Estado era a manutenção, expansão e demonstração desse poder. No cerne da política externa dos Estados estava o interesse nacional, o que levava a que, quando os interesses coincidiam, se estabelecia a paz e a cooperação entre as nações; pelo contrário, quando os interesses colidiam, surgiam inevitavelmente conflitos. Quando era possível chegar a um compromisso, tentava-se chegar à paz através da diplomacia. Mas quando não havia qualquer hipótese de compromisso, só restava a ameaça da força, e no extremo, o conflito armado. Mas até que ponto é que os ditos “interesses nacionais” representavam realmente os interesses da nação e da totalidade do seu povo, e não apenas aquilo que o soberano entendia como o melhor, num dado momento, para o Estado e aqueles que detém o poder?

Por um lado, os interesses nacionais não meras ideias subjectivas, têm um fundamento na realidade política de cada nação. Por outro lado, não são factos puramente objectivos, estão abertos à subjectividade, não podendo ser calculados ou quantificados. Daí a facilidade de os distorcer e subverter à perspectiva de cada soberano. Com a nova realidade da globalização, caracterizada pelo multilateralismo, pela integração e, portanto, pela interdependência crescente, os interesses nacionais só se podem definir através de um processo complexo, em que são tidos em conta, não só os benefícios e prejuízos de uma dada acção política a nível nacional, mas também o que ela acarretará em termos de interacção noutros países, e das possíveis reacções

⁴⁸ KÜNG, Hans - *A Global Ethic for Global Politics and Economics* – Oxford University Press, Nova Iorque, 1998, p. 51 - «[...] the competence, possibility or freedom to determine something else, people or circumstances»

⁴⁹ KÜNG, Hans - *A Global Ethic for Global Politics and Economics* – Oxford University Press, Nova Iorque, 1998, p. 51 - «[...] any opportunity to impose one's will within a social relationship even against opposition, no matter what the basis for this opportunity»

destes a essa acção.

Assim, na actualidade, torna-se necessária uma nova ética, que acompanhe as especificidades do novo paradigma político, sem olvidar as características intemporais da Humanidade nesta área. Os seres humanos devem ser encarados, não numa perspectiva puramente optimista – como os Iluministas, que entendiam o ser humano como naturalmente bom e racional, o mundo como um cosmos ordenado, a política como um meio do progresso humano e de melhoramento do mundo, e o poder como intrinsecamente benéfico – nem numa perspectiva meramente pessimista, que veja os seres humanos como corruptos, irracionais e perigosos por natureza, o mundo como caótico, a política como um negócio sujo e o poder como imoral e vicioso. Numa perspectiva verdadeiramente realista, os seres humanos são complexos e ambivalentes, divididos entre o racional e o irracional, uma mistura de virtude e egoísmo, que podem usar o poder correcta ou incorrectamente.

Ao longo da História da Humanidade têm-se desenvolvido processos vários de controlo do abuso de poder, geralmente *a posteriori* da própria situação de abuso. É o caso da criação das constituições, da divisão do poder entre vários detentores que se controlam mutuamente, do estabelecimento de direitos inalienáveis, do princípio de proporcionalidade dos meios, da participação popular no poder, e da redução de diferenças entre fracos e poderosos. Na nova ética mundial, é necessário que se evite o abuso de poder, mas de forma *a priori*. Ou seja, que se assuma que existe no ser humano uma tendência recorrente para o abuso de poder, e que se criem mecanismos de o evitar, ou pelo menos, de minimizar as suas consequências.

Assim, necessitamos de um novo paradigma político, que combine a percepção sóbria dos interesses com uma orientação ética de cariz universal. A mera ética do realismo político, centrada no sucesso, em que os fins justificam os meios, já não é apropriada para a nova era da Humanidade. Também a ética idealista, para qual só é importante uma motivação puramente boa, já não é suficiente, porque não dá atenção ao real equilíbrio de poderes. Para Kūng, só uma ética da responsabilidade tem validade, uma vez que defende uma convicção moral, mas procura realisticamente as consequências reais das políticas, e assume a responsabilidade por elas. A política do paradigma pós-moderno consiste numa combinação do calculismo político com o juízo ético.

Por um lado, a ética política deve ser una e indivisa: não pode haver uma moralidade para o Estado e outra para os indivíduos. Para que o Estado aja realmente de acordo com os interesses do povo que governa, tem de estar submetido às mesmas regras morais que ele. Deve centrar-se naquilo que é bom, não em termos abstractos, mas nas situações concretas, e sempre com vista ao serviço das pessoas:

«[...] o ser humano deve ser objectivo e o critério da política.
[...] A política é um meio essencial de utilizar o potencial humano que existe de forma a levar ao ambiente mais humano e intacto possível.»⁵⁰

Não se pretende abolir o poder, como defendem os anarquistas. Antes, deve exigir-se dos políticos que não utilizem o poder que detêm para fins pessoais, mas para fins que beneficiem o todo.

Por outro lado, tal como não se pretende uma religião global, também não visa estabelecer um governo mundial, dado que uma forma de governação global central poderia levar a um mundo ainda menos democrático que o actual. Assim, o desafio é encontrar um equilíbrio entre estas duas situações, que adequa a organização global à realidade da diversidade dos povos do mundo, para que a gestão dos assuntos globais seja integrada com os interesses de toda a humanidade, e para que se estabeleçam as bases para um futuro sustentável. Para tal, é necessário que se incentive a neutralidade do Estado, que deve tornar-se tolerante relativamente a várias religiões e credos, filosofias e ideologias. Não faz parte das funções do Estado democrático decretar mundividências oficiais nem estilos de vida, nem estabelecer valores e normas morais.

3. Religião

Küng questiona desta forma o papel das religiões no novo paradigma

⁵⁰ KÜNG, Hans - *A Global Ethic for Global Politics and Economics* – Oxford University Press, Nova Iorque, 1998, p. 68 - «[...] the human being must be the goal and criterion of politics [...]. Politics is an essential means of drawing on the human potential which does exist in order to further the most humane and intact environment possible.»

civilizacional:

«[...] ao longo dos séculos, as religiões constituíram um sistema de directrizes orientadoras que edificou os princípios de uma determinada moral [...] numa sociedade como a nossa, amplamente secularizada, ainda terá de ser assim?»⁵¹

O autor acredita que a sociedade actual já não está disposta a tolerar a imposição de normas morais de natureza transcendente, nem a ser forçada a obedecer a dogmas imperativos, como os veiculados pela religião, sem os questionar e descobrir que estes têm um fundamento lógico, adaptado à sua realidade, ao invés apenas de se fundamentarem num conjunto de crenças de base mítica ou mística. Nesta perspectiva, só uma ética vinculativa e compulsiva, alicerçada na realidade sócio-cultural actual, será apropriada para conduzir a humanidade no novo milénio.

No entanto, Kūng alerta para o facto de que esta ética não pode ser criada às custas da religião, mas a partir dela, do seu carácter libertador e humanizante, ao invés da sua vertente repressiva ou regressiva. É aqui que entra em evidência a complementaridade da ética e da religião: há uma clivagem entre aquilo que pode ser comunicado pela ética, e o que só pode ser assegurado pelo potencial categórico e universal da religião. Na sua perspectiva, a paz no mundo depende da paz religiosa, e esta só é possível através do diálogo entre as religiões. Uma concepção social que exclua a dimensão religiosa é deficiente, dado que esta – como a Arte e o Direito – é um fenómeno universal. Assim:

«Descurar – por negligência, ignorância ou ressentimento – este fenómeno humano universal na nossa análise equivaleria a não ter em conta, quer a neguemos ou a aceitemos, uma dimensão essencial da existência e da história humanas.»⁵²

⁵¹KÜNG, Hans – *Projecto para uma Ética Mundial* – Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa, 1997, p. 73

⁵²KÜNG, Hans – *Projecto para uma Ética Mundial* – Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa, 1997, p. 87

A dimensão categórica e incondicional das exigências éticas só podem ser asseguradas, e o sentido de dever ético só pode ser inculcado nos indivíduos, por algo absoluto e universal, com poder para transmitir um significado transcendente. A história da Humanidade provou, às vezes de forma trágica, que as religiões têm esse mesmo poder. As grandes religiões têm a capacidade de apelar, de forma racional e, simultaneamente, de forma emocional, aos indivíduos, independentemente da sua origem e circunstância. Desta forma, veiculam determinados princípios éticos fundamentais e máximas orientadoras de comportamento, que são aceites incondicionalmente pelos seus seguidores. Apresentam aos indivíduos uma norma suprema de consciência moral, que os vincula entre si, à sua comunidade – qualquer que seja o seu tipo – e à própria religião. Esta, apesar do seu falhanço brutal em determinadas instâncias, ainda tem o potencial para ajudar a descobrir o sentido último das coisas, a preservar a identidade pessoal e a legitimar e concretizar as acções fundamentalmente correctas.

Desta forma,

«[...] que contributo podem dar as religiões, não obstante os seus sistemas simbólicos e dogmáticos díspares, para a promoção de um *ethos* comum, que simultaneamente as distinga dos esforços empreendidos neste sentido pela filosofia, a prática política, as organizações internacionais e as iniciativas filantrópicas de todo o tipo?»⁵³

Para Kūng, a religião seria a única entidade apropriada para mobilizar milhões de pessoas no sentido da adopção de uma ética mundial, e até para apelar à consciência dos indivíduos, no sentido de inculcar o dever de auto-limitação voluntária (o dever de colocar o bem da Humanidade acima da nossa própria vontade pessoal), imprescindível para o sucesso de qualquer projecto ético.

Mesmo com o movimento de secularização, actualmente, a religião ainda constitui uma força central na sociedade; as pessoas identificam-se com os

⁵³ KÜNG, Hans – *Projecto para uma Ética Mundial – Epistemologia e Sociedade*, Instituto Piaget, Lisboa, 1997, p. 106

valores promovidos pelas religiões – como a fé, a família, o sangue e a pátria – mesmo que não se considerem crentes. Hoje possuímos os recursos económicos, culturais e espirituais suficientes para introduzir uma nova ordem global, mas o emprego desses recursos na construção pacífica de um mundo melhor, continua a ser ameaçado por novas e velhas tensões étnicas, nacionais, sociais, económicas e religiosas. Na opinião de Kūng, as tradições religiosas e culturais distintas não devem impedir o envolvimento comum dos indivíduos e das comunidades na oposição a todas as formas de conflito e na procura de uma melhor vivência em conjunto.

Expressa esse mesmo sentimento quando afirma: «Por todo o mundo, as convicções religiosas são muitas vezes a causa, não da paz, compreensão e reconciliação, mas da guerra, intolerância e fanatismo.»⁵⁴ Acrescenta, no entanto, «[...]as religiões permanecem uma força espiritual que pode mudar o mundo para melhor.»⁵⁵ Kūng reconhece, assim, nas religiões, um aspecto positivo – constitui uma das grandes tradições de sabedoria para a humanidade – e um aspecto negativo – o extremismo e a violência praticada em nome da religião são uma doença que afecta o mundo.

Embora, no futuro, os Estados-nação permaneçam os protagonistas das relações internacionais, os principais conflitos da política global serão travados ao nível das civilizações, e estas estão marcadas pelas religiões. O autor alerta para uma tendência preocupante da actualidade, quando afirma que:

«O fenómeno da globalização, a um nível, não exclui o da regionalização, a outro nível. [...] a par do fenómeno de “uniformização”, [...] confrontamo-nos hoje com um novo recrudescimento das diferenças e antagonismos étnicos e religiosos.»⁵⁶

A religião serve, muitas vezes, intenções puramente políticas, como a

⁵⁴ KÜNG, Hans – “Will a Global Ethic Prevail?” In *Yes to a Global Ethic* – SCM Press, Londres, 1996, p. 1 - «All over the world, religious convictions are often the cause, not of peace, understanding and reconciliation, but of war, intolerance and fanaticism.»

⁵⁵ KÜNG, Hans – “Will a Global Ethic Prevail?” In *Yes to a Global Ethic* – SCM Press, Londres, 1996, p. 2 - «[...] the religions are still a spiritual force which could change the face of the earth for the better.»

⁵⁶ KÜNG, Hans – *Projecto para uma Ética Mundial* – Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa, 1997, p. 220

guerra, por exemplo. Nos conflitos, as religiões podem ter um papel primordial, seja como instrumento de justificação, seja como incentivadoras do confronto.

Por um lado, utilizando a religião como referência, é mais simples e seguro aguçar oposições, vilanizar oponentes e cerrar militantemente as próprias fileiras, fornecendo, simultaneamente, um motivo inquestionável e transcendente para tal. Por outro lado, assistimos, recorrentemente, a líderes e membros de religiões a incitar à agressão, ao fanatismo, ódio e xenofobia, legitimando e inspirando, desta forma, a violência e os conflitos. A Humanidade não pode permitir que as religiões continuem a ser usadas desta forma, ou que continuem a ter este poder: de atizar conflitos bélicos, em vez de promoverem a paz; de accionar fanatismos, em vez de buscarem o seu apaziguamento; de praticar a intolerância, em vez de exercitarem o diálogo.

Küng acredita que existem, nas religiões, motivações fundamentais para a paz, não só a individual, mas também para a paz social. Utilizando este seu potencial, elas podem ter um contributo decisivo neste sentido, mas apenas se existir uma base de confiança entre as religiões que, por sua vez, influencie o mesmo sentimento nas nações. E essa base de confiança só pode ser assegurada pelo estabelecimento de um diálogo, cujo objectivo principal seria incitar as religiões a tomarem consciência da sua importância e a reconhecerem a sua responsabilidade partilhada pela paz mundial.

O estabelecimento dos fundamentos para este diálogo, bem como a generalidade das relações entre as religiões, são ainda, nesta época vincadamente secularizada, grandemente minadas por dogmatismos e solipsismos. Há uma tendência, nas religiões em geral, de se centrarem em si mesmas para se preservarem daquilo que consideram uma conspiração por influências externas. O contacto entre as religiões gera uma ansiedade, que surge tanto devido ao contacto em demasia como em insuficiência. Assim, devem ser criadas mais possibilidades de encontro, fomentando a sensação de que a pluralidade religiosa deve ser entendida como enriquecimento, e não como ameaça.

Os assincronismos entre as religiões, que instilam recorrentemente em cada uma a noção de única defensora da verdade, resultam de determinados paradigmas históricos, e o seu contributo para a dificuldade do diálogo não

deve ser subestimado. Esta posição de defesa zelosa da sua verdade como “A Verdade”, única e inquestionável, assenta na perspectiva de que a crença dos outros se baseia num erro. Assim, cada religião, partindo do desconhecimento real e aprofundado das outras, mostra uma tolerância condescendente, nunca as validando. Como não reconhece a validade de qualquer visão além da sua, não considera as detentoras dessas visões como suas iguais. Esta tolerância é um primeiro passo essencial para o diálogo entre as religiões.

O facto de que cada religião representa uma situação inteiramente independente e dotada de um perfil específico, não deve no entanto, ofuscar o facto de que estas não são situações estáticas, mas realidades vivas e em evolução permanente. Apesar disso, todas elas, por mais distintas ou divergentes que sejam entre si, respondem a questões fundamentais da Humanidade, e proporcionam mundividências e caminhos de salvação semelhantes. Por exemplo, Kūng refere: «Em termos concretos, cinco grandes mandamentos [...] são reconhecidos como válidos por todas as religiões mundiais: (1) não matar; (2) não mentir; (3) não roubar; (4) não praticar a usura, (5) respeitar os antepassados e amar as crianças.»⁵⁷ Essas semelhanças, e esse potencial de transformação, devem constituir o ponto de partida para o diálogo.

Para tal, é necessário que as religiões não se limitem a insistir nos seus próprios critérios específicos de verdade, mas também não se lhes exige que abdicem das suas convicções. A lealdade à tradição e à comunidade religiosa de cada um não exclui a capacidade de se relacionar com os que não pertencem a ela. O ideal, segundo Kūng, seria atingir um equilíbrio entre a abertura ao diálogo e a firmeza na defesa da visão própria de cada religião. O autor acredita que o diálogo não implica a abnegação, e que uma atitude de abertura teológica perante outras religiões não exige a suspensão das convicções religiosas próprias. Cada interlocutor de um diálogo neste contexto tem de possuir a força interior necessária para respeitar o ponto de vista dos outros interlocutores, sem abdicar do seu.

Com este diálogo não se pretende descobrir se há uma religião que seja

⁵⁷KÜNG, Hans – *Projecto para uma Ética Mundial* – Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa, 1997, p. 108

mais verdadeira ou correcta que as outras, ou apurar quais as características de cada uma que se devem salvaguardar, no sentido de uma fusão das religiões existentes numa religião global única. Não se pretende o domínio de uma religião sobre todas as outras, nem a criação de uma religião universal. Antes pretende-se que o diálogo gere um confronto não violento, que leve ao esclarecimento mútuo de todas as partes envolvidas. Este confronto não pode envolver apenas as comunidades religiosas, devendo articular-se a crítica religiosa contemporânea com a ética secular e com a situação política e sócio-cultural actual.

O autor espera que este esclarecimento conduza à obtenção do consenso vinculativo de valores mínimos comuns, que são afirmados por todas as religiões apesar das suas diferenças, e que podem receber o contributo dos não-crentes. Os crentes têm de admitir que é possível levar uma vida moralmente correcta sem religião, e que os indivíduos religiosos também podem cometer faltas éticas graves. Por um lado, o fanatismo religioso cego em nome da verdade tem causado danos terríveis à Humanidade ao longo da sua história, em todas épocas e religiões. Isso levou, por outro lado, a que, com o advento do Iluminismo, se estabelecesse, na actualidade, um estado generalizado de descrença, marcado pela desorientação ética e pela ausência de normas fundamentais de comportamento.

Consequentemente, o perigo de um vazio de sentido, desprovido de normas e valores reais ameaça tanto crentes como não-crentes. O abandono das antigas tradições, o descrédito das instâncias orientadoras, e a já mencionada crise de valores, que daí decorre, têm de ser enfrentadas numa atmosfera de respeito mútuo, através de uma coligação entre ambos os grupos. Mas que necessidade têm os não-crentes de uma religião? Ainda que os não-crentes adoptem normas morais em termos de conduta individual, estas não podem ser exportadas para a totalidade da população, porque a sua motivação é particular. Só a religião tem a capacidade de fundamentar a incondicionalidade e a universalidade do dever moral e, como tal, só através dela se pode assegurar uma ética que seja aceite globalmente.

Actualmente, a crença em Deus não acarreta forçosamente a negação dos valores instituídos a partir do Iluminismo – a liberdade, igualdade e fraternidade, a democracia e os direitos humanos. Deve tomar-se consciência do

facto de que a crença religiosa e a racionalidade secular não se excluem mutuamente, podendo coexistir dentro de uma comunidade, e até dentro do próprio indivíduo. Aliás, Kūng defende que as religiões não só devem apoiar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas inclusivamente criar uma base para ela nas suas próprias tradições, adoptá-la e concretizá-la no seu contexto próprio. Acredita que, procedendo desta forma:

«A religião também pode constituir a base da identidade psíquica, da maturidade e de uma autoconsciência saudável de nós mesmos; a religião pode realmente [...] constituir um estímulo decisivo e um motor de mudança social.»⁵⁸

4. Ética e Consenso Global

Como analisado anteriormente, muitos autores contemporâneos consideram a época actual como sendo uma de colapso dos valores morais vigentes até agora. Seguindo essa mesma linha de pensamento, Kūng, no entanto, não olha nostalgicamente para o passado, próximo ou remoto, em busca de uma época mais feliz da História da Humanidade. Ao invés, reconhece o potencial oculto da nova era, dominada pelo movimento incessante de globalização económica, política e cultural, e aposta na preparação da sociedade para descobrir a melhor forma de aceder a esse potencial.

A adopção de um pragmatismo social, de base tecnológica, sem valores morais de referência, e com uma tendência marcadamente pró-ocidental, já não é viável. A época moderna terminou com a constatação de que, ao contrário do que se esperava, nem todos os progressos da ciência representam progressos reais da Humanidade, e que as consequências nefastas resultantes de determinados projectos de investigação científica não podem ser remediados com o recurso a mais ciência e a mais tecnologia. Este discernir da desadequação entre o avanço científico-tecnológico e o avanço sócio-cultural da Humanidade, levou ao esvaziamento da crença na Ciência enquanto fonte

⁵⁸ KÜNG, Hans – *Projecto para uma Ética Mundial* – Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa, 1997, pp. 90, 91

de todo o saber e origem de todos os valores. A racionalidade específica e circunscrita do pensamento científico revelou-se incapaz de fundamentar valores universais, morais e éticos.

Segundo Kűng, esta mudança de paradigma não implica necessariamente que os valores do paradigma antecedente sejam descartados por completo, mas antes transformados e reutilizados:

«Os valores específicos da modernidade industrializada – trabalho [...], racionalidade, ordem, seriedade, pontualidade, sobriedade, rendimento, eficiência – não devem ser meramente suprimidos, mas reinterpretados à luz desta nova conjectura e combinados com os novos valores da pós-modernidade: a imaginação, a sensibilidade, a emotividade, o afecto, a ternura, a humanidade.»⁵⁹

Torna-se, assim, necessário encontrar um equilíbrio entre as tendências racionais, emocionais e espirituais do Homem, adquirindo uma visão mais holística dos seres humanos, nas suas diversas dimensões. Para além da dimensão económica, social e política, devem ser consideradas vitais a dimensão estética, ética e religiosa, num regime de interdependência e interacção. A pós-modernidade não se esgota numa interpretação uniforme e pluralista do mundo, sendo necessário ter em conta uma multiplicidade de heterogeneidades nas concepções de vida, nos padrões de comportamento, nos sistemas económicos, modelos sociais e comunidades religiosas.

Afirma, em *Projecto para uma Ética Mundial*:

«É impossível sobreviver sem um *ethos* mundial. [...] Ethos – (do gr.) significa carácter, propósito moral [...] tem um significado diferente do termo “ética” (ramo de saber ou disciplina que se ocupa da conduta humana, dos seus valores e motivações, bem como dos seus fins) e se aproxima mais do termo “moral” (que designa frequentemente códigos, costumes e condutas de indivíduos ou grupos, bem como um aspecto da natureza humana).»⁶⁰

⁵⁹ KűNG, Hans – *Projecto para uma Ética Mundial* – Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa, 1997, p. 49

⁶⁰ KűNG, Hans – *Projecto para uma Ética Mundial* – Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa, 1997, p. 9

E em *A Global Ethics for a Global Politics and Economics*:

«Eu uso 'ético' para denotar a atitude moral básica de um indivíduo ou um grupo, enquanto «Ética» significa a teoria (filosófica e teológica) de valores, normas e atitudes morais.»⁶¹

Ao estabelecer a diferença entre *ethos* e Ética, Kūng pretende evidenciar que a nova ordem global não pode ser criada unicamente através de leis, prescrições e convenções humanas abstractas. É imprescindível que se processe uma mudança na orientação interna, na mentalidade, até mesmo nos corações das pessoas. Para que a nova ordem mundial se concretize num avanço humano, a todos os níveis, a Humanidade necessita urgentemente de uma renovação espiritual também. Como tal, Kūng considera essencial a criação de uma nova ética, de âmbito global, adequada aos desafios impostos pela globalização. Na sua perspectiva, esta ética global não implica uma nova ideologia global, nem uma religião hegemónica, mas um novo consenso social, ou seja, um conjunto mínimo de valores humanos, atitudes e critérios básicos.

Porquê a necessidade de uma ética global? Segundo o autor, por um lado, porque

«[...] a vinculação a um projecto de vida, a valores, normas e comportamentos orientadores, a um sentido para a vida é vital para o ser humano e isto – ao que tudo indica - é algo transcultural e transnacional.»⁶²

Por outro lado, porque a colaboração entre os povos de diferentes culturas e interesses, no contexto da globalização, pode ser facilitada, e o perigo da insurgência de potenciais conflitos resultantes da sua interacção

⁶¹ KÜNG, Hans - *A Global Ethic for Global Politics and Economics* – Oxford University Press, Nova Iorque, 1998, p. 93 - «I use 'ethic' to denote the basic moral attitude of an individual or a group, whereas 'ethics' means the (philosophical or theological) theory of moral values, norms and attitudes.»

⁶² KÜNG, Hans – *Projecto para uma Ética Mundial* – Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa, 1997, p. 62

constante pode ser seriamente diminuído e limitado se todos estiverem vinculados por compromissos partilhados. Desta forma, na acepção de Kūng,

«A formulação de uma ética global deve extrair o seu conteúdo dos 'recursos culturais, as perspectivas, experiências emocionais, memórias históricas e orientações espirituais dos povos'. Apesar de todas as diferenças entre as culturas, alguns temas são comuns em quase todas as tradições culturais, e que poderiam servir de inspiração a uma ética global.»⁶³

Geralmente, um conjunto de normas éticas não surge por dádiva divina, nem de uma inspiração brilhante acerca da natureza humana, mas a partir de um processo de tentativa e erro, em que se põem à prova determinadas regras de comportamento e vida social. Estas regras de comportamento surgem a partir das necessidades humanas urgentes e concretas, para as quais é necessário impor normas de conduta, que estipulem critérios de acção, prioridades e restrições. Após um período de experimentação e habituação, algumas atingem o reconhecimento geral enquanto outras são descartadas. Mesmo assim, com a passagem do tempo, muitas são as que se tornam obsoletas, sendo abolidas e substituídas por outras mais adequadas. Estas normas, de validade incondicional e universal, evitam que se estabeleça um libertinismo egoísta, sem princípios, que vive apenas do momento e cujo único objectivo é a satisfação dos interesses pessoais de cada um.

Diz Kūng:

«Os seres humanos, regra geral, sentem um desejo inextinguível de um apoio e de algo em que possam confiar [...] sentem necessidade de possuir algo como uma orientação ética de base.»⁶⁴

⁶³ KÜNG, Hans - *A Global Ethic for Global Politics and Economics* – Oxford University Press, Nova Iorque, 1998, p. 229 - «The formulation of a global ethic must draw its content from 'the cultural resources, the insights, emotional experiences, historical memories and spiritual orientations of the peoples. Despite all the differences between cultures, there are some themes which appear in almost all cultural traditions and which could serve as the inspiration for a global ethic.»

⁶⁴ KÜNG, Hans – *Projecto para uma Ética Mundial* – Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa, 1997, p. 62

Hoje, como sempre, sem algumas normas éticas elementares, nem a família, nem a vida em sociedade, negócios, política ou cultura funcionam. No entanto, na actualidade, uma profusão crescente de leis e regulamentos não é suficiente, assim como a psicologia e a sociologia também não o são, para assegurar o progresso do ser humano. A tendência anterior para insistir numa posição legalista extrema e rigorosa, aplicada com espírito autoritário, indiferente à situação concreta também já não é eficaz.

Antes, deve-se inculcar nos indivíduos a responsabilidade de assumirem um comportamento conforme à ética global, dado que eles próprios têm de ser responsáveis pela configuração correcta da sua moral, partindo das próprias experiências, diversidade e factos próprios, originando uma auto-legislação e uma auto-responsabilização:

«Um treino e perspectiva holística tornam-se necessários que incorporem os sentimentos próprios de uma pessoa, a sua intuição e criatividade; a humanidade tem de ser aprendida, assim como a comunicação, a parceria cooperativa e a competência social.»⁶⁵

Esta ética necessita obrigatoriamente de incluir algumas características de base: deve relacionar-se com a realidade, vendo o mundo como realmente é, e não como deve ser; deve penetrar nos níveis éticos mais profundos, os níveis dos valores vinculativos, irrevogáveis e básicos; a sua formulação deve ser compreensível, evitando argumentos técnicos e calão académico; e deve ser consensual, procurando a unanimidade geral e não apenas numérica. É também essencial que, para que o mundo em que vivemos possa sobreviver, nele não continuem a coexistir, como anteriormente, espaços éticos díspares, antagónicos e mesmo rivais, que defendam posições e interesses contraditórios relativamente a questões centrais. Para servir para o bem de todos, a ética tem de ser indivisível.

Para tal, é necessário que se atinja um consenso ético que satisfaça as

⁶⁵ KÜNG, Hans - *A Global Ethic for Global Politics and Economics* – Oxford University Press, Nova Iorque, 1998, p. 262 - «A holistic training and perspective is called for which incorporates a person's own feelings, intuition and creativity; humanity has to be learned, along with communication, cooperative partnership and social competence.»

necessidades de toda a Humanidade. O que significa um consenso ético, no contexto da globalização? Segundo Kūng,

«Para a sociedade pluralista actual, o consenso ético significa o acordo necessário nos padrões éticos fundamentais que apesar de todas as diferenças de direcção política, social ou religiosa possa servir como a base mais pequena possível para a vivência e acção humana conjunta.»⁶⁶

Deve ter como objectivo principal o progresso do ser humano: a Humanidade tem de se tornar melhor do que é; tem de ser mais humana. O critério de aplicação da nova ética mundial será o “moralmente bom”, ou seja, tudo aquilo que permite ao ser humano preservar, desenvolver e realizar a sua condição humana, aquilo que possibilita um desenvolvimento óptimo do humano a todos os níveis em todas as suas dimensões.

O autor acrescenta que este consenso tem de ser renovado constantemente, através de um processo social dinâmico, constantemente restabelecido pelo diálogo entre as partes envolvidas, e que tenha incluído um mecanismo de filtragem e triagem dos valores morais realmente fundamentais para a ética global:

«Um consenso global é possível no que respeita a uma moralidade elementar [...] que se limita a algumas exigências fundamentais. [...] Um consenso não é necessário no que respeita a uma moralidade culturalmente diferenciada [...], que necessariamente contém numerosos elementos culturais específicos [...]»⁶⁷

Quer o autor dizer que, se devem estabelecer esses padrões éticos, a partir daqueles valores que são comuns a todas as culturas e civilizações e que

⁶⁶ KÜNG, Hans - *A Global Ethic for Global Politics and Economics* – Oxford University Press, Nova Iorque, 1998, p. 97 - «For today's pluralistic society, ethical consensus means the necessary agreement in fundamental, ethical standards which despite all differences of political, social or religious direction can serve as the smallest possible basis for human living and acting together.»

⁶⁷ KÜNG, Hans - *A Global Ethic for Global Politics and Economics* – Oxford University Press, Nova Iorque, 1998, p. 96 - «A global consensus is possible in respect of elementary [...] morality, which limits itself to some fundamental demands. [...] A consensus is not necessary in respect of culturally differentiated [...] morality, which necessarily contains numerous specific cultural elements [...]»

aparecem recorrentemente, ao longo da história da Humanidade:

«[...] existe algo como uma 'moralidade essencial': todo um conjunto de padrões éticos elementares, que incluem o direito fundamental à vida, ao tratamento justo (também por parte do estado), à integridade física e mental.»⁶⁸

Uma das vertentes essenciais da ética global será estabelecer, e tornar global, o conjunto dos direitos humanos essenciais, que devem ser observados em todo o mundo, por todos os indivíduos e grupos, em todas as instâncias e situações. O cerne desta questão, é que

«[...] todo o ser humano, sem distinção da idade, sexo, raça, cor da pele, capacidade física ou mental, língua, religião, opinião política, ou origem nacional ou social, possui uma *dignidade intocável* e inalienável. E todos, o indivíduo bem como o estado, são obrigados a honrar esta dignidade e a protegê-la.»⁶⁹

Todos os seres humanos devem ser sempre sujeitos de direitos, devem ser considerados fins em si mesmos, nunca devendo ser tratados como meios, objectos de comercialização ou instrumentalização na economia, política, ciência ou meios de comunicação.

Segundo Kūng, a melhor forma de impedir essa utilização abusiva do ser humano, é através da implementação da Regra Dourada – “trata os outros como gostarias de ser tratado”, “não faças aos outros o que não queres que te façam a ti”, são algumas das suas formulações possíveis – que, dado o seu surgimento e afirmação generalizados um pouco por todo o mundo e na

⁶⁸ KÜNG, Hans - *A Global Ethic for Global Politics and Economics* – Oxford University Press, Nova Iorque, 1998, p. 95 - «[...] there is something like a 'core morality': a whole set of elementary ethical standards, which include the fundamental right to life, to just treatment (also from the state), to physical and mental integrity.»

⁶⁹ KÜNG, Hans – “Will a Global Ethic Prevail?” In *Yes to a Global Ethic* – SCM Press, Londres, 1996, p. 16 - «[...] every human being without distinction of age, sex, race, skin colour, physical or mental ability, language, religion, political view, or national or social origin possesses an inalienable and *untouchable dignity*. And everyone, the individual as well as the state, is therefore obliged to honour this dignity and protect it.»

maioria das culturas e religiões, deve tornar-se a norma irrevogável e incondicional para todas as áreas da vida. Esta é uma regra de reciprocidade, cuja universalidade sugere um altruísmo humano inato. Não só subentende que qualquer pessoa tem o direito à vida, à segurança e ao desenvolvimento livre da sua personalidade, desde que estes não infrinjam os direitos dos outros, mas vai mais além, compelindo os indivíduos à entreaajuda, ao entendimento e respeito mútuos.

Como tal, reforça a ligação entre os direitos fundamentais e as responsabilidades irrevogáveis dos indivíduos. Aos direitos expressos nas declarações de direitos humanos correspondem responsabilidades para proteger e respeitar esses direitos. Mas além destas obrigações legais existem responsabilidades pessoais, intrínsecas aos seres humanos: estas são as obrigações éticas, que não estão fixadas em nenhum código legal. Aliás, a formulação de responsabilidades humanas universais surge muito mais cedo na História da Humanidade, através dos cânones religiosos, que o estabelecimento de direitos humanos universais, que só surge em concreto após a Revolução Francesa. Na perspectiva do autor, nenhuma ética compreensiva da Humanidade pode ser derivada unicamente dos direitos humanos, devendo abranger também essas responsabilidades que precedem o âmbito legal.

Desta forma, todos os seres humanos partilham determinadas responsabilidades éticas: promover a igualdade, a todos os níveis; participar activamente na sua governação; trabalhar no sentido da eliminação da corrupção; contribuir para o bem comum; preservar a herança cultural e intelectual humana; considerar sempre o impacto das suas acções e omissões na segurança e bem-estar dos outros; e proteger os interesses das gerações futuras ao apoiar o desenvolvimento sustentável e salvaguardando os bens comuns. Aliás, Kūng aponta a sustentabilidade como uma das responsabilidades fundamentais na geração actual. A ciência e a tecnologia acarretam uma responsabilização moral pelas muitas e manifestas consequências negativas do progresso humano.

«Por 'sustentável' entende-se 'um desenvolvimento em que as fundações naturais permaneçam preservadas de tal forma que as condições de vida da presente geração sejam ainda uma opção para as

próximas gerações'. Ou, posto simplesmente: as coisas não devem ser essencialmente piores para as próximas gerações do que são para nós.»⁷⁰ É uma responsabilidade pelo mundo, pelo ambiente e pela posteridade, face ao perigo que se apresenta à sobrevivência da raça humana. Seguindo a tese de Hans Jonas, o autor afirma que «[...] 'a humanidade não tem o direito ao suicídio'»⁷¹, ou seja, que usar indiscriminadamente os recursos ao nosso dispor sem considerar as suas consequências para as gerações futuras é negar o «[...] 'dever incondicional de existir do homem'»⁷²

Já o disse anteriormente: a ética implica um compromisso em relação aos outros que é simultaneamente incondicional e universal. Pretende-se também que seja um compromisso intemporal, que vá além das fronteiras entre gerações. Para tal, torna-se vital

«[...] desenvolver uma consciência da própria posição cronológica na cadeia das gerações e desenvolver um sentimento de comunidade que vá além das gerações, se não com toda a humanidade, pelo menos com um grupo cultural, nacional ou regional limitado».⁷³

Actualmente, ainda existe uma tendência para entender o mundo da perspectiva do indivíduo: para a autodeterminação, o conhecimento próprio, a realização pessoal e satisfação dos próprios desejos. No entanto, esta tendência deve ser acompanhada da auto-responsabilização, a nível local e global,

⁷⁰ KÜNG, Hans - *A Global Ethic for Global Politics and Economics* – Oxford University Press, Nova Iorque, 1998, p. 243 - «By 'sustainable' is to be understood 'a development in which the natural foundations remain preserved in such a way that the living conditions of the present generation are still also an option for coming generations'. Or, to put it simply: things must not be essentially worse for subsequent generations than they are for us.»

⁷¹ KÜNG, Hans - *A Global Ethic for Global Politics and Economics* – Oxford University Press, Nova Iorque, 1998, p. 249 - «[...] 'mankind has no right to suicide'»

⁷² KÜNG, Hans - *A Global Ethic for Global Politics and Economics* – Oxford University Press, Nova Iorque, 1998, p. 249 - «[...] 'unconditional duty for man to exist'»

⁷³ KÜNG, Hans - *A Global Ethic for Global Politics and Economics* – Oxford University Press, Nova Iorque, 1998, p. 247 - «[...] to develop an awareness of one's own chronological position in the chain of generations and to develop a feeling of community which goes beyond the generations, if not with the whole of humankind, at least with a limited cultural, national or regional group.»

contemporânea e extemporaneamente.

Esta deve ser, na sua essência, uma decisão predominantemente ética: decidir que recursos e elementos naturais e culturais devem ser preservados para as próximas gerações. Não pode ser uma decisão puramente económica, nem política, nem ecológica. E deve ser uma decisão que tenha sempre em conta que a pobreza não surge apenas de uma falta de bens básicos e serviços necessários, mas também de uma falta de oportunidades de desfrutar de uma existência mais plena, segura e satisfatória. Para isso, nos países mais ricos, deve ser feita uma distinção entre o consumo realmente necessário e o frívolo, entre o uso da propriedade – privada e pública – que realmente beneficia a sociedade e o que a prejudica, entre o uso justificado e o abuso de recursos materiais, e entre uma economia orientada exclusivamente para o lucro e uma que tenha em conta os aspectos sociais e ecológicos que afecta com as suas políticas de acção.

Não é só neste âmbito que Kūng encontra a necessidade de se efectuarem mudanças drásticas:

«Para o próximo milénio, é necessário encontrar uma via que conduza a uma sociedade em que os seres humanos possuam igualdade de direitos e vivam colectivamente numa atmosfera de solidariedade, [...] uma nova ordem social ao nível mundial! [...] é necessário encontrar uma via que conduza a uma multiplicidade reconciliada de culturas, tradições e povos [...] uma nova ordem plural ao nível mundial! [...] é necessário encontrar uma via no sentido da criação de uma comunidade renovada de homens e mulheres [...] na qual caiba às mulheres uma parcela de responsabilidade igual à dos homens, uma ordem mundial assente numa relação de companheirismo entre os sexos! [...] é necessário encontrar uma via que conduza a uma sociedade em que a promoção da paz e a solução pacífica dos conflitos sejam apoiadas, bem como uma comunidade de povos capazes de contribuir solidariamente para o bem-estar de outros povos. [...] é necessário encontrar uma via que conduza a uma comunidade de todos os seres humanos em harmonia com todas as criaturas [...] uma ordem mundial ecológica. [...] é preciso encontrar uma via em direcção a uma comunidade humana consciente de que necessita de absolvição e

regeneração constantes [...]»⁷⁴

Outra mudança imprescindível para o novo paradigma é o abandono da vertente conflituosa do ser humano. Até agora, imperou a convicção de que onde há seres humanos, haverá sempre conflitos. Mas será necessariamente assim? Será o conflito intrinsecamente humano, ou será que o ser humano é conflituoso por nunca ter tido a experiência real da paz? Embora o conceito de paz exista nas mentes da humanidade desde o seu início, será que alguma vez houve paz entre os seres humanos, ou apenas momentos frugais de tréguas? O autor coloca essa mesma questão:

«Por que motivo não poderia a humanidade, que aboliu determinados costumes – tais como a escravatura, o canibalismo e o incesto – no decurso da sua longa história, abandonar definitivamente as guerras no quadro de uma nova conjuntura histórica mundial?»⁷⁵

Para que possamos descobrir se há realmente um potencial oculto para a paz, no ser humano, é necessário um compromisso com uma cultura sem violência, baseada no respeito pela vida em todas as suas formas, com uma cultura virada para a solidariedade e uma ordem económica justa. O poder económico e político deve ser posto ao serviço da Humanidade, e não ser usado em batalhas pelo domínio de outrem. Os interesses comerciais e as agendas políticas não podem ser mais fortes que os postulados éticos e morais. O futuro da civilização humana depende da compreensão e cooperação entre os líderes políticos, espirituais e intelectuais das grandes civilizações mundiais, com vista à paz mundial. O modelo para o futuro não deve ser a agressão, mas a cooperação.

Se a paz continuar a ser um conceito meramente formal, e não se tornar uma realidade concreta na vida das pessoas, não durará. A paz, interna e externa, pressupõe a concordância colectiva, no sentido de resolver os conflitos

⁷⁴ KÜNG, Hans – *Projecto para uma Ética Mundial* – Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa, 1997, pp. 124 – 128

⁷⁵ KÜNG, Hans – *Projecto para uma Ética Mundial* – Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa, 1997, pp. 158, 159

sociais sem o recurso à violência. O mesmo tipo de concordância é necessário para a ordem social e económica – no sentido da vontade geral de respeitar uma dada forma de organização social e determinadas leis, e para a manutenção das instituições. Não se pretende um pacifismo absoluto, que encara a paz como o bem supremo pelo qual tudo o resto deve ser sacrificado. Esta é uma posição irresponsavelmente utópica, que exigiria que toda a Humanidade assumisse esse compromisso simultaneamente e com o mesmo fervor, sem possibilidades de ambiguidades e corrupções.

O pacifismo não é suficiente para manter a paz, dado que estipularia uma paz vazia, que não é o que pretende. Antes, procura-se atingir a paz como resultado da justiça, e não uma recusa fundamentalista de qualquer tipo de conflito, independentemente das razões que o movem. De acordo com a realidade actual, é necessário manter sempre presente a possibilidade do recurso à legítima defesa, embora a resposta armada não deva ser o primeiro recurso a ser considerado. Por outro lado, não se deve permitir, aos ditadores e assassinos em massa, o poder de decisão sobre um povo ou o destino de uma região. A luta pelo poder nas relações internacionais já não tem que ser levada a cabo necessariamente com meios militares, dada a relevância conquistada pelos recursos económicos e políticos, enquanto factores de poder. Justamente por essa razão, tanto no campo da política como no da economia, é necessário um novo sentido de responsabilidade, que procure atingir o equilíbrio entre ideais e realidades, e que combine estratégias com convicções.

CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A ÉTICA DA GLOBALIZAÇÃO

Sendo que, a partir dos capítulos anteriores, está estabelecida a importância actual da globalização – tanto de um ponto de vista geral, como na perspectiva de Hans Küng – importa agora proceder à clarificação das suas implicações no domínio da ética. Após a análise do impacto da globalização nas três áreas essenciais do desenvolvimento social – economia, política e cultura – interessa agora saber quais os passos necessários para a adequação óptima destas ao novo paradigma social que está a surgir. Mas antes dessa análise, interessa primeiro estabelecer aquilo que se entende por ética e qual a sua pertinência para o novo paradigma.

1. A Natureza da Ética

Segundo a maioria dos autores, a consciência ética surge a partir do contacto com a alteridade: a preocupação com o carácter ético das nossas acções é um produto do contacto com o Outro. Este “Outro” não implica unicamente uma pessoa diferente de mim, mas também o meu confronto comigo próprio, ou com um grupo de indivíduos, uma comunidade, a sociedade como um todo, ou num plano mais abstracto, com a natureza, o planeta e Deus. Qualquer contacto com a alteridade rompe com a indiferença, dado que ao sermos confrontados com algo novo, é impossível que esse confronto não suscite em nós uma mudança.

Segundo Levinas, a relação ética estabelece-se a partir da comunicação com o Outro. Ao encetar um diálogo com o Outro, estou a procurar conhecê-lo e a revelar-lhe a minha própria existência. Este diálogo face-a-face cria, segundo o autor, uma noção moral de igualdade e cria as bases da justiça. Aliás, o rosto é justamente o modo pelo qual cada indivíduo apresenta a sua identidade, e aquilo que o torna humano e real perante os outros indivíduos. O conhecimento de algo implica sempre uma medida de posse, a negação da independência desse algo. É justamente o rosto que impede que o Outro seja reduzido à condição de coisa a ser conhecida e, portanto, possuída.

É também a salvaguarda contra a violência: a violência é dirigida às coisas e não aos seres, é uma característica do controlo sobre algo. Só podemos manipular, danificar e destruir o que possuímos, ou aquilo ao qual não reconhecemos o valor da existência independente e de estatuto igual ao nosso próprio valor enquanto indivíduo. O rosto torna-se, assim, a personificação dos mandamentos morais, e logo, da justiça social. Se, a cada momento, eu reconhecer no Outro o mesmo valor que reconheço em mim próprio, vejo-me impossibilitado de praticar contra ele qualquer acto que não praticasse contra mim.

Esta é, portanto, a base da Regra Dourada, que já referi no capítulo anterior: “não faças aos outros o que não gostarias que te fizessem a ti”. A razão pela qual esta regra falha, em muitas circunstâncias, deve-se a o facto de que alguns indivíduos não têm a capacidade – ou a vontade – de reconhecer os outros indivíduos enquanto “pessoas”, vendo-os apenas como coisas. Segundo Levinas:

«O homem violento não sai de si mesmo. Ele toma para si, ele possui. A posse nega a existência independente. Possuir é negar o ser. A violência é uma soberania, mas também uma solidão. (...) Conhecer é compreender (no sentido de apreender pelos sentidos), tomar posse de um objecto – seja um homem ou um grupo de homens – *tomar posse* de uma coisa. Cada experiência do mundo é simultaneamente uma experiência de si, de posse e de auto-desfrute.»⁷⁶

É neste contexto que surge o preceito de base da cultura ocidental, formulado no adágio: “conhece-te a ti próprio”. É a demanda solipsista pela descoberta de um universo interior, que gera uma negligência e uma indiferença pelo universo pessoal dos outros. Em oposição, o respeito pelo

⁷⁶ LEVINAS, Emmanuel – *Difficult Freedom – Essays on Judaism* – The Johns Hopkins University Press, Baltimore Maryland, Estados Unidos da América, 1997, p. 9 - «The violent man does not move out of himself. He takes, he possesses. Possession denies independent existence. To have is to refuse to be. Violence is a sovereignty, but also a solitude. (...) To know is to perceive, to seize an object – be it a man or a group of men – to *seize* a thing. Every experience of the world is at the same time an experience of self, possession and enjoyment of self [jouissance de soi].»

Outro nasce justamente do reconhecimento deste como entidade independente e válida por si própria, pela aceitação da sua opinião. O diálogo, ao contrário do conhecimento enquanto posse, parte do confronto equilibrado das nossas certezas com as do Outro. É a concretização de cada indivíduo como um absoluto, impossível de ser submetido ou fundido comigo. A ética humanitária depende do entendimento do Outro enquanto dotado de uma dignidade inegável, como semelhante e como próximo.

Esta é, aliás, a teoria de Levinas com relação ao amor: nesta perspectiva, o amor não é entendido com a fusão de dois seres num terceiro ser que aglutina as características melhores dos dois que o constituem, mas um testemunho à perfeição de uma relação baseada na separação e na capacidade humana de criar harmonia mediante a diversidade. Segundo Pureza, é a dignidade de cada indivíduo enquanto absoluto, que deverá servir de estímulo à procura desse ser, enquanto sujeito amoroso, ao invés de objecto de conhecimento, especialmente numa relação de diálogo.

Desta forma, a ética surge da inteligência emocional, dado que é o desejo da alteridade que se manifesta na procura racional pelo conhecimento perfeito. No entanto, sendo o intelecto humano limitado, depara-se com circunstâncias e conceitos que não consegue entender. Esta falta de entendimento é a alteridade: o entendimento humano só consegue processar e racionalizar aquilo que lhe é parcialmente familiar. O Outro é justamente essa alteridade, esse mistério que se deseja possuir, controlar, entender, tornar seu. Quando a dignidade do Outro é respeitada, surge a oportunidade de se estabelecer o diálogo, da aliança, da mútua aprendizagem: em suma, do amor.

No âmbito da globalização, as possibilidades deste processo ético multiplicam-se exponencialmente. Neste contexto, a relação entre o “Eu” e o “Outro” deixa de ser uma questão filosófica, e passa a estar na base da relação social, enquanto comunidade global. Como tal, o paradigma global implica a necessidade de se estabelecerem juízos morais, de validade universal, mas que possam ser adequados a todas as situações reais ou hipotéticas. A intenção portanto, é atingir um equilíbrio entre a universalização – sem cair na generalização abstracta e vazia de sentido – e a adequação a cada caso particular.

2. Uma Comunidade de Indivíduos

Malcolm Waters caracteriza desta forma a comunidade global:

«Num mundo globalizado, todo o planeta será ocupado por uma única sociedade e por uma única cultura. Essa sociedade e essa cultura provavelmente não vão estar integradas de forma harmoniosa, embora tal pudesse acontecer, o mais provável será encaminharem-se para altos níveis de diferenciação, para o policentrismo e para o caos. Não haverá um governo central organizado nem um conjunto orientador de preceitos e de preferências culturais. Na medida em que se unificará, a cultura extremamente abstracta, exprimindo tolerância pela diversidade e pela escolha individual. Sobretudo, a territorialidade desaparecerá enquanto princípio organizativo da vida cultural e social, dando lugar a uma sociedade sem fronteiras nem outros limites espaciais. Num mundo globalizado, não saberemos prever as práticas e as preferências a partir da localização geográfica. Do mesmo modo, podemos esperar que as relações entre pessoas que vivem em lugares distantes se estabeleçam tão facilmente quanto as das pessoas que vivem próximas umas das outras.»⁷⁷

A globalização é irreversível. Assim, há quem acredite que o século XXI representa uma possibilidade real de se atingir o sonho utópico de uma Humanidade una e em paz, e que esse sonho será atingido pela manutenção do processo de globalização tal como se encontra no momento. Que os mecanismos inerentes a esse processo – que alguns apelidam de brutais e inumanos – servirão justamente para limar as arestas e filtrar as impurezas da sociedade actual, proporcionando o seu progresso sem entraves. Vêem indícios disto no surgimento de instituições mundiais – como a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial, por exemplo – nas tentativas de se estabelecer um tribunal penal internacional, na questão da intervenção militar com fins humanitários, na atenção dada ao problema da pobreza, na proliferação de trocas comunicacionais a nível global e nos movimentos de migração generalizados, sendo que todos estes indícios servem para criar a noção de uma comunidade global.

⁷⁷ WATERS, Malcolm – *Globalização* – Celta Editora, Oeiras, 2002, pp. 2,3

A alternativa à globalização não pode passar por um regresso a uma forma de organização social anterior, da qual se tem uma concepção idílica e desfasada da realidade. Assenta antes, na construção de algo novo, apoiada nas capacidades do Homem e nas novas possibilidades criadas pela globalização. A alternativa à globalização tem de ser construída a partir do contexto já criado por esta, tem de ser uma alternativa global. O retorno a um paradigma mundial caracterizado por um conjunto de comunidades isoladas, definidas por categorias raciais, religiosas ou geográficas, conduz à criação de guetos. Como diz José Manuel Pureza, no âmbito de uma sociedade global, os códigos morais e éticos devem compreender uma enorme pluralidade de mundividências.

Ao ser condicionado na sua origem pelo capitalismo de mercado, livre de considerações éticas vinculativas, este paradigma desenvolveu-se tendencialmente para a valorização da competição em detrimento da cooperação, e para a valorização da iniciativa individual enquanto construção pessoal e social – o conceito do “*self-made man*” – em detrimento da iniciativa comunitária em que o indivíduo se insere. A valorização do individualismo no âmbito da globalização acarreta duas tendências éticas fundamentais, segundo Pureza: por um lado, o relativismo – o surgimento disseminado de éticas individuais, devido à convicção de que não há verdades objectivas e dogmáticas que orientem a conduta dos indivíduos; por outro lado, o abstencionismo ético – generaliza-se uma atitude de neutralismo ou pagamento ético, colocando esta ao serviço hedonista dos interesses pessoais.

Ao ter um carácter subjectivo e mutável de acordo com as circunstâncias e as necessidades, esta ética não tem uma escala suficientemente alargada para lidar com a magnitude dos problemas colocados pela globalização. Além disso, assume uma tendência pessoal e intransmissível, no sentido em que não é comunicável entre os indivíduos, dado que não há qualquer base objectiva para afirmar a superioridade de um conjunto de valores acima de todos os outros. A este respeito, Pureza refere:

«O pluralismo não pode mais ser entendido como empurrando inexoravelmente para o relativismo e o neutralismo morais. É a vida em sociedade, ela própria, que postula um núcleo de valores substantivos incondicionais e não apenas regras de procedimento. Já não um núcleo

objectivo e, apriorística e heteronomamente imposto às pessoas e grupos, já não uma irreduzível verdade – identificada com a fé, por exemplo – só no âmbito da qual é a liberdade julgada como boa. Não. No mundo pluralista que é o nosso, esse núcleo de valores substantivos necessários há-de brotar de um debate ético profundo e vivo, e essencialmente livre, entre todas as referências humanas adultas.»⁷⁸

No entanto, o individualismo não significa peremptoriamente a crucificação dos valores comunitários. Antes, aponta para uma pulverização da diversidade, diferenciação, e autonomia éticas. Nietzsche postula que o estilhaçar das moralidades nacionais e institucionais absolutas da modernidade vai abrir espaço para uma redução e uma expansão simultâneas dos valores éticos: uma redução, devido ao surgimento das éticas individuais, não como justificação para as necessidades hedonistas do indivíduo, mas como auto-legislação moral, válida unicamente para o indivíduo; uma expansão, porque que esta auto-legislação, sendo verdadeiramente ética, deve ser sempre acompanhada de um questionamento de si, que exige a cada indivíduo que estabeleça os limites da vontade individual e abra caminho à tolerância.

Como tal, a individualização ética não implicaria obrigatoriamente que se iniciasse uma espiral descendente em direcção ao solipsismo ético e ao egotismo moral. Há uma possibilidade real de se estimular o aparecimento de um tipo de comunidade global, apoiada na unidade da espécie humana, em detrimento das comunidades organizadas em torno de categorias diferenciadoras como a etnia e a localização geográfica. Parte-se do pressuposto de que, para além das características culturais e étnicas (que, por variarem em função da história cultural, não constituem bases válidas para a constituição de uma ética), existem características em cada ser humano que derivam da sua Humanidade, e que são comuns a todos, devendo constituir a base do consenso ético, indispensável para a era da globalização. Para tal, é imprescindível que se assuma a interdependência absoluta de todos os indivíduos e grupos de indivíduos.

Desta forma, o valor de base da comunidade global teria que ser a solidariedade, que, manifestando-se através da responsabilidade e do cuidado,

⁷⁸ PUREZA, José Manuel – *Pedaços de uma Fé Crítica* – Quarteto Editora, Coimbra, 2002, p. 98

da cooperação e da comunhão, criaria as orientações essenciais da governação global, sendo que as suas preocupações vitais enquanto sistema normativo seriam a manutenção da diversidade civilizacional e do diálogo justo entre essa diversidade. Segundo Levinas, a universalização começa com a consciência da existência de discursos coerentes, que são distintos do meu e equiparáveis a ele, e quando procuro uma linguagem comum que permita estabelecer uma ponte entre esses discursos.

Para que esse diálogo exista é necessária a criação de um terreno neutro, um espaço cívico, cuja função seria permitir um maior entendimento mútuo transnacional. Esse espaço não tem necessariamente de ser um espaço físico, dado que, embora a sociedade continue vinculada a unidades territoriais, no âmbito da globalização a sua única fronteira é a do planeta, e com o surgimento e difusão dos meios tecnológicos, há cada vez mais a possibilidade de se estabelecerem espaços virtuais de reunião e convivência.

Se o espaço físico do planeta é finito, o espaço virtual da comunidade mundial é infinito. Não está condicionado por questões de interior e exterior, distância ou temporalidade. A sua condicionante é a questão material e técnica do suporte físico imprescindível para nele se participar activamente – o computador. Se é verdade que se estabelecem, no âmbito do espaço virtual, relações sociais extremamente satisfatórias, é também verdade que estas não passam de uma cópia superficial das relações reais, e não me parece que venham alguma vez a substituí-las por completo. No entanto, o facto de atentarem contra a hegemonia das relações reais, pode ser indicativo de que se está a processar uma mudança qualitativa na forma de se conceberem as relações interpessoais, libertando-as dos constrangimentos espaciais.

Nesta perspectiva, Pureza afirma:

«Por isso, a sociedade global já não é uma referência virtual ou uma rede tecnológica e converteu-se num domínio moral: o modo segundo o qual se está a construir e a consolidar a globalização constitui um legado cultural e ético para as novas gerações e influirá decisivamente sobre o seu modo de conceber a ordenação das relações sociais e humanas.»⁷⁹

⁷⁹ PUREZA, José Manuel – *Pedaços de uma Fé Crítica* – Quarteto Editora, Coimbra, 2002, p. 20

3. Cidadania Global e Direitos Humanos

A concretização deste ideal de comunidade global – uma comunidade mundial preparada para aceitar a sua responsabilidade na protecção de cidadãos de Estados que não podem, ou não querem protegê-los – não é um facto comprovado, para o qual nos dirigimos segura e definitivamente. Embora os vários factores relacionados com as novas tecnologias da comunicação e as novas políticas de livre circulação e de estabelecimento de residência, bem como os desenvolvimentos ao nível dos transportes e a permeabilidade das fronteiras nacionais, incentivem ao sentimento geral de união dos povos do mundo, a verdade é que, para que exista uma comunidade mundial, os seres humanos têm que receber um estatuto igualmente mundial. O indivíduo terá de ser considerado eticamente e institucionalmente global: eticamente, através do conceito de membro da Humanidade, e institucionalmente, através da figura do cidadão mundial.

Com o enfraquecimento da soberania dos Estados-nação, surge o receio de que com eles, desapareçam os direitos associados à cidadania nacional, que serviam para assegurar a dignidade de cada indivíduo enquanto membro de um Estado e, como tal, inserido num sistema interestadual. Para impedir a concretização desse receio, surge a necessidade de se conceberem novas formas de segurança social e de expressão política, que protejam os indivíduos do contexto impessoal, negligente e prejudicial da globalização, enquanto lhes permitem acesso aos seus aspectos positivos.

Neste sentido, vários aspectos da organização social – como a educação, o direito interno, a estratégia económica, a distribuição de recursos e a segurança social, por exemplo – têm de ser repensados numa perspectiva internacional. Segundo Mário Murteira, para uma adequação efectivamente apropriada das instituições – e da própria natureza do sistema organizativo – ao contexto do processo de globalização, é necessário que se verifiquem algumas condições fundamentais:

- *Transparência* – implicaria a existência de um sistema de informação, que não servisse unicamente a estrutura do poder, mas que estivesse principalmente ao serviço dos cidadãos, garantindo a democraticidade

do sistema, através da veiculação de informação objectiva, verdadeira e oportuna a toda a população mundial;

- *Solidariedade* – exigiria o estabelecimento de um sistema justo de transferência e readequação de recursos entre diferentes áreas geográficas e sociais, até à criação de um nível mínimo satisfatório de bem-estar, à disponibilidade de todos;

- *Subsidiariedade* – este princípio estipula que o processo de decisão se dê sempre no nível mais baixo possível da estrutura social, mantendo o poder de decisão o mais perto possível daqueles que estão mais directamente interessados nessa decisão – a saber, a população;

- *Pleno desenvolvimento humano* – por desenvolvimento humano verdadeiro, entende-se o incentivo do desenvolvimento das capacidades próprias da Humanidade, e não apenas da concentração de posses, bens e recursos;

- *Direito ao conhecimento* – subentende que as desigualdades ao nível do acesso à informação são tão graves, a longo prazo, como as desigualdades no acesso a bens de primeira necessidade.

Por outro lado, para que haja uma alternativa à globalização desenfreada e desregrada, e à desintegração social que esta ameaça provocar, é necessária a formação de uma consciência política relevante. Esta consciência deverá nascer de uma mentalidade cívica mais vincada, que só será possível mediante a reestruturação das instituições de forma a estimular o sentimento de integração e pertença. O sentimento de pertença à comunidade global nasce da consciência da igualdade de todos os indivíduos dessa comunidade, o que implica a criação, implementação e generalização de um conjunto inalienável de direitos humanos, de aceitação normativa universal, que fossem integrados nas novas instituições criadas no âmbito da globalização, como seu fundamento e condição *sine qua non*.

Segundo José Manuel Pureza:

«De uma leitura comparada dos principais instrumentos jurídicos internacionais de protecção dos direitos humanos resulta clara a existência de um núcleo irredutível de direitos (direito à vida, proibição da tortura e de tratamentos desumanos e degradantes, proibição da

escravatura, liberdade de expressão, de opinião e de deslocação, garantias judiciais básicas) que dá conta de um fundo comum universal de projecção normativa da dignidade humana.»⁸⁰

No entanto, o autor alerta para o facto de que a interpenetração da profusão de mundividências e a diversidade de identidades culturais não admitirá de bom grado que a universalidade desses direitos sirva de desculpa para a exportação de um qualquer modelo social considerado superior a todos os outros, ou seja, a uma nova forma de colonização, não territorial mas cívica e cultural. O estabelecimento de um conjunto de direitos humanos deve conter dois aspectos fundamentais: como base da sua universalização, a unidade da espécie humana; e como salvaguarda contra a generalização danosa, a consciência da diversidade identitária dos membros dessa espécie.

Quando surgiu originalmente o debate acerca dos direitos humanos, na Modernidade, estes encontravam a sua justificação teórica no Humanismo, que Levinas caracteriza da seguinte forma:

«Em sentido lato, o humanismo significou o reconhecimento de uma essência invariável chamada “Homem”, a afirmação do seu lugar central na economia do Real e o seu valor que engendrava todos os valores. Isto gerou o respeito pela pessoa, tanto por si como pelo Outro, o que tornou necessária a salvaguarda da sua liberdade; um florescimento da natureza humana, da inteligência na Ciência, da criatividade na Arte, e do prazer na vida quotidiana; a satisfação dos desejos sem preconceito pela liberdade e prazeres dos outros homens e, conseqüentemente, a instituição de uma lei justa – ou seja, um Estado razoável e liberal ou, por outras palavras, um Estado em paz com os outros estados e – um ponto importante – acima de tudo, abrindo para os indivíduos um domínio tão largo quanto possível para a vida privada, no limiar do qual a lei se detém.»⁸¹

⁸⁰ PUREZA, José Manuel – *Pedaços de uma Fé Crítica* – Quarteto Editora, Coimbra, 2002, p. 65

⁸¹ LEVINAS, Emmanuel – *Difficult Freedom – Essays on Judaism* – The Johns Hopkins University Press, Baltimore Maryland, Estados Unidos da América, 1997, p. 277 - «In a wide sense, humanism signified the recognition of an invariable essence named “Man”, the affirmation of this central place in the economy of the Real and his value which engendered all values. This created respect for the person, both in itself and in the Other, which made it necessary to safeguard his freedom; a blossoming of human nature, of intelligence in Science, creativity in Art, and pleasure in daily life; the satisfaction of

Assim, do zelo modernista com a vida privada surge um conjunto de direitos humanos vocacionados para a defesa da autonomia individual, e portanto, articulados em termos de “direito a”⁸², como esclarece Pureza. O autor afirma que, desde esse estado inicial, os direitos humanos se desenvolveram em três gerações sucessivas:

- o primeiro conjunto de direitos a surgir tinha como valor de base a liberdade, a criação de um conjunto de salvaguardas para a conquista de um espaço vital intocável, para a restrição da interferência da esfera pública sobre a esfera privada;

- a segunda geração de direitos humanos centrou-se na igualdade, a consciência da necessidade de um padrão justo e universal de direitos, aplicável a todos os indivíduos, independentemente dos seus particularismos;

- a terceira geração de direitos – que constitui o desafio surgido no âmbito da globalização – transfere o foco de atenção dos direitos indivíduos para os direitos comuns e universais da Humanidade enquanto um todo unido e interdependente; como tal, implica até certo ponto, uma inversão dos direitos da primeira geração (sem anular a sua validade), na medida em que procura estabelecer um conjunto de direitos públicos superiores aos direitos individuais.

Assim, urge repensar o conceito de cidadania. Segundo Falk, ao contrário do que se passava no contexto de uma monarquia ou de um regime político autoritário, no âmbito da democracia, o indivíduo não é um súbdito, mas um participante activo da comunidade. Esse protagonismo social e cívico é exponencialmente aumentado no âmbito da globalização, dado o acesso do cidadão à informação de forma imediata, livre e quase absoluta. O estabelecimento da cidadania global exige, portanto, a reformulação do estatuto jurídico da população, em função das alterações paradigmáticas sócio

desires without prejudice for the freedom and pleasures of other men and, consequently, the institution of a just law – that is to say, a reasonable and liberal State or, in other words, a State at peace with other states and – an important point – above all opening up for individuals as broad as possible a domain for private life, on the threshold of which the law stops.”

⁸² PUREZA, José Manuel – *Pedaços de uma Fé Crítica* – Quarteto Editora, Coimbra, 2002, p. 104

culturais e políticas das últimas décadas.

4. A Demanda pela Paz

Na minha opinião, aquilo a que damos o nome de “paz” não é um conceito universal e estanque, absolutamente compreensível por todos, em qualquer período da História, mas varia consoante o contexto social e temporal. Como tal, a pertinência da paz mundial, ou a consciência dessa pertinência, só surge no momento em que o processo de globalização gera uma interdependência cerrada de todos os agentes mundiais, ligando as consequências – e as causas – das acções de um Estado às acções de todos os outros Estados, bem como de outros agentes globais sem ligações a qualquer organismo estatal.

Antes disso, a paz nas relações internacionais era entendida como a existência segura, independente e soberana de cada Estado, em relação aos restantes, sem interferências externas nos assuntos internos de cada um. Os conflitos surgiam quando um Estado decidia expandir a sua influência económica ou dimensão territorial, ou difundir a sua crença religiosa, encontrando (naturalmente) a resistência por parte dos outros Estados.

Estes motivos servem para justificar a maioria dos conflitos interestatais até ao século XX. No entanto, ambas as Guerras Mundiais desse século revelam um distanciamento qualitativo – e quantitativo, devido à sua magnitude – em relação a esta lógica de conflitos: a Primeira, porque é caracterizada pelo envolvimento de um conjunto de nações que, não tendo relação com os motivos iniciais do conflito, interferem no desenvolvimento dos acontecimentos por forma a assegurarem um equilíbrio de poderes estatais, necessários à manutenção de um certo *status quo*; a Segunda, porque há a mobilização de um grupo de Estados, cujo objectivo é a negação da obtenção de poder hegemónico por parte de um Estado, por motivos primariamente ideológicos e éticos.

A destruição e o caos resultantes destes dois conflitos geraram a consciência da interdependência dos Estados, e da repercussão das consequências dos seus actos. É no seguimento do surgimento desta consciência que se encetaram medidas para reformular a conjuntura mundial, mais

precisamente através da criação de organizações supranacionais – primeiro, com a Sociedade das Nações, após a I Guerra Mundial, e depois, com a Organização das Nações Unidas, após a II Guerra Mundial – cujo objectivo era regular e supervisionar a reestruturação das relações entre os Estados. Pretendia-se a criação à escala global de uma estrutura normativa universal, que incluísse padrões éticos e objectivos sociais comuns.

Embora o sucesso destas organizações tenha sido, e continue a ser, no caso da ONU, unicamente parcial – dado que o jogo de interesses económicos e obstáculos burocráticos dentro destas instituições geram um clima de desconfiança acerca das suas capacidades e objectividade – o fundamento sobre o qual elas foram concebidas continua a conferir-lhes validade e a impulsionar reformas constantes dos seus processos e órgãos institucionais: a ideia de que a segurança colectiva e a paz derivam de uma aspiração similar, mútua e partilhada entre os Estados.

No âmbito da globalização, a paz torna-se um dos direitos essenciais da Humanidade, enquanto salvaguarda da sua sobrevivência. Em princípio, parece óbvio argumentar-se que a paz foi sempre um ideal partilhado por todos os seres humanos, ao longo de toda a História da Humanidade. No entanto, se assim fosse, se houvesse realmente uma vontade generalizada de se implementar a paz mundial, não teríamos já atingido esse objectivo? Os anais da História estão repletos de registos de momentos de conflito, mas poucas são as referências a épocas de paz e harmonia entre os povos do mundo. Parece mais provável que a violência seja o conceito que verdadeiramente possui características de universalidade e consenso, e não a paz. Mas o que é que se entende realmente por violência? Segundo Levinas:

«A violência pode ser encontrada em qualquer acção em que cada um age como se fosse o único a agir: como se o resto do universo ali estivesse apenas para *receber* a acção; a violência é, conseqüentemente, qualquer acção que suportamos sem colaborar com ela em qualquer momento.»⁸³

⁸³ LEVINAS, Emmanuel – *Difficult Freedom – Essays on Judaism* – The Johns Hopkins University Press, Baltimore Maryland, Estados Unidos da América, 1997, p. 6 - «Violence is to be found in any action in which one acts as if one were alone to act: as if the rest of the universe were there only to *receive* the

A violência é portanto, um desvio patológico do poder. E o poder deriva do desejo, uma característica essencial da Humanidade. Todo o ser humano deseja, a todo o momento, qualquer coisa. O conflito instala-se quando os desejos colidem – ou quando coincidem. Leonardo Boff refere que a rivalidade surge quando um indivíduo deseja algo que está na posse de outrem, desprezando ou negligenciando a vontade do outro. Na lógica levinasiana, a resistência ao ímpeto da violência não é real, mas ética.

Ou seja, o ser humano integra em si a tentação de recorrer à violência para obter o que deseja, mas também a capacidade de refrear esse desejo. É essencial, para se atingir a paz, que se assuma de uma vez por todas, esta condição dual do ser humano (recusando optimismos e pessimismos acerca da natureza humana), e que se integre a mesma em qualquer projecto consciente de processo de paz. Aliás, neste contexto, a própria guerra deriva de uma atracção pelo confronto, pelo reconhecimento do valor do vitorioso e a submissão pelo derrotado.

Como tal, admitir a universalidade e o enraizamento temporal de um comportamento social não é o mesmo que declará-lo como irremediavelmente definitivo. Boff defende que a boa vontade, enquanto instrumento preferencial de oposição da violência é uma “realidade de irradiação”, ou seja, que não permanece restrita ao contexto em que é praticada, tendo uma certa qualidade epidémica, que a torna ideal para colmatar e cercear os efeitos nocivos da agressão. Assim, só através da boa vontade mútua se pode idealizar a união de todos, em detrimento da violência individualista e egoísta. A partir da boa vontade, deve construir-se, segundo Leonardo Boff, uma “ética do cuidado” entre os seres humanos, que proceda à prevenção de danos futuros e à reparação de danos passados.

Desta forma, a defesa da paz não pode vir apenas dos activistas, mas também – e em especial – da própria sociedade civil mundial, que se deve convencer de que a guerra não constitui a solução para nenhum problema, mas que ela mesma é um problema de toda a Humanidade. Aliás, no âmbito da

globalização, e como consequência das relações transnacionais, os conflitos tornam-se um luxo, devido à possível magnitude global das consequências dos conflitos, especialmente tendo em conta a questão do armamento nuclear. Assim, e embora a boa vontade seja o primeiro passo e a essência de uma nova política para a paz, esta só será possível mediante a vigência do direitos e da cooperação entre as instituições jurídicas de todos os Estados.

Melo refere que actualmente, conceitos como a liberdade e a paz só podem ser pensados e tratados a nível global. A globalização serviu para que a guerra fosse sendo vista cada vez mais, tanto pelos governos como pela opinião pública, como um último recurso, só podendo ser utilizada como instrumento das relações internacionais em casos extremos, em que se esgotassem todos os outros mecanismos diplomáticos. Esta rejeição da guerra como instrumento de paz surge na esteira da ascensão dos direitos humanos, dado que as situações de conflito têm tendência para violar estes direitos. Dada a perda do valor intrínseco da territorialidade, como consequência do processo de liberalização económica e atenuação de fronteiras nacionais que acompanha a globalização, também desaparecem muitos dos fundamentos geopolíticos para a manutenção de conflitos.

A globalização acarreta uma necessidade crescente de regulamentos internacionais vinculativos, de convenções e instituições internacionais, que cubram as relações transnacionais. Como tal, torna-se imprescindível uma melhor coordenação ao nível das políticas dos Estados soberanos, e uma maior cooperação destes com as organizações internacionais. O objectivo destas medidas é a promoção de uma conjuntura mundial que incentive à democratização – sem a difusão de modelos etnocentristas – e que minimize a tendência para a violência colectiva e a agressão mútua. E isso só será possível através da estimulação da vontade geral e individual nesse sentido, o que passa também pelo desenvolvimento de novas perspectivas e novos meios de lidar com os extremismos – de quaisquer tipos.

Peter Singer afirma que:

«É importante desenvolver entre países mecanismos de promoção da paz e de diminuição do risco de guerra. Mas depois teremos de ser capazes de encontrar algo que faça os potenciais

perpetradores de genocídios recear as consequências das suas acções. A última linha de defesa contra o genocídio e crimes semelhantes terá de ser a implementação da lei a um nível mundial.»⁸⁴

No contexto da lei internacional, tem de haver uma noção normativa essencial de responsabilidade, no que toca ao dever de cumprimento das regras do direito internacional, por parte dos governos e dos seus representantes. É essencial também, para o sucesso de qualquer projecto de lei internacional, que os governos partilhem interesses e compromissos, no sentido de considerar a agregação e a descentralização da sua soberania, o que implicaria a cedência e remoção de barreiras e fronteiras entre os Estados, não só geográficas, mas sobretudo burocráticas. Segundo Bertrand Badie e Marie-Claude Smouts, a paz só será um objectivo se se fizer um esforço a nível internacional, no sentido da protecção das minorias, da universalização dos direitos humanos, e da contenção dos fundamentalismos e extremismos, o que só será possível mediante o empenho e a participação equitativa de todos, e não apenas a monopolização do poder por um grupo restrito de Estados.

Numa época em que a paz se faz mais pela ausência de conflitos do que pela presença da justiça, Pureza defende que o fundamental para a paz mundial, é o compromisso pela busca por uma nova proposta de civilização, que renuncie à actual instigação à competitividade, hedonismo e individualismo egoísta, e favoreça o equilíbrio, a responsabilidade e a solidariedade. Nesta nova civilização, a integração seria um valor vital: enquanto vinculação, simultaneamente individual e global de adesão voluntária, acima do contexto das territorialidades e culturas, permitiria abrir caminho para a transformação pacífica das sociedades, através da salvaguarda dos particularismos e das identidades.

5. Um Futuro Sustentável

«Hoje, a globalização não está a funcionar para muitos dos

⁸⁴ SINGER, Peter – *Um Só Mundo – A Ética da Globalização* – Filosofia Aberta, Gradiva, Lisboa, 2004, p. 162

pobres do mundo. Não está a funcionar para o ambiente. Não está a funcionar para a estabilidade da economia mundial. (...) Para alguns, a resposta é simples: abandonemos a globalização. O que não é exequível nem desejável. (...) A globalização trouxe melhor saúde, assim como uma sociedade civil activa à escala mundial, lutando por mais democracia e mais justiça social. O problema não está na globalização, mas na maneira como tem sido gerida.»⁸⁵

O que a citação de Joseph Stiglitz pretende mostrar é que, até certo ponto, há uma tendência para apontar a globalização como a causa de todos os problemas actuais da Humanidade. Problemas relacionados com a pobreza mundial, as desigualdades internas e externas, a violência generalizada. Mais uma vez, falhamos em ver além da nossa esfera de existência. Na verdade, a maioria destes problemas foi herdado de outras épocas. Sejamos francos e realistas: estes problemas sempre existiram, em graus diferentes, ao longo da História da Humanidade. Se hoje parecem mais graves, isso deve-se, por um lado, ao facto de que a difusão das tecnologias da informação e comunicação rompeu com o solipsismo que assolava a maior parte das populações mundiais. Por outro lado, deve-se também à negligência com que sempre se tratou destes problemas.

Essa negligência entra em colapso quando a crise ecológica introduz a consciência de que o planeta está em perigo devido ao aumento da actividade produtiva humana e do crescimento demográfico da própria população. Isto leva ao questionamento do modelo moderno de conceber a relação do Homem com a natureza: de acordo com este, a natureza é algo dado, um instrumento, um meio inerte, do qual o Homem se serve, na demanda da satisfação das suas necessidades e interesses. Aliás, essa relação era baseada numa ideia de superioridade, da conquista da natureza pelo Homem, da vitória da razão sobre o irracional e caótico. Segundo Pureza, a actualidade herda desse modelo a conjuntura ambiental em que se encontra:

«Esse novo lugar é o da crise planetária, em que a diversidade das formas de vida e a própria sustentabilidade da Terra estão, a cada

⁸⁵ STIGLITZ, Joseph E. – *Globalização – A Grande Desilusão* – Actualidades, Terramar, Lisboa, 2004, p. 271

momento, mais ameaçadas. É o lugar da crise humanitária disseminada, provocada pela fragilidade crescente de grande parte dos Estados, pela prática de genocídio de muitos deles e pela concentração de poder em instâncias transnacionais. É enfim, o lugar da crise social mundial, evidenciada pelo fosso crescente entre os ricos e os pobres, que à escala mundial quer no interior dos estados, tanto subdesenvolvidos como desenvolvidos.⁸⁶

A era da globalização é caracterizada por um nível de desenvolvimento científico e tecnológico que proporcionou um aumento qualitativo e quantitativo da produtividade do trabalho humano, revolucionando as capacidades produtivas ao dispor da Humanidade. No entanto, o surgimento e difusão de desigualdades, de várias naturezas, por todo o mundo, vêm provar que nem sempre os progressos da ciência e da tecnologia têm os resultados esperados, e que o sistema de mercado não é tão equilibrado como se previa. Este aumento das forças produtivas contemporâneas contrasta com o aumento da desigualdade de circunstâncias materiais, da orientação cultural e da disponibilização de recursos, e em especial, do número de pessoas em condições de pobreza extrema.

Este paradoxo não deriva de uma indisponibilidade de meios naturais, humanos ou técnicos para suprir às necessidades dessas pessoas. O problema fundamental de onde deriva este desequilíbrio é o da organização da sociedade actual. É necessário perceber que as políticas do mercado livre não são fins em si mesmas, mas meios para atingir o crescimento e o desenvolvimento, e como tal, devem ser colocadas ao serviço da melhoria equitativa das condições de vida de toda a Humanidade. Como já referi no primeiro capítulo deste trabalho, de acordo da mentalidade vigente na actualidade, os mecanismos económicos afastam-se cada vez mais da preocupação com as suas consequências directas e indirectas no bem-estar humano. Este comportamento negligente deve-se, em grande parte, à crença de que o desenvolvimento progressivo da ciência e da tecnologia levaria necessariamente a um mundo mais estável e ordenado. Segundo Richard Falk:

⁸⁶ PUREZA, José Manuel – *Pedaços de uma Fé Crítica* – Quarteto Editora, Coimbra, 2002, pp. 101.

«Obviamente, o neoliberalismo continua a argumentar que as políticas de orientação comercial e o secularismo estão a conduzir-nos a um mundo pacífico, de prosperidade e de moderação, em suma, o melhor de todos os mundos possíveis. Na realidade, porém, o que está a emergir é um culto consumista ao qual falta qualquer dinâmica interna de responsabilidade moral para com os excluídos ou empobrecidos, incluindo para as gerações futuras.»⁸⁷

Se é verdade que algumas das forças em actuação no âmbito da globalização são impessoais e incontroláveis, é verdade também que já muitos aspectos da globalização passam por um controlo intencional e reflexivo, especialmente no que toca à utilização dos mecanismos criados por esta, para contrariar algumas das suas tendências mais perniciosas. As dificuldades ao nível do controlo dos efeitos negativos do processo de globalização prendem-se essencialmente com a ausência de instituições apropriadas a este contexto – ou a insuficiência da sua adaptação – e com a mentalidade vigente, o que agrava a conturbação e volubilidade deste período.

Segundo Stiglitz:

«O maior desafio não está nas instituições propriamente ditas, mas nas mentalidades. É necessário cuidar do ambiente, garantir que os pobres têm uma palavra a dizer nas decisões que os afectam, promover a democracia e o comércio justo, se se pretende beneficiar de todas as vantagens potenciais da globalização.»⁸⁸

O novo modelo, gerado perante a interdependência mundial proporcionada pela globalização, exige a concepção da natureza enquanto património comum da Humanidade, sendo imperativo criar para ela um sistema de gestão e partilha conscienciosa, segundo as necessidades dos povos. De acordo com esta perspectiva, foi-se generalizando a ideia de que o ar, a água, as espécies animais e vegetais, e os territórios, são “bens comuns” da

⁸⁷ FALK, Richard – *Globalização Predatória – Uma Crítica* – Economia e Política, Instituto Piaget, Lisboa, 2001, p. 184

⁸⁸ STIGLITZ, Joseph E. – *Globalização – A Grande Desilusão* – Actualidades, Terramar, Lisboa, 2004, pp. 273, 274

Humanidade, e não apenas recursos ao seu dispor. Neste sentido, o desenvolvimento, segundo Leonardo Boff, deverá fazer-se com a natureza e não contra ela, ou à sua custa. Uma das consequências da globalização foi a criação de uma consciência mundial da noção de um destino comum da Humanidade.

Uma das vertentes mais simbólicas da emergência dessa consciência é a questão do armamento nuclear: a utilização deste tipo de armas de destruição massiva cria, pela primeira vez na História da Humanidade, o conceito da possibilidade do extermínio da raça humana, em consequência de decisões tomadas por seres humanos. Sylvain Allemand e Jean-Claude Ruano Borbalan apresentam uma outra hipótese curiosa: segundo estes autores, as viagens espaciais podem ter servido também para ajudar à criação de uma consciência planetária – não só ao nível da comunidade, mas da fragilidade do próprio planeta – ao transmitir de volta à Terra as imagens de si própria, enquanto corpo celeste uno e isolado na vastidão do Universo.

É necessário um redireccionamento do processo de globalização, de forma a criar-se uma economia global centrada no crescimento sustentável, e na partilha equitativa dos frutos desse crescimento. Apesar da sua eficiência, os mecanismos de regulação económica são negligentes no que toca às necessidades sociais imediatas dos indivíduos. Assim, só uma concertação da acção colectiva global (aquilo que Leonardo Boff caracteriza como “a sinergia de todos os saberes e sistemas”⁸⁹) pode assegurar uma mudança no tipo de governação da globalização, mudança essa que deverá incluir um aumento na abertura e transparência ao nível das instituições.

Mas implica também uma transformação das sociedades, que deverá incluir o acesso generalizado a bens económicos, sociais, culturais, políticos e tecnológicos, a condições e possibilidades de sucesso, a melhoria das condições de vida das populações desfavorecidas, bem como a generalização dos serviços de saúde e educação. Para além disso, e dada a natureza escassa dos recursos disponíveis para toda a Humanidade, há a necessidade dos países ricos estabelecerem limites aos seus estilos e níveis de vida.

⁸⁹ BOFF, Leonardo – “A Questão Central do Século XXI” – <Leonardo Boff>.

<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

É neste contexto que surge o conceito de “desenvolvimento sustentável” – o incentivo ao crescimento económico, mas submetido à garantia de que as gerações futuras gozem de perspectivas de vida equivalentes ou superiores às daquelas de que usufruem as gerações actuais – que centra a atenção do novo paradigma na responsabilidade da comunidade mundial relativamente ao seu futuro. Deve desenvolver-se a consciência de que o conhecimento científico, os seus progressos e experiências, não só trazem grandes benefícios à civilização, mas que, simultaneamente acarretam grandes perigos. E, como tal, é indispensável que a ciência e a tecnologia tenham um contributo fundamental, nas tentativas de lidar com os riscos ambientais.

Ulrich Beck define “sociedade de risco” como um contexto social em que o passado perde o seu poder de determinar o presente, sendo que é o futuro que toma o seu lugar como instância condicionante da acção presente. Isto deve-se ao facto de que o futuro é algo inerentemente obscuro, complexo e imprevisível, mas que depende em larga medida das decisões tomadas no presente. O conceito de “risco” integra a noção de que as acções humanas, mesmo que aparentem inofensivas e triviais, podem ter consequências imprevistas, não só a um nível transnacional, como “transgeracional”. Ou seja, que os perigos que originam da acção humana são superiores aos perigos que se nos apresentam de forças externas.

A este respeito, Falk considera um conjunto de situações que designa como as “prioridades da conjuntura socioeconómica e política mundial”, ideais para a era da globalização:

«Estas prioridades relacionam-se, primeiramente e acima de tudo, com a protecção do planeta e seus habitantes do crescente cumular de tendências destrutivas que ameaçam actualmente o bem-estar humano e a viabilidade dos bens comuns globais devido à poluição e à emissão e produção de toda uma panóplia de substâncias ultraperigosas. Referem-se igualmente a uma preocupação com o aumento do crime internacional e de violência política sob formas difíceis de controlar ou regular quando nos regemos estritamente pelas decisões políticas e potencialidades coercivas dos Estados soberanos tradicionais.»⁹⁰

⁹⁰ FALK, Richard – *Globalização Predatória – Uma Crítica* – Economia e Política, Instituto Piaget, Lisboa, 2001, p. 19



O primeiro grande projecto relacionado com uma legislação neste campo foi o Protocolo de Quioto, que conta com o empenho de 160 países, e tenta alcançar um compromisso entre a criação de um mercado de direitos de produção de poluição – contando com a capacidade reguladora do mercado – e a definição de cláusulas limitativas de direitos e proibições da actuação dos Estados. Acima de tudo, estabelece objectivos de redução de emissão dos resíduos de dióxidos de carbono na maior parte dos países desenvolvidos. Parte de uma tendência com origem na década de 80 do século XX, que engloba, por um lado um consenso acerca da necessidade de grandes ajustes no comportamento dos países na área do ambiente, de forma a evitar problemas irreversíveis a longo prazo, e por outro lado, a emergência de um movimento ambientalista, de cariz global, com recursos e inteligência estratégica suficientes para reunir uma grande influência junto do poder político.

Quioto deu origem à esperança de um consenso internacional com relação à crise ambiental, através do fomento de medidas como a poupança de energia, e o desenvolvimento de energias alternativas e renováveis. No entanto, a predominância da lógica mercantil nas relações internacionais, no âmbito da globalização, foi comprovada pela recusa da administração norte-americana, liderada pelo Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, em ratificar o Protocolo de Quioto, em Julho de 2001. Esta reacção demonstra a resiliência do estadismo e do apego à soberania nacional, bem como a defesa dos interesses nacionais acima dos interesses globais, num momento em que são óbvios os fracassos ao nível das iniciativas individuais por parte dos Estados para lidar com estes problemas.

Segundo Falk:

«Reagir aos variados tipos de degradação ambiental, quer à escala regional quer à escala global, é um processo complexo, dificultado por factores causais (encontrar uma explicação consensual para os danos e uma estratégia de remediação e ajustamento), incertezas cognitivas (obter o consenso quanto à gravidade da ameaça), dimensões temporais (o grau de urgência, a relação com os horizontes políticos de responsabilidade), exposição geográfica (a extensão e a altura da faixa costeira, a vulnerabilidade face a inundações, a latitude),

responsabilidade financeira (a divisão e partilha de custos de ajustamento e remediação, atribuição de subsídios ao Sul), e impactos comportamentais (regular a aquisição e a utilização de automóveis, restringir a liberdade reprodutiva). Tendo em conta esta lista de factores, ilustrativa embora parcial, a prática reguladora que consiste em avançar por meio de acordos firmados entre Estados soberanos – isto é, baseada em padrões voluntários de cooperação, de apoio e aliança – apresenta-se algo inibida e hesitante.»⁹¹

Concluindo, a ideia, já referida anteriormente, de que esta é uma época de colapso de valores morais, é simultaneamente correcta e errada. Correcta porque, realmente, há um esvaziamento perceptível dos valores éticos vigentes. Errada, porque isso não implica que esse esvaziamento seja crónico e definitivo. Pertença a uma geração que, embora nascida e educada no período de vigência desses valores que agora se encontram em declínio, já não se identifica com eles. Tenho a convicção de que os membros da minha geração descobriram um novo mundo de possibilidades de desenvolvimento humano, após o alarmismo generalizado do fim do milénio, das previsões do fim do mundo e da falência dos sistemas tecnológicos, que caracterizou a transição do século XX para o século XXI, e para o novo milénio.

Por outro lado, os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos da América – que ironicamente, se dão mesmo no início desse novo milénio – tiveram um impacto semelhante, mas de tendência inversa: com estes, a população mundial descobriu que o novo milénio acarretava também novos perigos. Perigos esses que, pela sua natureza plenamente globalizada, são de magnitude superior a tudo o que anteriormente era considerado perigoso. A qualidade paradigmática deste período da História da Humanidade é que, enquanto membros de uma geração que assiste aos primeiros passos tangíveis do processo de globalização, torna-se quase impossível concebermos um afastamento deste modelo de organização, seja pela concepção de uma alternativa, seja por um retrocesso.

Esta impossibilidade é fundada na convicção generalizada de que este

⁹¹ FALK, Richard – *Globalização Predatória – Uma Crítica* – Economia e Política, Instituto Piaget, Lisboa, 2001, p. 58

paradigma social é superior aos anteriores, e que os problemas que surgem na sua esteira são devidos às incompatibilidades entre os vestígios institucionais, organizativos, morais, conceptuais, ideológicos e normativos que ainda permanecem do anterior paradigma, e as necessidades que o actual paradigma impõe. É reforçada pela ideia de que essas incompatibilidades são causadas pelas resistências dos actuais detentores do poder em questionar o *status quo* em que se inserem, e em tomar medidas drásticas para lidar com esses novos perigos.

Encaro a ética como um produto contextual da vivência humana em sociedade e, como tal, não me parece que seja possível transpor o conjunto de postulados éticos existentes antes da globalização, para o contexto criado por esta. As questões éticas colocadas pela globalização diferem das questões surgidas em períodos anteriores porque surgem a partir do questionamento de alguns dos valores essenciais desses períodos anteriores. Mesmo os países ocidentais, convictos da superioridade e segurança da sua tradição humanista, de forma algo arrogante, são confrontados com a necessidade de uma reflexão sobre a ética, e sobre si mesmos. A nova ética da globalização deverá assentar sobre o conceito de que o futuro da Humanidade depende de uma forma holística de lidar com as interdependências entre a pobreza, a crise ambiental, a injustiça social, o respeito pela diversidade – qualquer que seja a sua natureza – a paz, as territorialidades e a ascensão do sentido de uma comunidade global.

BIBLIOGRAFIA

AHTISAARI, Martti

“Shared International Responsibility” in *Yes to a Global Ethic* – SCM Press, Londres, 1996

ALLEMAND, Sylvain & BORBALAN, Jean-Claude Ruano

A Mundialização – Ideias Feitas, Editorial Inquérito, Mem Martins, 2002

BADIE, Bertrand & SMOUTS, Marie-Claude

O Mundo Em Viragem – Sociologia da Cena Internacional – Economia e Política, Instituto Piaget, Lisboa, 1999

BECK, Ulrich

What is Globalization? – Polity Press, Cornualha, Grã-Bretanha, 2004

BOFF, Leonardo

“A Era da Ética” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“A Globalização como Risco” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“A Globalização do Inimigo” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“A Guerra dos Fundamentalismos” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“A Paz Possível” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“A Questão Central no Século XXI” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“A Realidade como Futuro” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“As Idades da Globalização” in *Utopia y Praxis Latinoamericana* – Ano 7, N.º

16, 2002

“Boa Vontade e Política” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“Caos Generativo e Vida” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“Choque de Civilizações?” – <Leonardo Boff>,
<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“Civilização da Re-ligação” – <Leonardo Boff>,
<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“Como Definir a Paz?” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“Cultura da Paz” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“Daimon e Ethos” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“Do Exercício do Poder” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“Do Poder” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“Entender a Violência?” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“Ética e Raiz de Valores” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“Fundamentalismo Mundial” – <Leonardo Boff>,
<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“Globalização de Risco” – Centro de Vivências Cuidar do Ser,
<http://www.cuidardoser.com.br/globalizacao-do-risco.htm>, 18-11-2005

“Guerra como Massacre” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“Guerra e Ética” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“Natureza Desapiedada” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“O Cuidado dos Grandes pelos Pequenos” – <Leonardo Boff>,
<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“O ‘Ethos’ que Ama” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“O ‘Ethos’ que Cuida” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“O ‘Ethos’ que Integra” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“O ‘Ethos’ que Procura” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“O ‘Ethos’ que se Compadece” – <Leonardo Boff>,
<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“O ‘Ethos’ que se Responsabiliza” – <Leonardo Boff>,
<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“O ‘Ethos’ que se Solidariza” – <Leonardo Boff>,
<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“O Filósofo e os Pobres” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“O Fim da Inocência e da Arrogância Americana?” – <Leonardo Boff>,
<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“O Mundo Não é Redondo” – <Leonardo Boff>,
<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

O Nascimento de uma Ética Planetária – <Leonardo Boff>,
<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“Onde Erramos?” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“O que é Isso, o Terrorismo?” – <Leonardo Boff>,
<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“O Outro é Tudo” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“Papel das Religiões nas Políticas Mundiais” – <Leonardo Boff>,
<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“Paradigma Conquista” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“Paradigma da Paz Mundial” – <Leonardo Boff>,
<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“Paradigma do Cuidado” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“Paradigma Planetário” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“Paz como Equilíbrio do Movimento” – <Leonardo Boff>,
<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“Paz e Efeito Borboleta” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“Qual Globalização?” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“Que é o ser Humano?” – <Leonardo Boff>, <http://www.leonardoboff.com>,
12/11/2005

“Reconstituir o Bem Comum” – <Leonardo Boff>,
<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“Século XXI, Século da Espiritualidade?” – <Leonardo Boff>,
<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

“Um Ethos para Salvar a Terra” – <Leonardo Boff>,
<http://www.leonardoboff.com>, 12/11/2005

CARAPINHEIRO, Graça

“A Globalização do Risco Social” in *Globalização: Fatalidade ou Utopia* –
Edições Afrontamento, 2001

FALK, Richard

Globalização Predatória – Uma Crítica – Economia e Política, Instituto Piaget,
Lisboa, 2001

GIDDENS, Anthony

O Mundo na Era da Globalização – Editorial Presença, Lisboa, 2000

GONÇALVES, Maria Eduarda

“Europeização e Direitos dos Cidadãos” in *Globalização: Fatalidade ou Utopia*
– Edições Afrontamento, 2001

GRAY, John

Falso Amanhecer – Gradiva, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2000

HARDT, Michael e NEGRI, António

Império – Editora Livros do Brasil, Lisboa, 2004

IANNI, Octavio

Teorias da Globalização – Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004

KOPELEV, Lev

“The Destiny of Humankind is at Stake” in *Yes to a Global Ethic* – SCM Press, Londres, 1996

KÜNG, Hans

A Global Ethic for Global Politics and Economics – Oxford University Press, Nova Iorque, 1998

Global Responsibility – In Search of a New World Ethic – SCM Press, Londres, 1991

Projecto para uma Ética Mundial – Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa, 1997

“Will a Global Ethic Prevail?” In *Yes to a Global Ethic* – SCM Press, Londres, 1996

LÉVINAS, Emmanuel

Difficult Freedom – Essays on Judaism – The Johns Hopkins University Press, Baltimore, Maryland, Estados Unidos da América, 1997

MELO, Alexandre

Globalização Cultural – Quimera, 2002

MENCHU, Rigoberta

“My Irrevocable Creed” in *Yes to a Global Ethic* – SCM Press, Londres, 1996

MENUHIN, Yehudi

"MY Prayer" in *Yes to a Global Ethic* – SCM Press, Londres, 1996

MURTEIRA, Mário

Globalização: Pela Invenção de um Tempo Global e Solidário – O que é..., Quimera, 2003

NUNES, António José Avelãs

Neoliberalismo e Direitos Humanos – O Nosso Mundo, Editorial Caminho, Lisboa, 2003

NUNES, João Arriscado

"Teoria Crítica, Cultura e Ciência: O(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da Globalização" in *Globalização: Fatalidade ou Utopia* – Edições Afrontamento, 2001

PIMENTA, Carlos

"Globalização: Desafios Económicos e Éticos" in *Economia e Sociologia – Política, Cidadania e Cultura numa Era Global* – N.º 80, Gabinete de Investigação e Acção Social, Instituto Superior Económico e Social de Évora, Évora, 2005

PUREZA, José Manuel

Pedaços de uma Fé Crítica – Quarteto Editora, Coimbra, 2002

RIBEIRO, António Sousa

"A Retórica dos Limites: Notas sobre o Conceito de Fronteira" in *Globalização: Fatalidade ou Utopia* – Edições Afrontamento, Porto, 2001

ROBINSON, Mary

"No Human Progress without a Global Ethic" in *Yes to a Global Ethic* – SCM Press, Londres, 1996

ROCHA-CUNHA, Silvério da

“Trabalhos de Sísifo do Direito e da Política no Actual Labirinto da Sociedade Mundial” – in *Economia e Sociologia – Política, Cidadania e Cultura numa Era Global* – N.º 80, Gabinete de Investigação e Acção Social, Instituto Superior Económico e Social de Évora, Évora, 2005

SANTOS, Boaventura de Sousa

“Os Processos da Globalização” in *Globalização: Fatalidade ou Utopia* – Edições Afrontamento, Porto, 2001

SCHMIDT, Helmut

“Key Principles for a Humane Society” in *Yes to a Global Ethic* – SCM Press, Londres, 1996

SINGER, Peter

Um Só Mundo – A Ética da Globalização – Filosofia Aberta, Gradiva, Lisboa, 2004

SOMAVIA, Juan

“An Inspiration for All of Us” in *Yes to a Global Ethic* – SCM Press, Londres, 1996

SOMMARUGA, Cornelio

“Indispensable for Survival” in *Yes to a Global Ethic* – SCM Press, Londres, 1996

STIGLITZ, Joseph E.

Globalização – A Grande Desilusão – Actualidades, Terramar, Lisboa, 2004

WARNIER, Jean-Pierre

A Mundialização da Cultura – Editorial Notícias, Lisboa, 2002

WATERS, Malcolm

Globalização – Celta Editora, Oeiras, 2002

WEIZSÄCKER, Carl Friedrich von

"The Declaration on a Global Ethic" in *Yes to a Global Ethic* – SCM Press, Londres, 1996

WEIZSÄCKER, Richard

"Towards a Shared Global Ethic" in *Yes to a Global Ethic* – SCM Press, Londres, 1996